

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARI LUCIA DO AMARAL

TRABALHO, EDUCAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EM  
GUARAPUAVA-PR NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: O PROCESSO DE CRIAÇÃO  
DA FAFIG

CURITIBA

2014

MARI LUCIA DO AMARAL

TRABALHO, EDUCAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EM  
GUARAPUAVA-PR NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: O PROCESSO DE CRIAÇÃO  
DA FAFIG

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Área de concentração Educação departamento de Educação do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Doutor Carlos Herold Junior

CURITIBA

2014

Catálogo na publicação  
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Amaral, Mari Lucia do

Trabalho, educação e a transformação da sociedade em Guarapuava nas décadas de 1960 e 1970 : o processo de criação da FAFIG / Mari Lucia do Amaral – Curitiba, 2014.

104 f.

Orientador: Profº. Drº. Carlos Herold Junior

Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

1. Educação e trabalho. 2. Ensino superior - História - Guarapuava (PR).  
3. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava. I.Título.

CDD 378.98162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



## PARECER

Defesa de Dissertação de **MARI LUCIA DO AMARAL** para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DR. CARLOS HEROLD JUNIOR, DR<sup>a</sup> MARIA AUXILIADORA CAVAZOTTI e DR<sup>a</sup> LUCIANE NEUVALD, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“TRABALHO, EDUCAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EM GUARAPUAVA-PR NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE GUARAPUAVA (FAFIG)”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR. CARLOS HEROLD JUNIOR		aprovado
DR <sup>a</sup> MARIA AUXILIADORA CAVAZOTTI		aprovado
DR <sup>a</sup> LUCIANE NEUVALD		aprovado

Curitiba, 28 de março de 2014.

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Monica Ribeiro da Silva**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof<sup>a</sup>. Dra. Monica Ribeiro da Silva  
Coordenadora do Programa de  
Pós-Graduação em Educação  
Matricula: 125750

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio, carinho e paciência.

Ao professor Carlos Herold pela orientação, acolhida, confiança e aos demais professores da pós-graduação pelo incentivo no término deste trabalho.

Aos amigos e colegas da pós-graduação, pelo companheirismo e colaboração, troca de ideias recebida durante o curso. Aos amigos e colegas que de alguma forma contribuíram no desenvolvimento do trabalho.

A todos que contribuíram com o andamento do trabalho na captação de fontes, nos arquivos particulares e públicos, nas instituições escolares e nas particulares que foram fundamentais na execução deste trabalho.

Agradeço a atenção e tempo dedicado pelos entrevistados, que gentilmente nos concederam seus depoimentos, sendo indispensáveis ao desenvolvimento do trabalho.

Agradecimento especial a Sidney e Marcos Paulo, pelo incentivo, apoio, carinho e alegria sempre, do início ao fim deste trabalho.

A Capes pelo auxílio financeiro.

## Resumo:

Este estudo teve por reflexão o processo de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava a (FAFIG), no interior do Estado do Paraná. Utilizamos o estudo de material bibliográfico encontrado em livros, teses, dissertações e na legislação além de jornais da época, documentos da instituição, entrevistas com ex-alunos, ex-docentes, ex diretores da instituição e ainda com membros da sociedade guarapuavana, que não foram alunos, nem docentes, mas participaram do processo de instalação da Faculdade. No primeiro capítulo trabalhamos a formação do ensino superior no Brasil. No segundo capítulo situamos os processos de interiorização do ensino superior no Paraná. No terceiro e último capítulo procuramos situar os processos que desembocaram na gênese da (FAFIG). A contribuição da pesquisa está na análise do ganho social cultural de uma região em que a maioria dos professores eram chamados “professores leigos” por não possuírem formação para lecionar. Nesse sentido, o estudo do processo de instalação da Faculdade nos revela uma realidade na qual a necessidade local está conectada ao movimento maior da sociedade em âmbito nacional, como consequência da urgência em formar técnicos e mão de obra especializada, ainda como uma necessidade imposta pela abertura econômica e a entrada no país de grandes multinacionais.

Palavras-chave: educação, trabalho, ensino superior, história, Guarapuava

## Abstract

This study reflects the process of creation of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the Guarapuava (FAFIG), in the State of Paraná. We used the study of bibliographical material found in books, theses, dissertations and legislation as well as newspapers of the time, the institution's documents, interviews with former students, former teachers, former directors of the institution and with guarapuavana members of society, not were students or teachers, but participated in the installation process of the College. In the first chapter work the formation of higher education in Brazil. In the second chapter situate the processes of internalization of higher education in Paraná. In the third and final chapter seek to situate the processes that ended at the genesis of (FAFIG). The contribution of the research is the analysis of the cultural, social gain of a region in which most teachers were called “lay teachers” because they lack training to teach. In this sense, the study of the process of installing the Faculty reveals a reality in which the local need is connected to the larger society movement nationwide as a result of the urgency to train technicians and skilled labor, even as a necessity imposed by economic liberalization and the entry of large multinationals in the country.

Keywords: education, labor, higher education, history, Guarapuava

## LISTA DE SIGLAS

CADES- Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário  
CEFET- Centro Federal de Educação tecnológica do Paraná  
CEG – Centro Estudantil Guarapuavano  
CPEA- Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos  
COESES – Congresso Estadual dos Estudantes Secundaristas  
DOPS – Delegacia de Ordem política e Social  
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.  
FACEPAL – Faculdades Reunidas de Palmas  
FACIPAL – Faculdades Integradas de Palmas  
FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras  
FAFIG – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.  
FUNESP – Fundação de Ensino Superior de Pato Branco  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
SBPC- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas  
UGES – União Guarapuavana dos Estudantes Secundaristas  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UTFPR – Universidade Federal Tecnológica do

## Sumário

Introdução.....	9
CAPÍTULO I – Trabalho, educação e a formação do ensino superior no Brasil.....	15
O nascimento das universidades e a necessidade de cultura especializada e a difusão do saber.....	15
O ensino superior no Brasil colonial e imperial.....	17
O ensino superior na Primeira República.....	24
O ensino superior da era Vargas à Ditadura Militar.....	28
CAPÍTULO II – A formação do ensino superior no Paraná.....	45
História do Paraná – formação econômica.....	45
Necessidades de escolarização – a formação do ensino superior e a sua interiorização no Paraná.....	51
CAPÍTULO III – Sociedade e educação na formação do ensino superior em Guarapuava....	64
A educação guarapuavana através de uma perspectiva histórica.....	68
O processo de constituição da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava FAFIG .....	70
A Ditadura Militar e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava....	73
A FAFIG e os seus primeiros anos de funcionamento.....	75
Diferentes entendimentos sobre o processo de constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava – FAFIG.....	80
Considerações finais.....	93
Referencias.....	95



## INTRODUÇÃO

Com este estudo procuramos fazer uma reflexão sobre as relações entre trabalho e educação, focalizando-as a partir da história de uma instituição de ensino superior: a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava, FAFIG, fundada em 1970. A intenção maior da pesquisa é construir subsídios para entendermos as maneiras como as forças sociais envolvidas na criação da FAFIG pensaram a importância da instituição para sua realidade, situando esse conjunto de reflexões e de ações, no âmbito do movimento nacional de expansão das universidades e faculdades. Assumimos que esse processo que ocorreu em Guarapuava esteve conectado ao movimento maior de expansão das instituições de ensino superior do país. Para demonstrar isso, foi necessário situar o objeto de análise - a instituição de ensino superior (Fafig) - em seus condicionantes internos e externos relacionados às transformações do modo de produção capitalista.

Ao considerar as transformações nos processos de produção, no decorrer do século XX, e, seus reflexos nas relações sociais e econômicas existentes no Estado do Paraná, temos a pretensão de responder à seguinte questão: como esses processos impulsionaram os debates relativos à educação em Guarapuava nas décadas de 60 e 70 e quais as necessidades históricas e políticas dessa sociedade que trouxeram à tona o empenho na implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG)?

Partimos do pressuposto de que as dificuldades e as possibilidades históricas e sociais enfrentadas por Guarapuava, nas décadas de 1960 e 1970, criaram as condições para que a sociedade guarapuavana discutisse e envidasse esforços para implementar o ensino superior na cidade.

Os processos educativos na cidade vêm sendo mapeados e estudados. Porém, conforme Herold Junior (2007) são estudos pontuais e individuais, sem que estejam integrados em uma análise mais ampla. Esse autor entende as dificuldades e demonstra como a história da educação na cidade aparece nos trabalhos realizados. Assim afirma o autor:

Pesquisando em trabalhos na área da história da educação, verificamos que, além das teses e das dissertações produzidas nos referidos cursos de pós-graduação, os trabalhos de Wachowicz (1984) e de Oliveira (1986), citam secundária e esporadicamente a cidade de Guarapuava para endossar seus argumentos sobre a história da educação no Paraná, sobretudo, no seu momento provincial e nas primeiras décadas da República. Esses trabalhos, na sua maioria, utilizam a

cidade como exemplo para ilustrar as dificuldades encontradas para a efetivação das diferentes reformas que aconteceram na Província a partir de 1854. (HEROLD JR, 2007 p.216)

Além desses trabalhos Herold Junior (2007) cita também os trabalhos realizados na região de Guarapuava:

Devemos citar, também, os estudos realizados ou no âmbito da Unicentro ou em cursos de pós-graduação de outras universidades, mas desenvolvidos por acadêmicos ou professores da Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Neles encontramos análises que focalizam especificamente a história educação de Guarapuava. Os trabalhos de Schipanski (1996), Dallabrida (1991), Silva (2006), Sarat (2004), Knüppel (2007) e Rocha (2005, 2007) configuram uma amostra extremamente representativa das monografias acadêmicas que versam sobre esse objeto: Schipanski (1996) ocupou-se da educação agrícola na cidade em uma instituição criada na década de 50, analisando-a até 1990; Dallabrida (1991) estudou as relações de poder em uma instituição na década de 80; Silva (2006) debruçou-se sob relação entre o contexto político da década de 70 e os impactos que lei 5692/71 ocasionaram nas bases da formação profissional do Colégio Carneiro Martins; e Sarat (2004), trabalhou com a memória sobre a infância em imigrantes alemães da região. (HEROLD JR, 2007, p.218)

Esses esforços são importantes para entendermos como os processos educativos evoluíram na região e, principalmente, para compreendermos como a região de Guarapuava e a própria cidade estavam acopladas ao movimento nacional de expansão dos processos educativos, e aqui em questão, os processos de interiorização do ensino superior, por isso, necessitamos olhar o processo por seu condicionante interno, afinal a educação aparecia na pauta das discussões dos assuntos primordiais na cidade em décadas anteriores de 1930 a 1960 como foi possível constatar em trabalho anterior:

[...] apesar dos problemas estruturais da educação, a sociedade guarapuavana nos seus processos de transformações sociais atribuiu à educação grande valor, que ora era concebida como um progresso existente, ora como parâmetro a ser acompanhado por setores da vida econômica e social da cidade. (AMARAL e HEROLD JR, 2010, p.2)

Neste trabalho, concebemos o ensino superior como um local de embate onde se confrontam as classes sociais. Por isso, percebemos a ação das forças contrárias que buscam construir uma instituição de ensino superior comprometida com a transformação ou conservação das relações sociais vigentes.

Nas décadas de 1960 e 1970, começa a acontecer a expansão das lavouras em larga escala, devido à mecanização e modernização da agricultura. Entendemos como próprias do capitalismo das décadas em destaque os movimentos modernizadores, incluindo a urbanização das cidades em geral, como também a mecanização da agricultura e demais áreas da indústria.

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava nascia em meio a transformações nas estruturas econômicas, políticas e culturais da cidade. A pequena

faculdade passa a ter um significado especial para os guarapuavanos. Elencaremos a participação nesse processo da sociedade política e da sociedade civil e como essas forças convergiram para o estabelecimento do ensino superior na cidade.

Com isso, pretendemos abordar o nosso objeto em questão, dividindo o estudo em três partes: na primeira, cuidaremos de verificar a formação do ensino superior no Brasil e as suas transformações nos diferentes períodos políticos econômicos bem como suas consequências para a sociedade brasileira. Na segunda parte, situaremos os processos de interiorização do ensino superior no Paraná. Por fim procuraremos levantar o contexto social, situando nele os processos que desembocaram na gênese da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava.

A partir dos objetivos elencados, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica, pois se apoia em livros, teses e dissertações que tratam da história do ensino superior no Brasil principalmente e no Paraná. Esses estudos analisam o momento histórico, econômico e cultural vivido pelo país e pelo Estado do Paraná, quando houve a emergência de instituições de ensino superior.

A pesquisa também contará com fontes primárias como jornais do período e documentos oficiais. Scheubauer e Araújo (2007, p.5) endossam a importância de se fazer o uso dessas fontes: “se a educação é uma prática social que se estrutura a partir do que é veiculado pela cultura, a imprensa tem seu lugar na educação dos homens em sociedade”.

Também faremos o uso de entrevistas que ajudarão a reconstruir o processo de criação da faculdade. Serão entrevistados ex-alunos das turmas pioneiras e também ex-professores do início da faculdade e, bem como ex-diretores da Instituição. Membros da sociedade civil que participaram diretamente do processo de construção da Instituição, igualmente, fornecerão importantes subsídios empíricos para o estudo. Baseamo-nos para essa fase da pesquisa nos estudos de Paul Thompson *A voz do Passado – História Oral* (1992). Na qual o autor destaca a importância e os cuidados com esse tipo de fonte:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Todo esse conjunto de fontes primárias e secundárias será analisado sobre o crivo do referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético. Nesse

sentido, procuramos realizar a análise de conjuntura do ensino superior no Brasil e seu processo de expansão e interiorização no Paraná até a gênese da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em Guarapuava, inseridas no bojo, das relações que constituem a sociedade capitalista. Entendemos o processo de nascimento e expansão do ensino superior no Brasil e Paraná como fruto dos movimentos e das mudanças ocorridas, como uma amostragem das diferentes determinações do processo de produção capitalista, como também a organização das instituições de ensino superior, perante a sociedade a qual pertencem ou para a transformação, ou para sua manutenção.

Dentro do referencial histórico do materialismo histórico dialético, temos a concepção de história segundo Marx e Engels:

Essa concepção de história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral, etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). (MARX e ENGELS, 2007, p. 42).

Interpretar as mudanças ocorridas nos diferentes contextos históricos em que se instituiu o ensino superior no Brasil, em cada período corresponde às necessidades das transformações do modo de produção capitalista no sentido da manutenção das relações sociais que lhe são próprias.

O movimento de transformação do modo de produção vem sempre acompanhado de crises de produção na qual se revela o embate entre as classes sociais. Nas instituições de ensino superior, o embate pode ser interpretado, ora como uma forma de manutenção da ordem social em que impera o capital, ora por um viés que busca a transformação da sociedade capitalista.

O processo histórico que desencadeou a discussão em torno da criação de uma instituição de ensino superior na cidade e a mobilização da comunidade local é interessante, pois justifica a reconstituição do processo que desencadeou as necessidades locais e regionais na luta pelo ensino superior. Além disso, o próprio período destacado traz o processo de expansão das universidades no Brasil, tornando a reconstrução histórica da discussão relativa à Faculdade de Filosofia de Guarapuava uma contribuição para a análise regional conectada ao movimento de transformação do ensino superior que ocorria estadual e nacionalmente.

As décadas de 1960 e 1970 trazem o que Cunha (1988) chama de “binômio modernização imperialismo” (p.10) período em que o mundo refletia o contexto da Guerra Fria e as lutas anti-imperialistas e ainda uma boa parte do planeta optara pelo socialismo e vinha obtendo sucesso com a opção revolucionária. O autor chama à atenção para aquilo que a sociologia burguesa fazia naquela época, procurava mascarar a realidade vitoriosa do socialismo com as teorias da modernização. Nesse sentido, esse autor destaca que o imperialismo no Brasil foi de certa forma, modernizador e o analisa como positivo. No caso da universidade, ele entende a modernização como impulsionadora da extinção das relações sociais arcaicas que estavam presentes no contexto brasileiro nas décadas de 1950 e 1960 e a generalização nas universidades brasileiras das relações próprias do capitalismo desenvolvido.

Para Ianni (1968, p. 8), no Brasil a partir da década de 1930 até o ano de 1964, ocorre uma estratégia política de desenvolvimento econômico, denominada populismo. Nesse contexto, ele analisa a dependência estrutural do país e aponta a forma como aconteceu a chamada revolução de 30, sendo interpretada por ele como uma ruptura parcial, alternando, assim, os poderes e realizando reformas de base, criando instâncias sociais necessárias ao momento. Para o autor, a mudança na sociedade brasileira ocorreu assim:

O desenvolvimento econômico, social e político do Brasil, simbolizado na industrialização acelerada, foi o resultado de uma sequência de rompimentos políticos e econômicos internos e externos. *Grosso modo*, ocorreram entre a Primeira Guerra Mundial e o Golpe de Estado de 1964. A democratização das relações políticas e sociais, **a expansão do sistema educacional**, a conquista de direitos políticos e benefícios sociais, por parte de classes média e operária, inclusive em certas regiões agrícolas, além de outras transformações institucionais importantes, foram a consequência e o componente da ruptura político econômica ocorrida nessa época (IANNI, 1968, p.8) grifos nossos

Esse autor destaca que a crise do populismo e seu modelo de desenvolvimento econômico e social, iniciaram-se no governo Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1960. Ele associou as políticas de massas com os compromissos crescentes com o capital externo, instaurando, dessa forma, o antagonismo entre o populismo e seu modelo de desenvolvimento este associado e dependente do capital internacional. Ianni declara que houve muitas razões para isso, mas uma delas, e não a única, seria a deterioração das relações de intercâmbio e a necessidade de evoluir para uma industrialização de alto nível técnico e organizatório. Dessa forma, o autor destaca 1) o nacionalismo reformista, com base na democracia populista e 2) a ditadura militar “tecnocrata”, com

base na associação ampla dos setores externos. O autor destaca que esses seriam os dois polos da revolução brasileira parcial.

Dentro dessas mudanças e reformas de base que ocorreram no Brasil naquelas décadas sucessivamente, a educação foi uma das áreas direta e indiretamente influenciada e sofreu as reformas necessárias. Após o golpe militar de 1964, ocorre uma grande transformação na concepção de universidade e o ensino superior é todo transformado a partir da Lei 5540/68.

No entender de Freitag (1978), a ideia de expansão e reforma universitária já estava contida desde o início da fundação das primeiras universidades no Brasil, mas a autora afirma que as iniciativas concretas para uma reformulação geral do ensino superior foram anunciadas, logo depois da tomada do poder pelos militares, por meio das declarações do então Ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, declarando que o estudante deveria estudar e os professores deveriam ensinar e “não fazer política”. No ano seguinte formou-se uma comissão de especialistas para elaborar um estudo detalhado da universidade brasileira, composto de americanos e brasileiros já nos termos do convênio entre o MEC e USAID. Com o convênio, o governo brasileiro se comprometia a implantar no ensino superior as medidas propostas pela comissão, é lícito supor que a lei elaborada refletia as recomendações da comissão.

Nesse sentido, a expansão das instituições de ensino superior ganha força e é nesse contexto que a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava é concebida no centro-oeste do Paraná, do chamado Paraná Tradicional. No terceiro capítulo, deste trabalho, demonstramos que, além do momento de expansão do ensino superior no Brasil ter, de certa forma, ajudado na composição da FAFIG, a luta pela instituição vinha de décadas anteriores na cidade e que elite local já vinha se empenhando em conquistar uma instituição de ensino superior para a cidade.

Concordamos com Freitag (1978) quando ela afirma a ideia de expansão e reforma universitária remontam ao começo da criação das primeiras universidades no Brasil, mas entendemos também que herdamos aspectos culturais sociais de nossos colonizadores que ao serem acoplados às formas determinadas e produzidas pelo capitalismo em nosso país, acabaram por criar um modelo próprio de instituição de ensino superior suscetível e dependente aos condicionantes do modelo de desenvolvimento do capitalismo internacional.

***CAPÍTULO I - trabalho, educação e a formação do ensino superior no Brasil***  
***O nascimento das universidades (necessidade de cultura especializada e difusão do saber)***

As primeiras universidades surgem na Idade Média, por volta do século XII, (Manacorda, 1979, p.145), constituídas na forma de uma corporação de mestres e discípulos, pretendentes à universalidade do saber e a eles dedicados. O ensino era pautado em três áreas bem distintas, quais sejam, artes liberais, medicina e jurisprudência. As universidades medievais são consideradas “uma das criações mais originais e uma das heranças culturais mais significativas da Idade Média” (MANACORDA, 1979, p.146) e ainda presentes na atualidade.

O historiador discorre sobre o desenvolvimento das faculdades de artes e demonstra que elas não se distinguiam muito bem das escolas de gramática. Essas faculdades representavam a continuidade da instrução medieval e, talvez por isso, tenham permanecido como a base para qualquer outro estudo. O seu centro de estudos era a filosofia em seus segmentos, “quer a filosofia da natureza (física, ciências naturais), quer a filosofia do homem (ciências morais)” (MANACORDA, 1979, p.146).

Aldo Janotti, em seu estudo: *As origens da universidade: a singularidade do caso português* (1992), traz o nascimento da universidade portuguesa, em fins do século XIII e início do século XIV, como um atraso em relação ao nascimento da universidade na Europa como um todo, mas principalmente em relação aos casos da França e Itália. Ele aponta o problema do atraso cultural português em relação ao restante do continente europeu, bem como seus traços irredutíveis quanto à produção universitária portuguesa que jamais criara uma tradição própria e que usava métodos de ensino considerados ultrapassados para a época.

O autor entende que o nascimento das universidades europeias em geral se deve às condições culturais e sociais propícias ao acontecimento. Sem, claro, dispensar os interesses da Igreja e do Estado. As condições sociais estão ligadas ao renascimento urbano a partir do século XII, em que a Europa começa a se tornar urbana, deixando para trás a Europa agrária. A partir disso, tudo se modifica, as condições econômicas, sociais, políticas, religiosas e culturais. Transformam-se também as condições pedagógicas que antes pertenciam as escolas monásticas, o que quer dizer, as escolas rurais são transferidas para as escolas episcopais, ou seja, para as escolas urbanas. Sendo dessa maneira analisado, a universidade surgirá como desenvolvimento das escolas episcopais. Nesse sentido, a universidade é uma instituição caracteristicamente

urbana. O autor afirma que, para que fosse possível essa modalidade de instituição, foi também necessária, uma condição cultural e social, na qual, a própria sociedade sentiu falta de um saber especializado e novas necessidades foram surgindo dessa transformação social. As cidades e o desenvolvimento do comércio foram o grande motor propulsor dessas transformações tanto na cultura, como na economia e na política. A universidade floresceu em meio a essas mudanças.

Janotti traz a ideia de que toda a corrente de conhecimento, quer laico quer religioso, tinha a sua fonte nas Universidades que, por sua vez, funcionavam como uma espécie de ligação entre o Sacerdócio e o Império:

Talvez fosse nessa função de ligadora e, ao mesmo tempo, de veículo das vicissitudes intelectuais, tanto do poder papalino quanto do poder imperial, que residia a importância histórica da Universidade medieval. Não é de estranhar assim que a sua história seja tão importante quanto a do papado e do Império. (JANOTTI, 1992, p. 22)

O autor destaca que Portugal partiu para a descoberta geográfica do mundo sem antes ter completado a descoberta cultural da Europa. O estudioso lança ainda a ideia de que cultura portuguesa de cunho medievo nunca conseguiu compensar seu anacronismo em relação à cultura europeia e que essa cultura de alguma forma fez falta ao povo português.

Mesmo que seja variado e complexo o processo de nascimento das universidades em diferentes regiões, Manacorda reitera o fato de elas terem surgido e se consolidado por toda a Europa ocidental. Ao longo dos séculos seguintes, passaram por algumas modificações, também, em decorrência do aparecimento de novas ordens religiosas, com novas interpretações e questionamentos acerca da realidade mundana, pavimentando o caminho para novos ensinamentos mais próximos do espírito moderno que surgiu a partir do século XVI.

Com o desenvolvimento da economia mercantil e com as grandes navegações, trazendo a descoberta de um mundo novo, aberto para a exploração, criou-se espaço para uma nova configuração de homem e de mundo. Nos séculos seguintes, é possível perceber exatamente o embate entre as novas formas de interpretar o mundo com as velhas formas. A Reforma e a Contrarreforma foram à expressão mais viva desses acontecimentos.

Conforme Silva (2010), a teoria do conhecimento que embasou e embasa a educação em sua construção e sua determinação possui seus fundamentos nos pressupostos da lógica científica e social moderna que se iniciara também na Europa a partir do século XVII. O projeto da universidade enquanto instituição moderna possui



seus condicionantes históricos presentes no projeto iluminista de modernidade. O autor afirma que a universidade moderna aparece como uma tentativa audaciosa e corajosa no sentido de instaurar no seio da própria sociedade uma instância autônoma e reflexiva capaz de formar sujeitos autônomos.

### ***O ensino superior no Brasil colonial e imperial***

O Brasil definiu o seu modelo de ensino superior conforme o modelo colonizador, isto é, elitista desde o seu início, com ênfase nas profissões liberais. De acordo com a economia do país e seu papel no mundo capitalista, o ensino superior no Brasil procurou atender à necessidade surgida a partir das suas determinações. Nossas conquistas de uma economia dependente e fornecedora de produtos primários e consumidora de produtos externos manufaturados, fez nascer um ensino superior com as características e carências dessa dependência econômica. Um atraso cultural herdado da metrópole, transplantado para a colônia, o nosso modelo de ensino superior sempre atendia às necessidades pontuais surgidas de acordo com as necessidades econômicas vividas pelo país naquele determinado momento.

Cunha (1986), em *A universidade temporã* reflete sobre a possibilidade de vermos o ensino de filosofia e artes realizadas nos colégios jesuítas como uma forma de ensino superior do período, embora saibamos que à época nenhuma instituição de ensino superior havia sido criada no Brasil. O autor argumenta que na América espanhola já havia algumas instituições dessa natureza, todas inspiradas na tradicional Universidade de Salamanca. Mas uma das justificativas seria, a afirmação de que esse tipo de ensino não havia sido criado no Brasil por precaução da metrópole em não querer na colônia um saber do tipo superior, visto que isso poderia mexer com a hierarquia de poderes.

Nos estudos de Gilberto Luiz Alves (1993), o autor não concorda com a equiparação dos ensinamentos dos Seminários como de nível superior, ele expõe que esses estudos eram de nível básico. O autor analisa os estudos ministrados especificamente no Seminário de Olinda a partir da peleja histórica, refletindo uma concreta análise dos documentos e fazendo inferências acerca do nível dos ensinamentos, afirmando que os ensinamentos eram de caráter elementar.

Por sua vez poderíamos refletir que herdamos o atraso cultural português, e em suas várias tentativas a partir da segunda metade do século XVIII com as reformas

pombalinas na tentativa de modernizar o ensino em Portugal e modernizar o ensino no Brasil sua principal colônia. Havia um atraso português em relação à cultura europeia e o país era agrário e atrasado necessitava se modernizar. Como explicitou Cunha (1986) os estudos do Seminário de Olinda e do Colégio Jesuíta da Bahia poderiam ser equiparados aos do Colégio de Évora em Portugal ou a Universidade de Coimbra? Entendemos que se lá em Portugal já havia um atraso cultural e somos herdeiros do atraso em relação à universidade europeia, com certeza nossos ensinamentos nos Colégios Jesuítas eram estudos meramente elementares como afirma Alves (1993) e ao mesmo tempo será que não poderiam ser equiparados aos ensinamentos do Colégio de Évora e da Universidade de Coimbra?

Conforme interpretação de Cunha (1986, p.31), os cursos de artes dos colégios do Brasil colônia, além de seguirem o mesmo plano pedagógico que os jesuítas utilizavam em Portugal, reproduziam os rituais da Universidade de Coimbra. Ele cita Leite (1948), para discorrer sobre como o curso de artes no Colégio da Bahia que se apresentava como uma Faculdade de Filosofia, de direito pontifício e de feição e tradição universitária e com a mesma tradição e solenidade dava o grau de Mestre em Artes aos externos: anel, livro, cavalo, pajem do barrete, e capelo azul de seda. Direito e tradição, que com uma ou outra variante, estendeu-se depois a todos os colégios da Companhia no Brasil, onde existiu o Curso de Filosofia: Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará.

Mesmo assim os cursos oferecidos aqui na Colônia não tinham a mesma validade dos de Portugal. Cunha (1986, p.32) descreve as várias tentativas de se fazer reconhecer o mesmo “valor” do colégio de Évora de Portugal ou mesmo da Universidade de Coimbra, mas os pedidos foram todos negados.

Fávero (1977, p. 18) reitera que o ensino jesuítico oferecido na Colônia, em geral, abrangia, em quase todos os colégios, os cursos de letras e artes. Era um ensino médio de tipo clássico, chegando a ser, em alguns estabelecimentos, como no Colégio Central da Bahia e no Rio de Janeiro, um curso intermediário entre os estudos de humanidades e os cursos superiores. Ainda, conforme a estudiosa, ao término dos cursos de letras e artes (filosofia e ciências), o ensino se bifurcava, a fim de atender os que se preparavam para a carreira eclesiástica e os que se dirigiam para o estudo de leis e medicina.

Durante a terceira quadra do século XVIII, no entender de Cunha (1986, p.38), profundas transformações políticas, econômicas e culturais ocorreram em Portugal,

repercutindo, também no Brasil. Foi nesse período que a Companhia de Jesus – principal responsável pelo ensino secundário e superior na Metrópole e na Colônia – foi expulsa do império português, acarretando grandes transformações no panorama escolar. A expulsão dos jesuítas deu lugar a novos currículos, novos métodos de ensino, nova estrutura da educação escolar.

Para Cunha, a reforma da Universidade de Coimbra de 1770 é a mais conhecida medida da reforma educacional de Pombal. As suas quatro faculdades maiores, de teologia, Cânones, Direito e Medicina, foram acrescentadas às de Matemática e de Filosofia, destinada esta ao ensino das ciências naturais. Antes da reforma, os estudos de filosofia eram realizados no Colégio de Artes de Coimbra, compreendendo todas as disciplinas do programa escolástico-jesuítico, conforme o *Ratio Studiorum*. Tinham objetivo propedêutico, ou seja, a preparação dos futuros estudantes dos cursos propriamente profissionais de medicina, teologia, direito e cânones. A reforma criou uma Faculdade de Filosofia que, além de manter aquele objetivo propedêutico, assumiu outro, o do ensino das ciências naturais.

No que se refere ao ensino superior no Brasil, Cunha descreve que o fechamento dos colégios jesuítas na Bahia, em Recife, em Olinda, em Piratininga, no Rio de Janeiro, em São Luis, em Belém e em Mariana, correspondeu à abertura de aulas de matérias isoladas e à criação de cursos superiores estruturados no Rio de Janeiro e em Olinda, este no prédio do antigo colégio dos padres jesuítas. Em 1776, os frades franciscanos criaram, autorizados por alvará régio, um curso superior no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Era, na realidade, uma faculdade organizada, conforme a Universidade de Coimbra, já nos moldes da reforma pombalina.

Os Estudos Maiores funcionavam em um só convento e dividia-se em dois cursos: o de Filosofia e o de Teologia, sendo o primeiro um preparatório ao segundo. Havendo doze alunos aprovados nos estudos Menores, abria-se o Curso de Filosofia, com duração fixa de três anos. O Curso de Teologia durava também três anos. Desse modo o curso superior durava sete anos no mínimo em regime seriado. (Cunha, 1986, p.58)

Com a transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, e a emergência do Estado Nacional, pouco depois, geraram a necessidade de se modificar o ensino superior herdado da Colônia, ou melhor, de se fundar todo grau de ensino completamente distinto do anterior.

A partir de 1808, foram criados cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e profissionais liberais. Esses cursos eram os dos estabelecimentos militares (Academia Militar e Academia de Marinha), os cursos de medicina e cirurgia e o de matemática. Temos aqui uma pequena mudança gerada pela nova formação social e política do Brasil e as necessidades que apareceram diante dessa nova possibilidade.

De acordo com Cunha (1986) e Fávero (1977), não só a burocracia do Estado nascente carecia de profissionais sistematicamente formados, mas também a produção de bens simbólicos para o consumo das classes dominantes. Assim é que, além dos novos cursos superiores militares e de medicina, e dos antigos, de filosofia e de teologia, confinados, então, aos conventos e seminários episcopais, foram criados cursos superiores de desenho, história, música. O curso de arquitetura, sintomaticamente localizado na academia de Belas Artes, também desempenhava a função de formar especialistas na produção de bens simbólicos. Mas, certamente, foram os cursos de direito os mais importantes entre os que cumpriam essa função, pois os bacharéis tinham, na atividade cotidiana, de elaborar, discutir e interpretar as leis, a tarefa principal de formular e renovar as ideologias que legitimavam as relações de dominação mantidas e dissimuladas pelo aparato jurídico.

A reestruturação e ampliação do ensino superior no Brasil, a partir de 1808, (CUNHA, 1986, p.69), fez com que os estudos de matemática, física e química, biologia e mineralogia se deslocassem dos cursos de filosofia, controlados pela Igreja, para os cursos médicos e para a Academia Militar, e, muito mais tarde, para a Escola Politécnica que dela se separou. Com a importação dos livros-texto daquelas ciências e com o retorno de brasileiros que estudavam na Escola Politécnica de Paris, onde lecionava Auguste Comte, o positivismo se firmou como ideologia dos médicos, dos engenheiros, dos oficiais do exército e dos professores secundários das disciplinas científicas. Eles passaram a ser os ideólogos das frações progressistas das classes dominantes e das camadas médias urbanas, utilizando a doutrina positivista contra as doutrinas veiculadas pela Igreja Católica e, por extensão, contra o regime monárquico e a escravidão.

No entender de Fávero (1977, p.21), essas escolas tiveram duas características marcantes: primeiramente, apresentavam um nítido caráter profissionalizante e, em segundo lugar, foram organizadas como um serviço público, mantido e controlado pelo Governo, visando à preparação de pessoal, a fim de desempenhar diferentes funções na Corte. Após a Independência (1822), com apenas algumas escolas profissionais, os

debates na Constituinte pareciam marcar uma mudança completa na política até então adotada por D João VI em relação ao ensino superior.

Conforme a autora (1977, p. 26), nas vésperas da reforma Leôncio de Carvalho (1879), o país possuía seis estabelecimentos civis de ensino superior e nenhuma universidade: a) Faculdade de Direito de São Paulo, que teve sua origem no antigo Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, criado em 1827, e que, em 1854, recebe aquela denominação; b) Faculdade de Direito de Recife, também proveniente do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Como o Curso Jurídico de São Paulo, o de Olinda passa, em 1854, a chamar-se Faculdade de Direito, transferindo-se no mesmo ano para Recife; c) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, iniciada, parceladamente, por atos do Príncipe D João: o ensino de Anatomia, instituído em abril de 1808, de Medicina Clínica, Teórica e Prática, e Princípios Elementares de Matéria Médica e Farmacêutica, em 1813, que em outubro de 1832 se converte em Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; d) Faculdade de Medicina da Bahia, no início Escola de Cirurgia, criada pela Carta Régia de 18 de fevereiro de 1808. Em dezembro de 1815, recebe a denominação de Academia Médica-Cirúrgica e, depois com um Decreto de 3 de outubro de 1832, passa a se chamar Faculdade de Medicina da Bahia; e) Escola Politécnica do Rio de Janeiro, nascida como Academia Real Militar, em 1810, e transformada, em 1832, na Academia Militar; em 1842, na Escola Militar; em 1858 na Escola Central, destinada também ao ensino de engenharia civil; em 1874, recebe o nome de Escola Politécnica; f) Escola de Minas de Ouro Preto, criada em novembro de 1875 e instalada em 1876. Uma de suas características é ter, desde o início, o ensino adaptado às condições do meio.

Para Cunha (1986, p. 76), o ensino superior nasceu, assim, junto com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir, predominantemente, as suas funções próprias. A independência política do Brasil em 1822 veio apenas acrescentar mais dois cursos, de direito, ao rol dos já existentes, seguindo a mesma lógica de promover a formação dos burocratas, na medida em que eles se faziam necessários. Durante todo o Império, o ensino superior permaneceu praticamente o mesmo. Cursos viraram academias, currículos foram modificados várias vezes, mas o panorama não mudou substancialmente.

A transferência para o Rio de Janeiro da sede do reino português fez com que se introduzissem no Brasil orientações novas, já vigentes na metrópole, promovendo a secularização do ensino público. Não só eram religiosos seus marcos principais de

referência, e até seu conteúdo, como também religiosa era a instituição que formava os professores (em geral, sacerdotes) e administrava as escolas: a Igreja Católica. Embora a Igreja fosse assim dependente do Estado, não é menos verdade que este dependia ideologicamente daquela. A ação pedagógica religiosa, tanto na eloquência sagrada quanto nas escolas, cimentava a ordem existente baseada na organicidade dos estamentos e no direito divino do poder real (CUNHA, 1986, p. 81).

Na análise do estudioso, as concepções filosóficas e pedagógicas, em que se inspiravam os educadores progressistas portugueses estavam intimamente ligadas às doutrinas políticas da burguesia nascente que viam, na defesa da secularização do ensino, na França, um instrumento importante de combate dos remanescentes feudais que tinham na Igreja Católica fortes bases materiais e ideológicas. Com isso, tem-se a necessidade do controle sobre o ensino:

Embora a esfera nacional controlasse diretamente apenas o ensino superior, seu poder estendia-se, de forma indireta, à esfera provincial e a todo o setor particular, pois as escolas secundárias, predominantemente provinciais e particulares, almejavam preparar seus alunos para o ingresso nas escolas superiores. (CUNHA, 1986, p.88)

Cunha descreve as resistências à participação do setor privado no ensino superior no Brasil sob duas formas. Uns defendiam ser essa medida inofensiva, a liberdade de ensino superior existia desde a fundação do império e não foi aproveitada pela iniciativa particular, prova do seu desinteresse. Já outros diziam ser a diminuição do controle do Estado um incentivo à degradação da qualidade de ensino. O autor entende que a verdadeira razão consistia na defesa do monopólio de concessão de privilégios profissionais, por meio do poder de conferir diplomas juridicamente válidos.

Em 1832, as academias de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia foram transformadas em faculdades, abrangendo, além do curso médico e cirúrgico, os de farmácia e de obstetrícia (Cunha, 1986, p.102). Os diplomados pela Academia Real Militar, criada pelo príncipe regente, no Rio de Janeiro, em 1810, não se destinavam exclusivamente às atividades bélicas. O texto da carta de lei de 4 de dezembro que a instituiu deixava bem clara a destinação também “civil” dos profissionais lá formados. Em 1874, a Escola Central passou para a administração do Ministro do Império, com o nome de Escola politécnica, destinada ao ensino de engenharia “civil”. Ela formava quatro especialidades de engenheiros: engenheiro civil, de minas, geógrafo ou

industrial, e duas especialidades de bacharéis, em ciências físicas e naturais e em ciências físicas e matemáticas.

Cunha (1986) entende que com a independência do Brasil, em 1822, surgiu o problema da formação de quadros para a burocracia do novo Estado. Com a necessidade posta, conforme Cunha (1986, p. 111 e 112) e Olive (2002, p. 32), em 9 de janeiro de 1823, um decreto do imperador criava no Município da Corte um curso jurídico, mas foi só em 2 de março de 1825, que o Visconde de Cachoeira, então Conselheiro de Estado, elaborou um projeto de estatuto o qual foi utilizado, dois anos mais tarde, para reger o funcionamento dos cursos jurídicos que foram efetivamente criados. Em 11 de agosto de 1827, o imperador sancionou lei da Assembleia Geral Legislativa, criando não um, mas dois cursos jurídicos, em São Paulo e Olinda. Em 1854, por decreto de 28 de abril, os cursos jurídicos foram transformados em faculdades de direito.

Conforme Cunha (1986, p.116), em 1816, foi criada a Escola real de Belas Artes e Ofícios que deveria reunir os estudos de ciências como matemática, física, química, biologia e botânica, à prática de ofícios “mecânicos” como a ferraria e a marcenaria e ao cultivo das artes ornamentais e da arquitetura. Essa escola não chegou a funcionar, sendo recriada, em 1820, com o nome de Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, sem a presença do ensino dos “ofícios mecânicos” para que não denegrise as “belas artes” e o “ofício liberal” da arquitetura com que elas se identificavam. A partir de 1824, firmou-se a denominação de (Imperial) Academia de Belas Artes.

Olive (2002, p.32) afirma que as primeiras faculdades brasileiras Medicina, Direito e Politécnica, eram independentes e separadas umas das outras, isoladas, e essa acabou se tornando uma característica do ensino superior brasileiro. Mais tarde criaram-se várias escolas de ensino superior pelo Brasil, sempre de caráter isolado.

Cunha explica que os estatutos das faculdades, no Império, continham vários dispositivos destinados a reger o provimento dos cargos de diretor, professor e bedel, o funcionamento didático e as penalidades aplicáveis aos estudantes infratores das normas.

Quanto à entrada dos alunos no ensino superior no Império Cunha expõe assim:

Quando as escolas superiores estatais e secularizadas foram criadas no Brasil, durante a estada da corte portuguesa no Rio de Janeiro, o ensino secundário funcionava em alguns seminários episcopais e num punhado de aulas régias, sem constituírem estas um currículo estabelecido e seriado. Por isso, essas escolas tiveram de montar um mecanismo que funcionasse, ao mesmo

tempo, como preparação para o ensino superior e como verificação do aprendizado: foram as chamadas aulas de preparatórios e os exames preparatórios. (CUNHA, 1986, p.124)

Podemos apreender nessa primeira parte, que o ensino superior no Brasil em seu período colonial e imperial, serviu especificamente para formar a elite e, conseqüentemente, manter o *status quo* da sociedade. É possível perceber que a influência religiosa ainda era marcante, pois era a referência mais plausível que se tinha à época, visto que por mais de três séculos os religiosos foram as autoridades quando se falava de educação formal no Brasil.

### ***O ensino superior na Primeira República***

Foi nesse período que surgiram os primeiros estabelecimentos de ensino superior do Brasil com o nome de universidade, sendo a do Rio de Janeiro (1920) e a de Minas Gerais (1927) as que prosperaram.

A proclamação da República, conforme Cunha (1986, p. 198), criou uma ordem jurídica que, liberando antigos anseios federativos, propiciou iniciativas de criação de instituições de ensino superior em diversos estados. Em três deles, surgiram universidades fora e à revelia do poder central, no Amazonas, em São Paulo e no Paraná, por conta da Lei Rivadavia Correia que liberava a criação de instituições de ensino superior sem a aprovação do governo central, embora tivessem existência curta, pois somente décadas mais tarde essas instituições foram efetivadas.

A Universidade do Paraná nasceu em 19 de dezembro de 1912, com a intenção de formar profissionais para atender à economia crescente no estado do Paraná da época. A demanda por um número maior de profissionais com competências e habilidades mais elaboradas, como engenheiros, advogados e médicos fomentaram o desejo que fizeram nascer a Universidade do Paraná, para formação dos talentos necessários a uma sociedade em desenvolvimento. Foi invalidada pela reforma Carlos Maximiliano em 1918, mas continuou funcionando sem a alcunha de universidade. Restaurada em 1946, novamente como Universidade do Paraná e federalizada em 1950, tornando-se desde então Universidade Federal do Paraná.

As necessidades sentidas com a nova forma de governar na primeira República, a classe média sentia os imperativos para ascendência social e os Estados trataram de criar suas universidades que, em geral, não prosperaram devido às sanções do governo



central. Algumas continuaram funcionando assim mesmo com as suas faculdades independentes, como foi o caso da Universidade do Paraná. As universidades passageiras mostram o quanto foi importante para o ensino superior no Brasil a marca governamental aos diplomas, condição necessária aos privilégios ocupacionais procurados pelos estudantes, decorrência da classe média e seu desejo de ascender socialmente via ensino superior (CUNHA, 1986, p.211).

O Curso de Direito era, nessa época, um verdadeiro curso de cultura geral. O bacharel era o burocrata por excelência em qualquer setor do Estado, já que a interpretação de leis e a elaboração de normas jurídicas como portarias, avisos, proclamações, etc. constituíam o principal meio de atuação da burocracia civil. Nesse momento, conforme Cunha (1986), não só o título de bacharel propriamente dito, mas qualquer diploma de escola superior, anel de grau, vestuário e fala conferiam aos seus portadores, os “doutores”, um *status* muito especial na sociedade brasileira.

O artigo 72 da Constituição de 1891 trata da declaração de direitos, determinava ser leigo o ensino ministrado nas escolas estatais. O artigo 34 dessa mesma constituição dizia ser competência exclusiva do Congresso Nacional legislar sobre o ensino superior na capital federal. O Congresso Nacional poderia criar, mas não privativamente, instituições de ensino superior nos estados. Assim, fora da capital do país, tanto o Congresso Nacional quanto as assembleias legislativas estaduais poderiam criar escolas superiores.

Cunha (1986) afirma que, nas primeiras décadas da República, as transformações do ensino superior foram marcadas pelas mudanças ocorridas com a facilitação do acesso a esse tipo de instituição, resultado, por sua vez, das mudanças nas condições de admissão e da multiplicação das faculdades. Essas mudanças e essa multiplicação foram determinadas por dois fatores relativamente independentes. Um deles foi o aumento da procura do ensino superior produzido pelas transformações econômicas e institucionais. Outro fator, este ideológico, foi a luta de liberais e positivistas pelo “ensino livre”, e destes últimos contra os privilégios ocupacionais conferidos pelos diplomas escolares.

O movimento de facilitação do acesso ao ensino superior, desafogado pela política educacional de Benjamin Constant, ganhou tal dinamismo que provocou a alteração dessa mesma política, embora não mudasse o curso geral do processo. Com isso, no entender de Luiz Antônio Cunha, houve uma política de contenção.

Em 13 de dezembro de 1910, quando se discutia no Congresso o projeto de lei do orçamento da União para o ano seguinte, os Senhores Deputados João Simplício, Carlos Cavalcanti e Carlos Garcia, da bancada gaúcha, apresentaram uma emenda à lei orçamentária, autorizando o Poder Executivo a reformar o ensino secundário e superior mantido pelo governo federal. Aos estabelecimentos federais de ensino superior, a reforma deveria conceder autonomia financeira, disciplinar, pedagógica e administrativa diante do governo; os candidatos passariam a ser selecionados por exames de admissão. Aos estabelecimentos secundários, além de conceder idêntica autonomia, a reforma pretendia dar “ao seu ensino caráter prático, libertando-o da condição subalterna de curso preparatório do ensino superior” (CUNHA, 1986, p.180, 181).

Com os poderes conferidos pela lei orçamentária, o Marechal Hermes da Fonseca, presidente da República, promulgou por decreto a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, redigida pelo ministro do interior, o Deputado gaúcho Rivadávia Corrêa.

Como apontam Fávero (1977) e Cunha (1986), foi em 1915, por meio da Reforma Carlos Maximiliano o problema da criação da instituição universitária, tomou forma legal, com o artigo 6º, do Decreto nº 11.530, de 18.3.1915, ao determinar que caberia ao governo federal, quando considerasse oportuno, reunir em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades livres de Direito, dispensando-a de taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar.

A primeira instituição criada no Brasil com a denominação de universidade foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada por um decreto do Governo Central. Instituída em 1920, pelo Decreto nº 14.343, do Presidente Epitácio Pessoa e referendado pelo Ministro Alfredo Pinto. A instituição nasceu pela junção da Faculdade de Medicina e de Direito e a Escola Politécnica. Tal intento não modificou as escolas superiores existentes e a Universidade que acabara de nascer passou a ter existência apenas nominal. Cunha (1986), Fávero (1980) e Olive (2002) consideram como razão de sua criação pelo governo o motivo de receber academicamente o Rei Alberto, da Bélgica, que visitou o Brasil em 1920. Para homenageá-lo, com o título de doutor *Honoris Causa* necessitava de uma instituição com o nível de universidade. Independentemente de ter sido esse o motivo da criação da Universidade do Rio de Janeiro, sua criação suscitou, de forma mais contundente, o debate em torno do problema universitário brasileiro.

Surgiram críticas incidindo sobre a falsidade do título pomposo atribuído a um mero conglomerado de escolas que continuavam a ser tão isolados quanto antes, mantendo o mesmo currículo de quando eram apenas faculdades sem nenhum vínculo. A Universidade do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais, feita à sua imagem, não correspondiam ao modelo de universidade que se esperava.

Para Fávero (1977, p.30), a Reforma Rocha Vaz (1925) apresentava o Decreto nº 16.782-A em que mantinha a Universidade do Rio de Janeiro nos moldes em que fora criada. No mesmo Decreto, também é autorizada a criação de outras universidades, nos moldes do Rio de Janeiro. A autora destaca que os anos vinte foram marcados por alguns fatos significativos para o ensino superior: os dois congressos de ensino, nos quais foram estudados problemas relativos ao ensino superior brasileiro e à realização de dois inquéritos, um em 1926, sobre o ensino superior e o outro em 1928, totalmente voltado para a questão universitária, e que foi realizado pela Associação Brasileira de Educação (ABE).

Para Cunha (1986), a reforma Rocha Vaz objetivou o reforço do controle do Estado, particularmente do governo federal, sobre as instituições de ensino, numa tentativa de estabelecer o controle sobre as crises políticas e sociais que desembocaram na revolução que pôs fim ao regime, em 1930. A reforma Rocha Vaz estabelecia o dever do diretor de cada faculdade fixar o número de vagas, a cada ano. Em consequência, os estudantes aprovados eram matriculados por ordem de classificação, até completarem as vagas. Os demais não teriam direito à matrícula, no ano em que prestaram os exames e nos demais, a menos que, novamente examinados, obtivessem classificação.

Nesse período, então, houve as primeiras tentativas de organização de uma universidade, com a agremiação de escolas isoladas, que a partir disso, recebeu a denominação de universidade. As críticas a essa forma de organização, para criar uma instituição de ensino superior, alimentaram os debates em torno da questão o que, de certa forma, foi positivo, para se pensar uma universidade que poderia ser ideal ou a melhor possível de ser feita dadas as reais condições do país.

### *O ensino superior da era Vargas a Ditadura Militar*

A sociedade brasileira, a partir de 1930, passa por uma grande transformação, não só política, mas também econômica, social e cultural. Nessas esferas, há necessidade de se renovar as bases estruturais. Esse processo de transformação da sociedade brasileira advém das mudanças externas, como aquelas decorrentes da quebra da bolsa de valores em Nova Iorque em 1929.

Hobsbawm (1995) descreve a grande modificação da sociedade em seus vários aspectos desde os séculos XVIII e XIX na legitimidade do capitalismo mundial, perpassando o período das Guerras Mundiais e a época da Grande Depressão econômica.

A história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo, mas irregular crescimento econômico, de crescente “globalização”, ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa do trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global. O processo técnico continuou e até se acelerou na Era da Catástrofe, transformando e sendo transformado pela era das guerras mundiais. Embora na vida de homens e mulheres as experiências econômicas centrais da era tivessem sido cataclísmicas, culminando na Grande Depressão de 1929-33, o crescimento econômico não cessou nessas décadas. Apenas diminuiu o ritmo. (HOBSBAWM, 1995, p. 92)

No Brasil, os efeitos da Grande Depressão fez a velha forma de governo oligárquico cair por terra e, em seu lugar, teve início a “Era Vargas”. Com Vargas surge no Brasil uma nova maneira de governar, pautando-se nas políticas chamadas de “desenvolvimentistas”, “populistas” ou mesmo “getulistas” (IANNI, 1968).

A ruptura ocorrida nessa época no Brasil é um tipo de “ruptura reformista” utilizando as palavras de Otávio Ianni (1968). Dessa forma, acontecem reformas apenas em certos quadros institucionais, sem nenhuma transformação estrutural. Trocam-se as facções da classe dominante com a ascensão de outro grupo ao poder recompondo assim as forças políticas e econômicas com um sentido “renovado”.

Romanelli (2003), ao estudar o período de 1930, apontou que a educação brasileira se transformou em função dos papéis atribuídos pela economia. O Brasil, enquanto economia exportadora agrícola, não chamou a responsabilidade para a educação, no sentido de preencher a sociedade com recursos humanos qualificados. Nossas necessidades educacionais até então se resumiam na preparação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais.

Nesse sentido, Romanelli explica que os processos de modernização da economia tratando da importação tecnológica, relegam aos processos educativos não desempenhar com autoridade sua função a não ser claro nos setores básicos de expansão econômica: o de treinamento e qualificação de mão de obra. Em nível de ensino superior, também teremos comprometida a formação de pesquisadores e o desenvolvimento de pesquisa aplicada, deixando-as para segundo plano.

Com a mudança econômica advinda na década de 1930, como consequência externa da crise de 1929, Romanelli expõe a diluição desse processo em termos educacionais internamente:

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determinou conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado. (ROMANELLI, 2003, p.59)

A historiadora relata que a coerência externa de um sistema educacional se define por sua capacidade de responder às solicitações que o contexto lhe faz. Incluem-se entre elas as solicitações do sistema econômico do momento. Um sistema de industrialização dependente, que importa tecnologia, evidentemente tem solicitações a fazer quanto à formação de recursos humanos para o trabalho especializado, mas tem poucas solicitações a fazer quanto à formação de pesquisadores e cientistas.

Romanelli (2003) demonstra o descompasso educacional que havia em 1930, sendo entendida da forma mais contraditória possível. Ela explica que, no momento em que começaram os rompimentos, o novo governo já não conseguia produzir um sistema escolar de que necessitava. As pressões da sociedade tiveram de ser satisfeitas, e foram atendidas de forma complicada e problemática. Assim temos a incoerência de um novo governo implantado, que nem rompera com o passado e que não conseguira se comprometer com o futuro. A situação posta fez o sistema educacional brasileiro pender entre as novas necessidades do sistema escolar e a velha estrutura da escola, fazendo expandir o ensino que vigorara até 1930 e não o ensino renovado.

Nesse contexto, o Governo Provisório tratou de elencar as bases na qual se fundamentava o novo regime político. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, acontece a Reforma Campos na instituição de vários decretos. Sendo entendida a importância da Reforma Campos pela amplitude e a maneira de fazer valer

o seu conteúdo em todo território nacional. Entre os decretos instituídos por Campos, estava o decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras.

Esse documento, denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras estabelecia os padrões organizacionais para a reforma das universidades existentes, e para as universidades que viessem a ser fundadas, embora surgissem limitações à iniciativa das novas instituições de nível superior.

Nesse sentido, foram várias as tentativas de organização de universidades como instituições orgânicas e integradas, a partir da década de 1930 em que o Brasil, nas palavras de Fávero (1977), “passa da era da ‘escola superior’ para a era da ‘instituição universitária’” (p.38).

A reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, não foi muito além do que já existia. A Universidade de São Paulo, fundada em 1934, é a instituição que trará o diferencial, enquanto as demais universidades organizavam-se pela simples aglomeração de cursos autônomos existentes, a Universidade de São Paulo pretendia ir além.

A Universidade de São Paulo, foi pensada para além da incorporação das escolas superiores já existentes (Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Faculdade de Medicina e a Escola de Veterinária) apresenta em sua composição uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A essa nova faculdade, caberia a formação de professores para magistério secundário e a realização de altos estudos desinteressados e a pesquisa. Também apresenta o Instituto de Ciências e Comerciais, e a Escola de Belas-Artes, desses só sobreviveu a Faculdade de Filosofia (CUNHA, 1986, p.269).

Na análise de Cunha, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, teria como objetivos “ampliar a cultura no domínio das ciências puras, promover e facilitar a prática de investigações originais, desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério”. Teria três seções: a de Educação, a de Ciências, compreendendo esta os cursos de matemática, física, química e ciências naturais, e a de Letras, com os cursos de letras, filosofia, história e geografia, e línguas vivas. Seriam esses os cursos de licenciatura, e os diplomados deveriam, preferencialmente, lecionar as disciplinas de sua especialidade no ensino normal (licenciados em educação) e no ensino secundário (licenciados em ciências e em letras).

Mais universidades foram fundadas, de acordo com o Estatuto das Universidades, algumas com diferencial de ter uma Faculdade de Educação. Destaca-se, também, a criação da Universidade de Porto Alegre, a primeira a incluir uma Faculdade de Estudos Econômicos em sua estrutura.

Mas, no geral, as universidades criadas pelo Brasil se multiplicaram alternadamente em instituições públicas e particulares, sendo que, na maioria, obedecendo ao que estipulara o Estatuto, estabeleceu-se para a constituição de uma Universidade a existência de três cursos: o Curso de Direito, o de Medicina, o de Engenharia ou Educação, e o de Ciências e Letras. Na visão de Fávero (1977), o projeto relativo ao ensino superior empreendido por Francisco Campos está dividido em três decretos: um decreto geral, relativo à organização das universidades brasileiras e outro que contém a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e do ensino superior brasileiro e um terceiro que criava o Conselho Nacional de Educação.

No período, a Universidade do Distrito Federal também traz novidades (CUNHA, 1986, p.276), uma vez que dentre os cursos previstos estavam alguns completamente novos no ensino superior brasileiro, quais sejam, administração e orientação escolares, auxiliares de medicina e técnicas de laboratórios, diplomacia, estatísticas, serviço social, jornalismo e publicidade, biblioteconomia, arquivos e museus, cinema e arquitetura paisagística.

Para Cunha (1986, p.283), além da criação do ministério, as principais medidas de política educacional tomadas no período da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública foram: a introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a reforma do ensino secundário, a criação do Conselho Nacional de Educação e a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras.

Ainda de acordo com esse estudioso, a administração de toda universidade seria composta de institutos de ensino (pelo menos três dentre os seguintes: direito; medicina; engenharia; educação, ciências e letras), todos ligados a uma administração central, embora os institutos pudessem manter autonomia jurídica. Cada instituto seria dirigido por uma congregação, integrada pelos professores catedráticos efetivos, pelos docentes livres em exercício de catedrático, e por um representante dos docentes livres, por eles eleito.

O autor explica que a administração central da universidade seria composta pelo conselho universitário e pela reitoria. As universidades federais teriam o poder de conceder “títulos, dignidades e outros privilégios” com validade em todo o território

nacional. As estaduais e particulares poderiam ser equiparadas, desde que tivessem seus estatutos aprovados pelo Ministério da Educação, mediante fiscalização e que atendessem a outras exigências. O modelo de universidade presente no Estatuto se contraporía aos modelos pretendidos pelos liberais, como o da Universidade de São Paulo (Fernando de Azevedo) e da Universidade do Distrito Federal (Anísio Teixeira).

Conforme Cunha (1986, p. 294) o Estatuto admitia duas formas de organização do ensino superior, isto é, a universidade, forma própria desse ensino, e o instituto isolado. A universidade poderia ser oficial ou livre. A universidade oficial seria aquela mantida pelo governo federal ou pelo estadual. A universidade livre seria mantida por fundações ou associações particulares.

Assim, os debates que se arrastaram ao longo da década de 1920, em torno da educação e do ensino superior, tomam corpo com a Reforma Francisco Campos e com as discussões promovidas por grupos da sociedade, dentre esses, destacam-se o grupo dos renovadores e a preocupação com o ensino no Brasil, suas ideias culminaram no Manifesto de 1932. Conforme Fávero (1977, p. 37), o Manifesto, lançado ao povo e ao governo, apresenta uma análise do problema educacional sobre vários aspectos, definindo-lhes princípios e fins.

De acordo com Cunha (1986, p.274), sendo impossível o consenso entre governo e os educadores da tendência escolanovista, estes resolveram expressar seu próprio ponto de vista, divulgando o documento. Eles defenderam a gratuidade do ensino superior, em oposição ao Estatuto das Universidades, de 1931, que mantinha a tradição de pagamento, mesmo nas escolas mantidas pelo Estado. Os Pioneiros da Educação Nova assim se manifestaram:

A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. Aliás, o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito. (AZEVEDO, 1958, p.67)

Conforme Cunha (1980, p.231), a política educacional dos liberais, por conta do elitismo que impregnava seu pensamento, tinha no ensino superior grande parte das suas preocupações manifestas em iniciativas como a criação da Universidade de São Paulo, da Escola de Sociologia e Política e da Universidade do Distrito Federal, resultado dessa orientação.

O ensino superior, na proposta de Fernando de Azevedo, estaria intimamente articulado com o secundário, por duas vias, sendo a primeira a formação, no ensino



secundário, da cultura geral e da disciplina intelectual, ambos indispensáveis ao superior e a segunda era a da formação, em escolas superiores, de professores para as escolas secundárias, condição para que a primeira via fosse cumprida. O autor cita Fernando de Azevedo para descrever os problemas relativos ao ensino superior presentes na década de 1930 e que já vinha sendo debatido desde a década anterior:

O saber que deveria ser produzido e transmitido no ensino superior seria o de “uma cultura verdadeiramente superior, livre e desinteressada, desenvolvida em todas as direções e capaz de contribuir, pela sua força orientadora e pelo seu poder criador, não só para o progresso da nacionalidade em formação, como para o enriquecimento do saber humano”. (CUNHA, 1986, p.261)

Ainda citando Azevedo, ele discorre sobre a universidade estender a cultura já elaborada a todo o povo, por diversas vias: pela formação de professores para o ensino secundário e, indiretamente, pela formação de professores primários; pela ‘extensão universitária’, ministrando cursos e palestras de divulgação; e, finalmente, pela ação dos ex-alunos nos cargos públicos e nas posições destacadas da Sociedade Civil, como nos partidos políticos e na imprensa.

Cunha (1986) descreve a fundação em São Paulo da Escola de Sociologia e Política, na tentativa de formar uma elite que atuasse com eficácia na solução dos problemas da administração pública e particular. A escola foi concebida como uma fundação de direito privado, oferecendo um curso livre, no sentido de não pretender reconhecimento de privilégio ocupacional pelo Estado. Para atuar na escola alguns professores vieram de outros países.

A Universidade de São Paulo, criada em 1934, por um decreto estadual incorporando as seguintes escolas superiores existentes: Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Faculdade de Medicina e a Escola de Veterinária. O Instituto de Educação foi elevado à categoria de escola superior e incorporado a Faculdade de Educação. Foram criadas à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, e a Escola de Belas-Artes, desses só sobreviveu a Faculdade de Filosofia (CUNHA, 1986, p.269).

Na descrição do autor, a criação da Faculdade de Educação e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras realizava um antigo projeto de Fernando de Azevedo para o ensino superior, já anunciado na pesquisa de 1926 para *O Estado de São Paulo*. A Faculdade de Educação seria o centro da formação de professores para o ensino secundário. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como o “coração da universidade”, seria o lugar onde se desenvolveriam “os estudos de cultura livre e

desinteressada”. Nela, funcionaria uma espécie de curso básico, preparatório a todas as escolas profissionais e para ela própria. Lá, estudantes se dedicariam às matérias fundamentais de todos os cursos (matemática, física, química, biologia, estatística, economia e outras), após o que se encaminhariam para as faculdades propriamente profissionais.

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo reuniu vários professores europeus. Esse intercâmbio propiciou condições para que se formasse um novo modelo de cientista, representando importante papel no processo de institucionalização da ciência brasileira. Matemáticos, físicos, químicos e cientistas de outras especialidades formaram alunos interessados em se dedicar à pesquisa e ao magistério superior, enviando-os à Europa onde estagiaram junto aos grandes nomes da ciência daquela época.

De acordo com Cunha (1986), o ano de 1932 assinalou o início de uma nova fase do pensamento liberal no campo da educação: o liberalismo elitista começou a ceder espaço (ideológico) ao o que o autor chama de “liberalismo igualitarista”. Segundo esse estudioso, essa fase é importante para a história da educação no Brasil, pois, pela primeira vez, foi formulada uma política educacional convergente com os interesses conjunturais da classe trabalhadora e das camadas médias. Já começava por aí o detalhe populista da política educacional e as tentativas do governo em agradar aos grupos de católicos e ao grupo de adeptos da Escola Nova. O autor destaca as batalhas educacionais advindas ainda da década de vinte, entre católicos e escolanovistas e essas se tornaram ferrenhas na década de trinta. Ambos os grupos se revezavam no governo.

As tentativas católicas em criar suas faculdades continuaram. Os educadores católicos vinham com o mesmo pensamento das profissões liberais. Foram criadas faculdades isoladas católicas e, em 1936, a Faculdade de Filosofia de São Bento foi reconhecida pelo governo federal e logo, em seguida, o mesmo aconteceu com o Instituto *Sedes Sapientiae* (criado quatro anos antes, também em São Paulo) e a Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras Santa Úrsula (no Rio de Janeiro) Cunha (1980, p. 315).

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras idealizada pela Universidade de São Paulo, como uma instituição única, responsável pelo cultivo de todos os ramos do saber, bem como pela promoção do ensino nas disciplinas de caráter não utilitário, pela realização de pesquisas científicas e altos estudos de caráter desinteressado, como também pela realização de cursos básicos de disciplinas comuns a outros institutos

universitários, teria a função de contribuir com a formação de professores secundários e superiores.

Mas o fato é que as escolas profissionais não aceitaram a centralização na Faculdade de Filosofia das disciplinas básicas, alicerce das especializações profissionais e técnicas. Ao final, cada escola terminou assumindo as disciplinas que deveriam ser básicas de seus cursos. Fávero (1977, p.40) chama à atenção para o fato da não aceitação do papel de instituição a qual caberia o estudo inicial das demais áreas do conhecimento. A Faculdade de Filosofia muito contribuiu para que, após 1938, também ela tornasse como as demais escolas existentes no país, uma escola de caráter profissionalizante, voltada, sobretudo, para a formação de professores do ensino secundário.

Cunha (1983, p.77) analisa a política educacional do Estado Novo, cujo impulso genético ultrapassou a própria derrubada do regime, definindo uma estruturação dual para o ensino médio, com um ramo secundário conduzindo direta e irrestritamente ao ensino superior, e ramos profissionais, que não permitiam aos seus diplomados ingressarem no grau posterior. Isso, a não ser que fossem cumpridas exigências adicionais<sup>1</sup>, mesmo assim, restringindo a candidatura a cursos previamente fixados.

A instituição do Estado Novo não precisou reformar a estrutura do ensino superior. O Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, fornecia toda a normatização para esse grau de ensino. Em 1937, nove dias antes do golpe, o Departamento Nacional de Educação, por meio de uma simples circular, passou a controlar a admissão dos candidatos a todos os cursos superiores, determinando as matérias e os programas detalhados que deveriam constar dos exames vestibulares, o que competia, até então, a cada universidade ou faculdade.

Nesse período, conforme Fávero (1980, p.93), houve uma exacerbada centralização de todos os serviços do Estado. A autora entende como um erro a ideia de que o processo educativo poderia ser objeto de estrito controle legal. Dessa forma, todo o ensino foi organizado, centralizado e fiscalizado como qualquer outro serviço público. Mudanças começaram a ocorrer a partir de 1945, pois o Estado precisava de técnicos que soubessem identificar os pontos de estrangulamento no movimento do capital e,

---

<sup>1</sup> A articulação do primeiro com o segundo ciclo dos cursos médios se fazia de tal modo que os egressos do ginásio podiam se matricular nos colégios técnicos, mas os diplomados nos ginásios técnicos não podiam ingressar no colégio secundário, a não ser que fossem cumpridas exigências especiais de complementação curricular. Ver Cunha (1986, p.77-78).

diante de recursos limitados, apontar as alternativas mais benéficas. Cunha (1983, p. 45) ressalta que essa ampliação ou diferenciação da burocracia estatal se deu correlativamente ao “inchaço” do serviço público por força do empreguismo, uma das consequências do populismo. Por esse meio, os detentores de cargos públicos ofereciam empregos à sua clientela eleitoral, condição de obtenção de votos e da vitória nas eleições futuras e, assim, continuação na posse desses cargos.

No entender do autor a marca do populismo, do nacionalismo e do desenvolvimentismo pode ser encontrada nos processos de transformação do ensino superior brasileiro, quer se trate da política educacional do Estado, quer se analisem os esboços de política traçados por professores e estudantes. A formação de consciência própria do ambiente universitário faz, por si só, com que surjam reivindicações e luta por direitos adquiridos.

Segundo a Constituição de 1946, o ensino superior oficial (como o médio) é gratuito “para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos” (CUNHA, 1983, p. 89). Mas certos setores do Estado defendiam, já no início da república populista, a gratuidade total do ensino superior oficial.

A partir da década de 1950, no entender de Fávero (1977), é importante considerar o ritmo acelerado de desenvolvimento do país, provocado pelo processo de industrialização e pelo crescimento econômico. Simultaneamente, às várias transformações que ocorreram, tanto no campo econômico quanto no sociocultural, surgiu, de forma mais ou menos explícita, a tomada de consciência, por vários setores da vida nacional, da estagnação das universidades brasileiras e sua conseqüente crise. O Brasil começara, desde então, por influência norte-americana, a tomar como modelo, a ser seguido, o exemplo de algumas universidades americanas.

De acordo com a análise de Cunha (1983, p. 157), em 1950, o Brasil tinha um lugar estabelecido na divisão internacional da produção como fornecedor de minérios estratégicos, com assentimento de importantes setores do Estado, em particular, a Escola Superior de Guerra e do Ministério das Relações Exteriores. O governo dos EUA fez o do Brasil assinar sucessivos acordos garantindo o suprimento de minerais estratégicos.

Em 19 de dezembro de 1950, foi assinado um acordo entre os governos dos EUA e do Brasil fixando “princípios e normas de cooperação técnica”, seguido de um novo acordo, em 30 de maio de 1953, denominado de “acordo sobre serviços técnicos especiais”. Em decorrência, foi criado o Escritório do Governo Brasileiro para a

coordenação do Programa de Assistência Técnica (Ponto IV), diretamente ligado à presidência da república.

Durante o governo populista também ocorreu à fundação das primeiras cidades universitárias, uma solução inspirada nos campos das universidades norte-americanas. A Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, da Universidade de São Paulo, foi inspirada nos moldes urbanísticos do capitalismo avançado.

A transferência das universidades para os *campi* gerou um duplo movimento de integração e de segregação. A reunião das diversas faculdades e dos vários institutos e serviços auxiliares exigiam grandes espaços, somente disponíveis na periferia das cidades. Reunir as faculdades na cidade universitária significava, então, retirá-las da cidade.

Foi isso o que aconteceu com o projeto da cidade universitária da USP, o que também mereceu um “manifesto ao povo e ao governo”. O tal manifesto investia contra a concepção subjacente ao plano arquitetônico que previa fragmentar em prédios afastados e “isolados” a própria faculdade de filosofia, justamente essa que deveria ser o coração da universidade.

Oliveira Junior, citado por Cunha (1980, p. 161) fez um diagnóstico da situação das faculdades de filosofia (ciências e letras) e das escolas de engenharia existentes em 1956, acrescido de ligeiros comentários ao ensino de ciências econômicas e de administração. Embora a faculdade de filosofia tivesse sido criada com a tríplice função, a de formar professores para o ensino secundário, de formar pesquisadores científicos e de realizar pesquisas científicas, apenas o primeiro estava sendo atingido, mesmo assim, a um ritmo bastante lento. As 45 faculdades de filosofia então existentes em 1956 tinham relativamente pouco alunos, e menor ainda era o número de concluintes, nos cursos de matemática, física, química e história natural.

Na visão de Oliveira Junior, citado por Cunha, apenas as faculdades de filosofia da Universidade do Brasil e da Universidade de São Paulo, criadas nos anos 30, tinham condições de formar pesquisadores e realizar pesquisas:

As demais faculdades de filosofia, criadas posteriormente, arranjaram-se como foi possível, com professores quase sempre improvisados, uma vez que não lhes seria possível contratar especialistas e principalmente professores estrangeiros como as duas faculdades mencionadas (CUNHA, 1983, p. 162).

Cunha, referindo-se ao relatório de Oliveira Junior opina sobre a situação das faculdades de filosofia:

[...] nossas faculdades de filosofia não só não puderam preencher as três funções que a lei lhes atribuiu, como, ainda, não conseguiram impor-se ao respeito da opinião pública, dos estudantes e de suas famílias. Hoje em dia podem ser contadas nos dedos as faculdades que estendem sua ação além do simples e precário preparo de professores de ensino médio (CUNHA1983 p. 162).

De acordo com esse autor, na Universidade do Ceará, reportando-se a Valnir Chagas, o processo de reforma daquela instituição começou por meio dos seminários de professores. Inspirado no decreto-lei nº 9.092 de 26 de março de 1946, e no anteprojeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional, de 1948, Valnir Chagas concebe uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a partir de uma crítica ao modelo dominante na época, no qual os institutos reuniam tanto o ensino básico quanto o profissional.

A crítica afirmava que a presença do ensino básico em vários institutos era um obstáculo à formação do desejado espírito de universalidade do saber que deveria caracterizar a universidade. A solução proposta era a de reunir todo o ensino básico da universidade na FFCL, a qual ofereceria, também, ensino profissional para os candidatos ao magistério no grau médio. Segundo o autor, para o ensino profissional destinado às demais carreiras haveria, as escolas de agronomia, engenharia, medicina, direito e outras. Os institutos de ciências (matemática, física, biologia, ciências sociais e outros) realizariam pesquisas básicas, em colaboração com a FFCL, e os institutos de tecnologia, zootécnica, economia, medicina preventiva e outros, se dedicar-se-iam à pesquisa aplicada (CUNHA,1983p.181).

Os cursos da FFCL previam currículos diferentes para os estudantes que aspiravam ao bacharelado, voltado para a pesquisa, e os que visavam à licenciatura, para o magistério. Ambos com quatro anos de duração, mas as matérias variavam em extensão e profundidade. A parte didática era distribuída ao longo do curso e a prática de ensino era exigida com muita ênfase.

A participação dos professores e pesquisadores universitários para a modernização do ensino superior não pode ser negligenciada. Eles não só pressionaram as instituições nas quais trabalhavam, como deve ter acontecido no Ceará e em outros lugares, onde os institutos foram tomando espaço das antigas escolas e faculdades, como também se pronunciavam coletivamente, criticando o arcaísmo do ensino superior existente.

O decreto-lei de 1966 trazia, como novidade, a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a criação de uma unidade voltada para a formação de professores para o ensino de 2º grau e de especialistas em educação – a Faculdade (ou centro) de Educação (CUNHA, 1988, p.79). De acordo com Cunha (1983, p.109), o

processo de transformação do ensino superior, na república populista, desenvolveu-se independentemente de projetos gerais, de “diretrizes e bases” que vieram a ser objeto de intensos conflitos sociais durante 14 anos dos 19, do período de 1945 a 1964. Os dispositivos do anteprojeto de diretrizes e bases da educação nacional, relativos ao ensino superior procurava mudar a rigidez do Estatuto das Universidades, de 1931. A autonomia universitária, em termos didáticos, administrativos e financeiros, era um dos pontos mais importantes do anteprojeto. Depois de muitas discussões apelos e modificações a Lei 4.024 foi sancionada<sup>2</sup> logo após a posse de João Goulart.

O modelo que se desejava, na década de 1960, era norte-americano. Com efeito, a modernização de ensino superior nessa direção já vinha ganhando terreno, solidamente, desde a década de 1940. O conhecimento a ser ensinado se fragmentava em pequenas unidades chamadas disciplinas, já deslocadas das matérias correspondentes às cátedras. Assim a própria estrutura de universidade revelava a vitória do empiricismo anglo-saxônico sobre o racionalismo francês e o idealismo alemão, embora este fosse evocado em sua justificativa. (CUNHA, 1988, p. 19). Dentro do modelo norte-americano o curso de graduação deveria ser fragmentado em três: o bacharelado superior, a licenciatura e o doutorado. O primeiro, equivalente ao *College*,<sup>3</sup> seria a primeira graduação universitária, obtida em três anos de duração, em universidades ou em faculdades isoladas de filosofia, ciências e letras. Seu objetivo seria o de fornecer uma “base de conhecimentos, suficiente para o exercício de um sem-número de profissões não especializadas, mas de nível superior, em atividades econômicas secundárias e terciárias” Cunha (1988, p74).

Os *Colleges* deveriam servir de exemplo para retirar, de dentro das faculdades de filosofia, ciências e letras, das faculdades de educação ou escolas normais superiores, os profissionais que necessitava a sociedade. Essas unidades teriam seus cursos divididos em dois ciclos, cada um com dois anos de duração. O segundo ciclo, visando à licenciatura, forneceria capacitação profissional para o ensino de matérias nos campos

---

2

No Art. 84. O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderá suspender por tempo determinado, a autonomia de qualquer universidade, oficial ou particular, por motivo de infringência desta lei ou dos próprios estatutos, chamados a si atribuições do Conselho Universitário e nomeando um reitor *pro tempore*.

3

Os *Colleges* nos Estados Unidos o mesmo que faculdades e os Teachers’Colleges faculdades para formar professores. Ver Cunha (1988,74-75)

das artes, das letras, das ciências físicas e matemáticas, das ciências naturais e biológicas, das ciências sociais, etc. (CUNHA, 1988, p. 75).

Para esse autor, embora o processo de modernização do ensino superior brasileiro na direção do modelo norte-americano tivesse se iniciado na segunda metade dos anos de 1940, ganhando força dos anos de 1950 e se intensificando dos de 1960, as mudanças políticas resultantes do golpe de Estado de 1964 determinaram uma alteração qualitativa nesse processo.

Antes de 1964, a influência dos modelos acadêmicos e administrativos das universidades norte-americanas era espontânea e atomizada principalmente pela ação, no Brasil dos bolsistas retornados dessas universidades americanas e dos múltiplos acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos de assistência técnica e financeira do Ponto IV desde 1950, e, da USAID durante o governo militar.

Após o ano de 1964, não só essas agências desenvolveram programas maiores e articulados para o ensino superior, como também, o Ministério da Educação não tardou a contratar norte-americanos para assessorar os gestores das universidades brasileiras e para assistirem o governo brasileiro no planejamento desse grau de ensino.

Na visão de Cunha (1988), o processo de reforma do período de 1964, 1968, definido no contexto do reforço da subordinação política e econômica do país, foi o responsável pela edificação da universidade no Brasil, conforme o modelo mais avançado do mundo capitalista – norte americano. O autor entende a época de 1960 no Brasil como um momento em que o discurso modernizador estava muito presente, em benefício do capital industrial internacional. No conjunto, como esferas específicas – a universidade, por exemplo – a dominação imperialista impulsionou a extinção das relações sociais arcaicas e a generalização das relações próprias fase “dourada” do capitalismo.

Hobsbawm (1995, p.255) entende a década de 1950 como a década em que “o surto econômico pareceu quase mundial e independente de regimes econômicos”. Mesmo sendo mundial a fase “dourada” do capitalismo, no entender do historiador, seria a da “riqueza geral que jamais chegaria a vista da maioria da população do mundo” e também a população dos países do chamado “Terceiro Mundo” aumentou como nunca havia ocorrido antes. O escritor destaca três coisas no terremoto das transformações ocorridas nas décadas de 1940, 1950 e 1960: primeiro, o impacto tecnológico transformou absolutamente a vida cotidiana no mundo rico, e também, mesmo em menor medida o mundo pobre; segundo, quanto mais complexa a tecnologia



envolvida, mais complexa a estrada que ia da descoberta ou invenção até a produção, e mais elaborado e dispendioso o processo de percorrê-la. “Pesquisa e Desenvolvimento” para Hobsbawm tornaram-se fundamentais para o crescimento econômico; terceiro, a grande característica da “Era de Ouro”, para esse historiador, “era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos de gente, a não ser como consumidores”.

O marco das décadas de grande crescimento econômico, na visão de Hobsbawm, deu-se com as novas tecnologias de capital intensivo e exigiam pouca mão de obra e, até a substituíam, a não ser de cientistas e técnicos altamente qualificados. Ligando à época do surto de crescimento econômico mundial ao desenvolvimento brasileiro, não será surpresa, a preocupação do Brasil com o ensino superior e a necessidade da pesquisa nesse nível de ensino.

O “populismo”, “desenvolvimentismo”, presentes no Brasil nas décadas de 1950, 1960, elenca a expansão de institutos de ensino superior e de universidades como uma das tentativas de fugir ao atraso brasileiro em relação ao resto do mundo capitalista desenvolvido. Não será surpresa os Estados Unidos “oferecerem assistência técnica” ao Brasil e o Brasil desejar e aceitar tal “assistência”, compreendendo o papel de cada país na divisão mundial do trabalho. Os acordos firmados entre os dois países não foi por simples cooperação, mas sim, uma forma de adequar o Brasil na forma de capitalismo dependente da economia norte americana.

Em 2 de julho de 1968, o Decreto nº 62.937 mandava instituir, no MEC, um grupo de trabalho composto de 11 membros, a serem designados pelo Presidente da República, para sob a presidência do Ministro da Educação, “estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (CUNHA, 1988, p. 241).

A modernização do ensino superior, conforme o molde norte-americano e o aumento do controle configuram as duas faces da universidade brasileira. Com a modernização do ensino superior, pretendia-se colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista, organizado nas formas estatal e privada multinacional. Entretanto, nessa época, em contrapartida da modernização e do reiterado discurso sobre a autonomia universitária, procurou-se submeter as universidades públicas, principalmente as federais, a um rígido controle governamental do MEC.

No processo de reforma e extinção do regime de cátedras e a implantação do regime departamental, dois foram os modelos seguidos. O primeiro foi o da Universidade de Brasília, já distinta antes mesmo de ser implantado de todo. Seu ponto de partida (o fracionamento da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em institutos básicos e faculdades profissionais).

O outro modelo foi o proposto por Rudolph Acton que, na ânsia de combater a resistência das faculdades, das escolas e dos institutos em se integrarem imaginou substituí-los por centros, compostos por departamentos, de modo que nenhum centro ou departamento correspondesse a um curso profissional, ficando assim, todas as instancias universitárias obrigadas a cooperarem para o desenvolvimento dos currículos. Algumas de suas ideias como a de um centro de estudos gerais (a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras sem a seção de pedagogia) chegou a ser realizada por algumas universidades brasileiras. (CUNHA, 1988, p.319-320). O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, criado em 1966, desempenhou, graças a Rudolph Acton (1968) e seus sucessores, um eficiente papel mediador entre a fonte do poder político (o MEC), a fonte dos recursos econômicos (a USAID), a Universidade de Houston<sup>4</sup> que auxiliou principalmente a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade Católica do mesmo Estado e o Conselho dos Reitores das universidades brasileiras (CUNHA, 1988, p.325).

Inseridas no bojo da década de 1960, as leis e as reformas dessa época trazem outras reflexões. Cunha (2003) analisa a situação, na base das discussões, para as reformas do ensino superior se referindo ao papel da universidade na formação de profissionais:

Para o melhor cumprimento desse papel é que foram traçadas diretrizes de reforma, quase todas coincidentes com as demandas de modernização do ensino superior de setores do próprio Estado e das entidades de pesquisadores, a exemplo da SBPC: quebra de barreiras entre as faculdades da mesma universidade; criação de institutos de pesquisa; organização do regime departamental; trabalho docente e discente em tempo integral; extinção da cátedra vitalícia; estruturação da carreira docente a partir dos cursos de pós-graduação, de tempo de serviço, e de realizações profissionais; remuneração justa para os professores e assistência aos estudantes como bolsas, alimentação, alojamento e trabalho remunerado dentro da universidade; incentivo à pesquisa científica e filosófica. (CUNHA, 2003, p.176).

---

4

Com essa mediação, centenas de reitores e administradores universitários brasileiros foram aos Estados Unidos observar como funcionavam os modelos americanos que queriam copiar; e dezenas de consultores norte-americanos vieram ao Brasil para trazer, em conferências e seminários, suas experiências com aqueles mesmos modelos. Sobre isso, ver Cunha (1988, p.324-325).

Entendemos que mesmo condicionada a programar a reforma universitária influenciada pelo paradigma norte americano, o governo brasileiro junto as suas instituições de ensino superior buscou ao máximo a sua autonomia nesse processo. No entanto, quando se põe em prática o modelo, percebemos os condicionantes do processo engendrados de certa forma nos mecanismos de controle. Nesse caso é contraditório, o ensino superior se modernizava e ganhávamos mais instituições desse nível espalhadas pelo país, mas o regime autoritário limitava e vigiava de perto o que se fazia com a estruturação e materialização dessa expansão. Tínhamos possibilidades melhores para o desenvolvimento do conhecimento, mas a liberdade de ensinar estava cerceada de limitações.

Podemos perceber que o esforço pela criação do ensino superior no Brasil foi frustrado desde o seu início. Descontando as tentativas não sucedidas, foi só em 1920 que três faculdades foram reunidas para gerar a Universidade do Rio de Janeiro, inaugurando um padrão até hoje, o mais frequente da gênese de universidades. Na segunda metade dos anos de 1950 e na primeira metade dos anos de 1960, o esforço da União em subsidiar estabelecimentos particulares levou à federalização e, à fusão em universidades dos estabelecimentos mantidos pelo governo federal.

Para o autor, o decreto-lei nº 252 de 1967 ordenava as áreas fundamentais dos conhecimentos humanos aos quais deveriam corresponder unidades ou subunidades de ensino e pesquisa básicas nas universidades: ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas; geociências; ciências humanas; filosofia; letras; artes. De todas as mudanças estruturais sofridas pelas universidades e faculdades, a maior de todas foi a divisão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Focalizando a questão das FFCL, o primeiro decreto referente, explicitamente, à reforma universitária de 1966 e depois efetivado na Lei 5540/68, foi o que prescrevia o desmembramento das faculdades de filosofia em institutos centrais. Conforme Cunha (1988), não é possível uma interpretação segura desses fatos, mas não se pode descartar no conjunto do movimento estudantil brasileiro, as faculdades de filosofia destacaram-se por sua participação política. O desmembramento atendia à necessidade que tinha o governo de frear o avanço político do movimento estudantil.

O fato é que a criação dessa modalidade de instituição no Brasil aconteceu tardiamente, sendo acopladas as escolas superiores existentes e recebendo a alcunha de universidades. Desde o seu nascimento as FFCL, tiveram suas dificuldades. Mesmo a Faculdade de Filosofia da USP ao nascer já nascera de forma que a formação teórica,

específica caberia a ela enquanto que a formação técnica especializada caberia às demais escolas. O desejo era trabalhar de forma integrada, mas isso não ocorreu. Separaram-se os estudos desinteressados dos estudos profissionalizantes, conforme Evangelista (2003, p.36).

O Estatuto da USP reforçou essa orientação ao atribuir ao Instituto de Educação a “formação pedagógica do professor secundarista”, sem a qual o estudante não obteria a licença para o magistério. Assegurou à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras a formação específica, articulada à ideia de produção da ciência e estudos desinteressados. Nesse exemplo, podemos perceber isso na formação do professor. Dessa forma, entendemos a separação da teoria da prática, na concepção de ensino superior no Brasil.

Conforme Olive (2002 p. 36), as faculdades de filosofia disseminaram-se pelo país, sendo que a maioria delas acabou não passando de um aglomerado de escolas, nas quais cada curso preparava um tipo específico de professor: de história, de matemática, de geografia, de ciências etc. A escassez de recursos materiais e humanos limitou esses cursos às atividades de ensino, quase sempre dissociado da pesquisa.

## ***Capítulo II – A FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ***

### ***História do Paraná – formação econômica***

A colonização do território paranaense aconteceu devido aos interesses da coroa portuguesa em demarcar suas terras, com o interesse voltado também para as pedras preciosas, principalmente o ouro, que passou a ser encontrado nos rios (SANTOS, 2001, p.23). A necessidade de mais jazidas dessa pedra e, ao mesmo tempo, a necessidade de mão de obra para o trabalho, fez com que se adentrasse ao território em busca de índios para serem capturados e escravizados. Com esse movimento, foram acontecendo pequenos povoamentos e as vilas iam sendo fundadas, tornando-se, mais tarde, as primeiras cidades do território paranaense.

No início do século XVIII, já ocorria a expansão progressiva da pecuária no planalto, que se tornou uma atividade cada vez mais lucrativa (SANTOS, 2001, p.25). Esse processo extensivo da pecuária integrou, mais diretamente, a comunidade paranaense à estrutura econômica brasileira no século XVIII e no século seguinte. Além da importância da pecuária, o Paraná, no início do século XVIII, tornou-se o maior produtor e exportador de erva mate do Brasil.

De acordo com Santos (2001), podemos entender a história do Paraná nos séculos XVIII e XIX por meio da exportação de erva mate pelo litoral e pelo comércio de muars e gado ao longo dos caminhos, da criação e da invernada das tropas. Com a extensão da pecuária em 1800 a 1840, acontece a ocupação dos campos de Guarapuava e de Palmas, abrindo mais as fronteiras e os campos para o gado.

A vinda de camponeses imigrantes para o Paraná, na segunda metade do século XIX, trouxe, ao longo do processo, profundas renovações nos conhecimentos agrícolas que permitiram maior produtividade e padrões de consumo mais elevados. Isso acabou por constituir, juntamente com outros elementos, as engrenagens da formação de um sistema de produção agro alimentar na Província (SANTOS, 2001, p.82).

Nas décadas seguintes o Brasil viveria intenso período de mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais e esses acontecimentos impulsionaram os debates em torno da educação que se via no início de um grande movimento pela renovação educacional no Brasil. Todas essas mudanças contribuiriam para alavancar os debates em

torno da universidade e as autoridades e intelectuais paranaenses participaram ativamente do processo em busca do ensino superior.

No Paraná, esses movimentos de transformação da sociedade brasileira ganharam uma manifestação mais regional, como foi o caso do modernismo que se expressava como *Paranismo*, de acordo com Siqueira (2012, p.55). Esse grupo de intelectuais incentivavam as tradições, a cultura e a história da terra, na tentativa de formar uma identidade regional, buscando integrar nesse movimento o imigrante e seus descendentes na intenção de criar uma cultura regional original.

A economia paranaense, no início da república, continuava tendo por base a erva-mate. No entanto, o Paraná investiu, também, no desenvolvimento por meio da industrialização em oposição às atividades de base agroexportadoras. As melhorias e avanços ocorreram nas duas frentes, tanto na industrialização como na base agro exportadora. Conforme Siqueira (2012), o progresso era significativo na agricultura, dominado pelos imigrantes europeus e seus descendentes.

A respeito desse período Oliveira (2001) relata o seguinte:

No Paraná, o início do processo de industrialização coincide com a intensificação das políticas imigratórias e com o auge do Ciclo da Erva-mate. A vinda de imigrantes europeus ajudou a criar um mercado local de bens de consumo não duráveis, que são característicos da maior parte da primeira fase da industrialização. Ao mesmo, os imigrantes ajudavam a compor o nascente mercado de trabalho urbano e industrial. Já o beneficiamento e empacotamento da erva-mate foi responsável pela maior parcela do valor da produção industrial e das exportações do período, além de gerar significativo número de empregos diretos e indiretos em vários setores produtivos. Mais ainda, as atividades relacionadas aos engenhos de mate ajudaram – talvez de forma decisiva – a criar uma sociedade de mercado, inclusive o mercado de trabalho assalariado no Paraná, expandindo as relações de produção capitalista. (OLIVEIRA, 2001, p.24)

Por essa época, o comércio de animais entrava em relativo declínio e a pecuária extensiva mantinha-se de certa forma estagnada. Contudo a economia continuava alicerçada na erva-mate que se expandia e atingia o apogeu da década de 1920, sendo de fundamental importância na organização do Estado. Em torno da indústria do mate, consolida-se uma burguesia industrial, comercial e financeira. A economia do mate entra em crise a partir dos anos de 1930 e a exploração da madeira e a cultura do café começam a ganhar mais destaque na economia paranaense.

De acordo com Oliveira (2001), pela própria geografia e a conformação de suas matas, o Paraná sempre contou, ao longo de sua história, com expressiva variedade de madeiras. A Mata Atlântica, com uma imensidade de espécimes, bem como a Mata de Araucárias eram ricas em variedade e tipos de madeiras, inclusive as de alto valor no

mercado. A construção da Estrada da Graciosa e da Ferrovia – Curitiba Paranaguá – abriu grandes possibilidades na exploração madeireira. A serraria se tornou um estabelecimento comum à paisagem paranaense, resultado do desenvolvimento das estradas de rodagem e também das estradas de ferro, como também da demanda interna por madeira nas cidades paranaenses em franco processo de crescimento.

Para o final da década de 1930 e início da década de 1940, a madeira acabou por se converter em um dos principais produtos de exportação paranaense e o maior ramo industrial do Estado. A exploração da madeira e os segmentos decorrentes fizeram multiplicar as serrarias, inicialmente, ao longo das estradas de ferro, penetraram gradativamente para o interior, associando-se ao transporte de caminhões (SIQUEIRA, 2012, p.56).

Por volta da década de 1970, a exploração da madeira nativa se encontrava em processo de esgotamento. A partir dessa década, as serrarias e madeireiras passariam a trabalhar com proporções cada vez maiores de madeira advinda de outras localidades de fora do Estado ou de reservas florestais mantidas por elas mesmas, mas já trabalhando com madeira oriunda de reflorestamento de cunho comercial.

Além da madeira, outro ciclo importante para a economia do Paraná foi o cultivo do café. Na análise de Oliveira (2001), foi a partir de 1924 que o Norte pioneiro se integraria de forma mais consistente à economia paranaense. Naquele ano, quase trinta mil sacas de café oriundas do norte no Paraná seriam escoadas pelo Porto de Paranaguá. A colonização do Norte Novo mudou completamente o aspecto do Estado entre as décadas de 1940 e 1950 e o efeito dessa iniciativa sobre as estruturas demográficas e econômicas paranaenses foi enorme. A população paranaense dobrou de tamanho e continuou crescendo nas décadas seguintes. O grande responsável por esse processo de ocupação está voltado para a cultura do café. O historiador destaca que, em função dessa colonização, a área plantada de café passa de 117 mil hectares, em 1949, para 350 mil, em 1952, marcando o auge do ciclo cafeeiro no Estado.

Dentro dessa movimentação, e mudança ocorrida na paisagem dos campos paranaenses, por meio da cultura do café colonizou vastas áreas do Estado, fazendo surgir muitos municípios novos. Concordamos com Oliveira (2001, p.35) que essas novas municipalidades não só guardam relação com interesses políticos e eleitorais, mas também um adensamento urbano. Na década de 1950, vários municípios grandes deram origem a vários outros menores ao seu redor. Assim nasciam alguns polos importantes no Estado, sempre com um município maior, e ao seu redor, as municipalidades

menores ligadas a ele. Nesse sentido, enquanto no norte do Paraná a expansão esteve diretamente ligada ao cultivo do café. A parte sul do Estado à expansão esteve relacionada à madeira e à pecuária. Assim, configuram-se estruturas a uma tendência à proliferação de núcleos urbanos capazes de sediar as atividades de suporte a esses ramos da economia.

De acordo com Oliveira (2001), o ciclo do café entra em declínio no final da década de 1960 e início da de 1970. Com o declínio da lucratividade da cafeicultura, a alternativa mais atraente para a maioria dos grandes proprietários rurais foi a adoção da cultura da soja. Os efeitos da cultura da soja sobre a urbanização e a industrialização paranaenses foram enormes. A intensiva mecanização do cultivo e colheita do produto levou à dispensa de um número enorme de trabalhadores rurais. É também na década de 1970 que a população urbana ultrapassa a rural, devido ao êxodo rural que teve como consequência a concentração de população nas grandes cidades, que viviam nessa ocasião, intenso processo de industrialização.

O historiador considera que as políticas industriais do Paraná, deslanchadas, a partir da década de 1960, perseguiram da forma mais consistente, em cada conjuntura histórica específica, a industrialização do Estado. Mesmo que a própria ênfase “na industrialização é entendida aqui como a atração de plantas industriais dedicadas à montagem final de produtos dos grandes monopólios multinacionais e associados.” (p.95). Oliveira concorda que esse modelo era consistente, pelo menos em relação ao seu modelo de industrialização. Para o autor, de fato, na época da substituição de importações, “Industrializar” significava basicamente “atrair indústrias”, e era usual se referir à industrialização enquanto “produção de mercadorias” (OLIVEIRA, 2001, p. 96).

No entendimento do IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (1981), o Paraná, até o início dos anos de 1960, apresenta uma indústria basicamente ligada à produção primária e de baixo grau de elaboração, como é o caso do beneficiamento de produtos agrícolas (principalmente do café), ou mesmo na indústria madeireira. O Estado por essa época ainda necessitava de modernos sistemas de transporte e possuía uma deficiência na geração de energia elétrica. Também, nessa fase, o Governo não implantou qualquer política em relação à indústria.

Conforme o IPARDES (1981), a modernização da economia agrícola paranaense foi impulsionada, em grande parte, pela entrada em funcionamento dos setores agroindustriais, seja no nível nacional ou local. Os avanços tecnológicos adequados a



essa cultura, gerada no exterior, estava disponível para as indústrias produtoras de insumos, máquinas etc., e pode ser oferecido aos agricultores impulsionando, o estabelecimento do Brasil neste novo e moderno método de lavoura. Mas essa moderna agricultura somente pode ser explicada pelas suas relações com a indústria.

Na análise explicativa do IPARDES, era condição necessária a agricultura fazer parte de um núcleo capitalista, para que fosse dinâmica, diversificada e apresentasse tendências à modernização. Esse tipo de economia agrícola existente no Paraná somente pode dar o salto qualitativo da modernização rápida dos anos de 1970, devido à implantação anterior de um parque industrial ligado às atividades rurais; salto que reforça o caráter dinâmico e diversificado. Nesse processo, a indústria e a agricultura exercem papéis ativos: a indústria impulsionando suas vendas e compras da agricultura, que, por sua vez incorpora os impulsos de modernização propostos pela indústria.

Na década de 1960, no Paraná, se deu início, a um processo de profundas modificações em termos econômicos, políticos e sociais, modificações que se acentuaram nas décadas seguintes. Conforme análise de Sheen (1986, p.180), a nova conjuntura determinou medidas para um programa de diversificação agrícola, promovido pelo Governo do Estado. A intenção era substituir a cultura do café que estava em crise no início da década de 1960. A diversificação girava em torno das culturas da soja, do milho, do trigo, algodão, entre outras. Ainda, intentava-se melhorar as pastagens para a pecuária.

Além do grande incremento e diversificação no campo, o Paraná, nessa ocasião, também começou a aplicar o planejamento na programação de seus investimentos públicos: “baseando-se para tal na captação de recursos adicionais internos, seja pelo aperfeiçoamento e maior eficiência da máquina fazendária, seja através do uso do crédito do Estado junto de seu povo” (SHEEN, 1986, p.185).

A década de 1970 vai assistir à verdadeira explosão no crescimento industrial no Paraná. Esse setor altera sua participação na geração de renda no Estado, chegando até a superar em alguns casos a agricultura paranaense, mudando o aspecto da economia do Estado, que deixa de ser essencialmente agrícola. Mas as cidades do interior do Estado permanecem baseando suas atividades nos gêneros tradicionais da agroindústria. Para o IPARDES (2006), fica claro que o fator determinante para localização dessa modalidade de indústria é dado pela proximidade dos centros produtores de matérias-primas. As indústrias não tradicionais foram progressivamente se instalando próximas à capital do Estado.

A partir da década de 1970, havia uma situação extremamente favorável para a indústria em nível nacional. O País ingressara em fase de rápido crescimento industrial advindas da abertura econômica para o capital estrangeiro multinacional, cujas transformações mais abrangentes ocorreram no campo. A modernização da agricultura nessa década teve um profundo impacto social, pois a mecanização da agricultura denota substituição da mão de obra por máquinas e equipamentos, com isso ocorreu um fluxo migratório do campo para as cidades.

De acordos com IPARDES (2006), os pequenos estabelecimentos agrícolas foram duramente atingidos pela modernização da agricultura. Os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, com poucos recursos, vão sendo progressivamente eliminados da estrutura social do campo paranaense. O contrato de trabalhadores temporários também possibilitou que proprietários (grandes latifúndios) dispensassem parceiros e ocupantes.

O IPARDES (2006) também explicita a modernização da indústria e do campo paranaense em larga escala com as consequências dessas transformações para a sociedade:

[...] Na indústria, o aumento, em termos absolutos, do número de trabalhadores é reduzido, já que dada alta intensidade do capital, os investimentos industriais têm reduzido efeito sobre o emprego. Apesar do alto crescimento do Valor da Produção Industrial entre 1970 e 1975, o número de trabalhadores aumentou pouco, de 111.973 para 171.267. Também no campo o fenômeno do assalariamento é encoberto pelo fato da mecanização da lavoura dispensa grande número de trabalhadores, resultando que a população ligada diretamente à agricultura tende a diminuir em termos absolutos. (IPARDES, 2006, p.134).

Na política, desejava-se o desenvolvimento socioeconômico, procurando integrar as diversas regiões e interiorizar o Estado. As transformações sociais aconteceram com o crescimento das áreas urbanas sempre em torno do processo de modernização. Em Curitiba, as chácaras ao redor da cidade foram desaparecendo gradativamente, dando lugar às ruas e construções modernas, como a construção de edifícios de vários andares, o que foi modificando a paisagem natural da cidade. Além disso, havia também uma região industrial com vilas operárias. (SIQUEIRA, 2012, p.57)

A capital se tornara um centro promissor e muito atrativo na busca de trabalho e também de estudo. A educação superior na capital atraía jovens do interior e também de estados vizinhos, buscando uma melhor oportunidade de melhorar sua vida. A vida na cidade era movimentada pelas atividades estudantis como: encontros de estudantes,

desfiles cívicos e esportivos e também pelas procissões religiosas organizadas pela Igreja Católica.

***Necessidades de escolarização – a formação do ensino superior e a sua interiorização no Paraná***

Com o desenvolvimento econômico e o crescimento regional no Paraná, passou a ser visível a preocupação com outras dimensões da vida social, avaliadas como relevantes para uma população em crescimento. A demanda por educação já é sentida no século XIX e começam a ser providenciadas as cadeiras escolares e a fundação das primeiras instituições. Em Curitiba, temos a fundação da Escola Normal pela lei de 19 de abril de 1870 (WACHOWICZ, 1984 p.295) e o Instituto Paranaense ou Liceu Paranaense, em 31 de julho de 1876 (WACHOWICZ, 1984, p.297).

Conforme Sheen (2000, p. 112), houve a tentativa de criação de uma Universidade no Paraná, ainda no século XIX, por meio de uma concessão feita por Francisco José da Rocha Pombo, em 1892 com a Lei n. 63, de 10 de dezembro. A concessão foi assinada pelo então presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, e teria validade por 50 anos, porém a proposta não logrou êxito. Pela Lei n. 63/1892, a universidade deveria oferecer os seguintes cursos: direito, letras, comércio, agronomia, agrimensura e farmácia, e um curso geral, o qual a lei não deixa claro o que se ensinaria. Já no século XX, o grande marco para o Paraná nas primeiras décadas foi a criação da Universidade do Paraná. Conforme Wachowicz (1983, p.12) A Universidade do Paraná surgiu devido à Lei Rivadávia, que liberava o ensino superior no país em 1911. Dela também aproveitaram-se os amazonenses para fundar a Universidade de Manaus em 1909. Para Wachowicz (1983)<sup>5</sup>, o surgimento dessas instituições, se ligados à economia predominante nessas regiões, é possível constatar que a de Manaus foi fruto do ciclo da borracha, então em crescimento no norte do país e a Universidade do Paraná ao ciclo da erva-mate. A criação da Universidade do Paraná é considerada muito importante e um marco para o Estado pelo pioneirismo e ousadia de seus idealizadores, por conta das intempéries da política educacional no Brasil daquelas décadas iniciais do século XX (WACHOWICZ, 1968, p.137).

---

5

Wachowicz (1983) dedica um livro inteiro a Universidade do Paraná, sobre isso ver Wachowicz A *Universidade do Mate*, no livro o historiador se refere ao nascimento da Universidade do Paraná ligada diretamente ao ciclo da erva mate muito forte no Paraná do início do século XX.

Para o pesquisador Névio de Campos (2011), pode-se destacar o movimento em prol do ensino superior do Paraná ligados aos acontecimentos nacionais vinculados à modernização urbana, industrialização e transformação cultural que ocorria nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, e que necessitava de profissionais capacitados para tal ideal. O autor entende assim o processo:

No Estado do Paraná, é possível sustentar que o movimento dominante em defesa do Ensino Superior preconizava a criação de faculdades ou escolas de formação profissionalizante. Para esse grupo, os profissionais das engenharias, da medicina e do direito deveriam ocupar as esferas estratégicas do estado a fim de conduzi-lo ao progresso e à modernização. Nesse aspecto, a contribuição do projeto universitário de 1912 foi fundamental, pois colocou a serviço do capital e do estado um corpo de especialistas com capacidade de sistematizar projetos e programas para as diferentes esferas, particularmente às de economia, infraestrutura, educação e saúde pública. (CAMPOS, 2011, p. 56).

O autor, em outro trabalho (CAMPOS, 2006), analisa a Universidade do Paraná, segundo o modelo das faculdades existentes no Brasil. Ele destaca que, na Universidade do Paraná, as faculdades não estavam isoladas do ponto de vista administrativo, pois deveriam funcionar no mesmo local e serem regidas pelo mesmo estatuto. O autor mostra que a verdadeira universidade na concepção do grupo idealizador, consistia no agrupamento das escolas isoladas existentes no Brasil, sendo desconsiderada a inclusão de cursos ou faculdades de humanidades. Para os idealizadores, a universidade deveria contemplar os saberes que exerciam uma função social imediata.

Campos (2006) destaca o discurso de um dos idealizadores da Universidade do Paraná, Vítor do Amaral, que reforçava o sentido atribuído à ciência, ao dizer que a universidade deveria estabelecer “o ensino de agricultura racional, científico e prático, a fim de desaparecer a errônea crença de que o Paraná só pode produzir com vantagem erva-mate e pinheiros” (p.09).

Segundo Westphalen (1988, p.15), após os anos de 1930, houve grande empenho no sentido da ampliação do número de matrículas de crianças em idade escolar, com a instalação de novas escolas isoladas e grupos escolares, iniciativa que, não acompanhou o ritmo de crescimento populacional em rápida ascensão. Na década de 1920, o Governo do Estado criou as escolas normais primárias de Paranaguá e Ponta Grossa, e também, as escolas de professores de Jacarezinho e Londrina, e os Ginásios de Guarapuava e União da Vitória.

Westphalen (1988) destaca a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e o Instituto Superior de Educação, anexo a ela, aos 26 de fevereiro de 1938. A nova Faculdade se integraria à Universidade do Paraná em primeiro de abril de

1946, quando a Universidade do Paraná foi reinstalada, ainda como estabelecimento de ensino superior privado, equiparado, porém, aos oficiais.

Sheen (2000) traz em sua análise alguns pontos interessantes, para pensarmos o ensino superior no Paraná. Ela destaca o fato de o ensino ser pago e da influência positivista nesse tipo de instituição em suas primeiras tentativas:

[...] as primeiras tentativas de organização do ensino universitário no Paraná, verificamos que elas tiveram como base ideológica o positivismo, expressando-se em termos de ensino livre e particular. A defesa do ensino pago far-se-á presente em muitos outros momentos da história da evolução do ensino superior no Paraná, inclusive na campanha em prol das universidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá. [...] Com a criação da Universidade do Paraná, teve início a expansão do ensino superior nesse Estado, através da criação de faculdades isoladas e da criação da Universidade Católica do Paraná em 1959. Até 1949 as faculdades concentravam-se em Curitiba, com exceção da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, criada em Ponta Grossa, em 1949. As duas décadas seguintes (50-60) são de expansão desse tipo de instituição para o interior do estado. (SHEEN, 2000, p. 119).

A autora descreve que, até o final da década de 1960, o ensino superior ainda se limitava à cidade de Curitiba, ganhando o interior do Estado as suas primeiras universidades em 1969, no Governo Paulo Cruz Pimentel.

Sheen aponta os dados do início da década de 1960, antes do Golpe Militar de 1964, quando duas iniciativas de universidade podem ser lembradas. A intenção clara de montar uma universidade no interior do Estado, na cidade de Ponta Grossa e a outra experiência foi a da Universidade Volante por meio dos reflexos de suas ações, funcionou como demonstração concreta da necessidade de que o ensino universitário fosse interiorizado no Paraná. A “Universidade Volante” foi uma iniciativa que se desenvolveu na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A autora explica que a inovação das “Universidades Volantes” teve início em 1961 e perdurou até o final dessa década. No início de 1970, por falta de verbas, a experiência foi interrompida. A primeira cidade que recebeu a “Universidade Volante” foi Ponta Grossa, no ano de 1961. Com essa iniciativa foram realizados cursos para médicos, professores, advogados; cursos de arte culinária; ações de prestações de serviços; reuniões com prefeitos e vereadores da região, com uma clientela de 4.500 pessoas. Além disso, procurou identificar problemas nos quais a universidade pudesse ajudar na solução. Geralmente, aconteciam nos fins de semana, quando os professores podiam se deslocar para o interior e duravam mais ou menos cinco dias. Conforme a situação encontrada e os problemas identificados, as ações a serem desenvolvidas poderiam ser mais demoradas e complexas.

Sheen comenta sobre sua experiência como participante da “Universidade Volante” “pudemos vivenciar pessoalmente esta experiência como estudante secundarista de Maringá, tendo participado de diversos cursos oferecidos pela Universidade Volante” (p.121). Além de Maringá, também Londrina e Paranaguá participaram dessa experiência.

A autora cita Roberto Moura Gurgel para explicar sobre as atividades da Universidade Volante, enquanto uma extensão universitária, e a sua relação com as futuras universidades estaduais no final da década de 1960. Sheen reitera que as influências advindas dessa experiência para a criação das futuras universidades foi no sentido de reforçar as reivindicações que vinham ocorrendo desde a década de 1950.

Ela relata o seu entendimento sobre o processo:

De qualquer forma, mesmo considerando os resultados positivos da experiência das “Universidades Volantes”, quais sejam, a extensão para o interior de cursos e serviços que faziam parte do saber já acumulado pela UFPR, contraditoriamente, esses mesmos resultados, denunciavam a existência de um certo privilégio da capital no que se refere ao **ensino universitário**. E este privilégio é que garante à UFPR manter a hegemonia científico-cultural no Estado. (SHEEN, 2000, p. 122) (grifos no original)

Para a autora, talvez tenha sido esse o motivo, de fato, de não querer perder, de certa forma, essa hegemonia que representantes da UFPR, ela cita como exemplo Flávio Suplicy de Lacerda, e o Conselho Estadual de Educação resistirem a ideia de interiorização do ensino universitário.

Quando Ponta Grossa reivindicou a sua primeira universidade em 1964, sofreu a mesma resistência por parte do governo do Estado, conforme Sheen (2000, p.123), a expectativa da cidade de Ponta Grossa concretizou-se numa iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por meio do Projeto de Lei n. 156/64, de 23 de março de 1964, assinado por Eurico Batista Rosa, que criava uma Faculdade de Ciências Econômicas e uma Universidade Estadual nesta cidade. O projeto, portanto não resultou do poder Executivo e sim do Legislativo.

Nesse sentido, a discussão do projeto n. 156/64, iniciou-se na Assembleia Legislativa do Paraná, passando por três discussões em 02/12/1964, 10/12/1964 e 11/12/1964, obtendo aprovação nas três ocasiões. Sheen, em sua análise, afirma acreditar que o projeto foi discutido e aprovado em regime de urgência, o que supõe a existência de um consenso por parte dos membros da Assembleia Legislativa quanto ao teor justo do projeto.

Todavia, naquele momento, o governador tentou deter o projeto já aprovado, havendo um conflito entre o Executivo e o Legislativo na discussão frente à perspectiva de criação de uma universidade estadual em Ponta Grossa. O projeto se transformou na Lei n. 3/66, do Poder Legislativo, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, de 18 de março de 1966, exatamente dois anos após o início da sua tramitação na Assembleia Legislativa. Essa lei determinou a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e de uma Universidade Estadual na cidade de Ponta Grossa, como previa o projeto. O processo de instalação da Universidade Estadual de Ponta Grossa ficou paralisado até 1969, quando o Conselho Estadual de Educação emitiu o Parecer n. 45/69 favorável à criação da Universidade desde que fosse feita a complementação do processo.

Sheen ressalta que o último parecer foi emitido após a aprovação da Lei n. 5540/68, a partir da qual não mais competiria ao Conselho Estadual de Educação autorizar o funcionamento de estabelecimentos de ensino superior. O Conselho Estadual de Educação encaminhou, então, o processo de Ponta Grossa aos interessados, para que eles o complementassem e o encaminhassem, posteriormente, ao Conselho Federal de Educação.

A estudiosa se posiciona assim a esse respeito:

Este resultado nos sugere que talvez Ponta Grossa ainda não dispusesse de força política suficiente para fazer valer sua reivindicação de criação de uma universidade. Foi só a partir do momento em que a pressão do Norte do Estado também se fez presente, no sentido de lutar pela interiorização do ensino universitário no Paraná, que os objetivos dos idealizadores da Universidade da “Princesa dos Campos Gerais” foram colimados. (SHEEN, 2000, p. 128)

A autora constata que não houve grande mobilização popular em torno do propósito para criação das universidades no interior do Estado do Paraná, explicando que a luta esteve restrita a setores expressivos da classe dominante. Ela verificou também que a proposta de criação das universidades não constava na pauta do movimento estudantil do Paraná. Para a autora, houve sim um movimento em torno dos “excedentes”:

É certo que havia no Paraná uma mobilização significativa em torno da ampliação do número de vagas no ensino superior, aliada ao problema dos excedentes, já desde 1967, mas não houve manifestação por parte dos estudantes no sentido da interiorização do ensino universitário. [...] O caso dos “excedentes”, ou seja, alunos que eram aprovados no vestibular mas não ingressavam nas universidades porque estas não ofereciam o mínimo de vagas necessário, foi um problema que mobilizou estudantes e autoridades educacionais e governamentais, no pós-64 (SHEEN, 2000, p.129).

No caso dos “excedentes”, houve uma grande mobilização em torno dessa questão em Curitiba e também no interior no Estado. O caso da Faculdade de Medicina de Londrina é um exemplo. Os estudantes prestavam vestibular na Faculdade de Medicina e grande parte dos aprovados não podiam cursar, pois não podiam matricular-se, a Faculdade oferecia apenas 40 vagas.

Sheen destaca o apoio recebido pelos estudantes de várias frações da sociedade civil, como a Sociedade Rural da cidade, a Associação Médica daquela localidade, a Associação de Professores, a Associação Comercial da cidade e também o Rotary e o Lions Clube. Além dessas instituições, também manifestaram seu apoio à causa a sociedade política, que teve que prestar esclarecimentos sobre a questão dos excedentes.

Conforme a pesquisadora, o movimento estudantil representado pela União Paranaense de Estudantes (UPE), no ano de 1968, lutou contra o ensino pago. A mobilização envolveu estudantes secundaristas e universitários, aqueles lutaram contra a cobrança de taxas no ensino médio e estes, contra o ensino pago na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

No relato de Sheen, é possível constar que a grande preocupação dos estudantes paranaenses era a questão dos excedentes e com a luta contra o ensino pago, mas não com a reivindicação pela criação de universidades, nessa análise da estudiosa, a criação de instituições de ensino superior ficou relegada a segundo plano pelos estudantes. No entanto, necessitamos compreender, se a preocupação dos estudantes era com a questão dos excedentes, eles queriam mais vagas para o ensino superior e mais vagas denota mais instituições, então entendemos que está implícita nessa luta também a reivindicação por mais faculdades para o interior do Paraná.

De acordo com Sheen (2000, p. 136), as principais forças envolvidas na criação das universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa foram: políticos regionais (prefeitos, vereadores, deputados); intelectuais: professores das faculdades isoladas, enquanto ‘intelectuais’ e não como movimento docente organizado, sendo sua participação muito importante como ‘grupo de pressão’ e dos profissionais liberais. Ainda temos as Igrejas; Associações Profissionais (Associação Médica de Londrina); Clubes de serviços (Rotary, Lions, Maçonaria); Jornais; Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, além das Associações Civis. Para a autora, a análise desse contexto é a seguinte:

Na análise da atuação desses grupos, a hipótese mais geral é que naquele momento histórico eles eram a expressão orgânica de uma classe e de seu projeto: representavam os grupos que tinham ganho a hegemonia com o golpe de 1964. Representavam as camadas médias na sua aspiração de



ascensão via formação em cursos de nível superior. Representavam as camadas dirigentes das cidades, que buscavam assegurar sua hegemonia com a criação de universidades. (SHEEN, 2000, p. 136)

Sheen (2000) constata que o intuito não era apenas mobilizar a classe política dos municípios que desejavam uma universidade, como também os políticos das cidades que compunham a microrregião de influência de cada um desses municípios. As Igrejas, dada à influência religiosa-política de que elas dispunham em cada região, no período, constituíam-se em um apoio a ser obtido. A imprensa era o veículo necessário para sensibilizar e mostrar à população em geral a importância, no sentido de se criar uma ‘vontade coletiva’ favorável à criação das universidades.

Também é dado destaque às municipalidades pela organização das comissões que tinham como objetivo realizar estudos de viabilidade de criação das universidades. Nesse ponto, as faculdades já existentes e seus respectivos professores se constituíram em um ponto muito importante para a criação das futuras universidades.

As comunidades locais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá reivindicavam suas instituições de ensino superior e os representantes do governo faziam suas tentativas de interiorizar o ensino superior. De acordo com Sheen (2000), a luta da sociedade civil do Norte do Paraná pela criação das universidades envolveu todas as cidades da região, constitui-se na opinião da autora, também em uma luta pela hegemonia. Nos anos de 1967, 1968 e 1969, quando a ampla campanha pelas universidades para o interior do Estado do Paraná se deram, o Governo do Estado ainda não tinha assumido uma posição consolidada sobre os caminhos da expansão do ensino superior no Estado.

É possível perceber que havia uma disputa entre as cidades, pois o governo não se mostrava na direção de uma região específica e nem de uma cidade favorita para a instituição de uma universidade. Os grupos de cada localidade se empenhavam em demonstrar, em termos das necessidades regionais, o que cada localidade precisava: a demanda social dos jovens que aspiravam a cursar uma universidade, a necessidade de desenvolvimento do Estado no fornecimento de recursos humanos qualificados, a necessidade de melhorar os demais níveis de ensino, por meio de uma melhor qualificação dos professores, também existia uma necessidade de atender às exigências da Lei 5.540/68. A redefinição da relação interior e capital – nos termos econômicos, políticos e culturais –, tudo isso, levando a uma grande pressão das comunidades regionais pela expansão do ensino superior em Ponta Grossa, Maringá e Londrina que desejavam uma universidade. Nesse sentido, havia uma disputa para saber qual cidade

sediaria a universidade a ser criada pelo governo do Estado. Das três cidades envolvidas com a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná, Ponta Grossa é a mais antiga. Maringá e Londrina são de colonização recente. Ambas as cidades resultantes da ação da Companhia de Terras Norte do Paraná.

De acordo com Sheen (2000, p. 162), já existia a oferta de ensino superior nas três cidades que pleiteavam a universidade, em conformidade com as exigências das normas legais. Londrina contava, desde 1954, com sua Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, oficialmente reconhecida em 1960. Também contava, em 1956, com uma Faculdade Estadual de Direito, oficialmente reconhecida também em 1960. Em 1962, Londrina ganhava sua Faculdade Estadual de Odontologia, oficialmente reconhecida em 1966. E, em 1965, obteve a Faculdade de medicina que conseguiu alvará provisório de funcionamento em 1967. Ainda em 1966, conseguiu sua Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis.

A cidade de Maringá contava com uma Faculdade de Ciências Econômicas, em 1959, e foi reconhecida em 1964. Em 1965, conseguiu sua Faculdade Estadual de Direito, funcionando enquanto entidade autárquica. Em 1966, obtém uma Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras. Em 1969, consegue um Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas, mantido pela Fundação Educacional de Maringá.

Ponta Grossa, a mais antiga das cidades, contava, desde 1949 com uma Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, reconhecida oficialmente em 1953. Em 1952, conseguia sua Faculdade Estadual de Odontologia, oficialmente reconhecida em 1956. No mesmo ano de 1956, criava sua Faculdade Estadual de Direito e esta foi reconhecida oficialmente em 1960. Em 1966, consegue a sua Faculdade de Ciências Econômicas e Administração, funcionando em caráter de autarquia.

Conforme a descrição de Sheen, às instituições pré-existentes a criação das ditas universidades nas referidas cidades se encontrava em situações adversas. Algumas estavam criadas, autorizadas a funcionar, e, reconhecidas, outras estavam criadas e autorizadas, enquanto algumas apenas haviam sido criadas.

Em conformidade com a Lei 5.540/68, em vigor no período de criação das três primeiras universidades no interior do Estado do Paraná, sabemos, de acordo com o Artigo 7º, que uma instituição universitária para existir deveria se organizar diante da reunião de estabelecimentos de ensino superiores já reconhecidos.

A mesma Lei 5.540/68 é elucidativa quanto à autorização e funcionamento de universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior que, em quaisquer dos

casos, seria tornado efetivo por Decreto do Poder Executivo, após parecer prévio favorável do Conselho Federal de Educação, observado o disposto no Artigo 44 da Lei 5.540/68.

Maringá, Londrina e Ponta Grossa passam a contar com suas universidades estaduais no ano de 1970. Também, de acordo com Sheen (2000), foi instituído nesse mesmo ano o Plano Básico de Educação 1970-1975. Na introdução do Plano, chama-se à atenção para o crescimento e à complexificação das necessidades educacionais do Paraná, decorrentes do processo de desenvolvimento vivido pelo Estado, o que exigiria modernas técnicas de planejamento e coordenação administrativa.

Sheen (2000), ao mapear a criação das primeiras universidades no interior do Estado, traz os dados do oeste do Paraná. Nesta localidade, as lideranças locais se mobilizaram no final da década de 1960, com o intuito de ampliar as oportunidades educacionais na região e, reivindicaram a criação de uma universidade no Oeste paranaense.

No final da década de 1960, conforme a autora, quando foram criadas as primeiras universidades estaduais no oeste do Paraná, observa que Cascavel, por não possuir destaque econômico no Estado, não conseguiu ter uma universidade criada. Esse fato foi usado como argumento pelo Conselho Estadual de Educação em parecer, emitido em 1969, contrário à criação de uma Faculdade de Agronomia e Veterinária em Cascavel.

Conforme Orso (2011), o oeste paranaense foi ocupado efetivamente entre os anos de 1940 e 1970, já marcados diretamente pelo impacto das profundas transformações sociais, científicas e tecnológicas que ocorriam nesse momento no Brasil. Transformação própria ao modo de produção capitalista aliada à ausência de consciência sobre as possíveis consequências futuras. A preocupação dos colonizadores sempre foi com a posse da terra. A lógica mercadológica e sua ânsia para com os resultados imediatos e com os lucros fáceis, fez com que a nossa colonização sempre fosse exploratória e predatória. No oeste paranaense, na década de 1940, não foi diferente.

As regiões oeste e sudoeste do Paraná, totalmente rural no passado, a partir das décadas de 1940 e 1950, com os processos de desenvolvimento e com a inserção da tecnologia no campo, a intensificação da urbanização e do comércio, enfrentaram novos desafios. Nesse contexto, a escola passou a ser uma das primeiras e principais preocupações e a educação passa a se constituir em um importante fator de lutas e

mobilizações sociais, sendo compreendido como instrumento de coesão, crescimento e integração social (ORSO, 2011, p.234).

É nessa mesma realidade, que surge o primeiro acesso ao ensino superior no sudoeste do Paraná. A primeira instituição instala-se, em 1967, na cidade de Palmas, pertencente à região centro-sul do Paraná, com a criação da fundação do Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA, entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI, regularizada em 1969. As principais razões para a instalação de uma instituição de ensino superior nessa região conforme Oliveira (2003, p.5), são as várias interligações, tanto com a região sudoeste do Paraná, como os demais estados da região Sul, principalmente com o oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. Outros dois aspectos relevantes para o pioneirismo de Palmas no ensino superior da região foram o fato da cidade ser a mais antiga da região e a forte presença da Igreja Católica (OLIVEIRA, 2003, p.6).

O ensino superior, na região oeste do Paraná, esteve, assim, vinculado à forma de desenvolvimento capitalista (ORSO, 2011, p.234). O ensino superior constituiu-se como parte de um processo histórico. Com as rápidas transformações ocorridas na região, a falta de um bom nível de escolaridade representava insegurança no trabalho e dificultava a ascensão social. Tendo isso presente, na década de 1970, os centros urbanos mais desenvolvidos da região, as cidades de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu reivindicaram instituições de ensino superior, sentindo a necessidade de, a partir de seu próprio processo de desenvolvimento, ampliar as condições e os níveis de escolaridade. Também evitando assim que os estudantes tivessem de se deslocar para outras regiões e estados para realizar sua formação superior.

Luporini (2008, p.6) destaca que o ensino superior marca presença na região sudoeste do Paraná, especificamente em Palmas, na década de 1960, do século XX, como iniciativa do Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos - CPEA, da Paróquia do Senhor Bom Jesus. A autora descreve que essa composição para a formação em Palmas do ensino superior resultou da iniciativa eclesiástica e também da intensa luta de diferentes segmentos da sociedade civil, organizada no local, que estiveram a reivindicar junto às instâncias federais e estaduais do setor educacional e as esferas governamentais em nível estadual e nacional.

A autora explica que a primeira alusão sobre o CPEA aparece em outubro de 1965, quando foi registrada a intenção de instituir o Centro Pastoral Dom Carlos. No

ano seguinte, são iniciados os planos para a construção e é lançada a pedra fundamental. Luporini cita as iniciativas do recém-criado Centro que dividiu a cidade de Palmas em nove zonas, das quais uma comissão de pessoas foi visitar as famílias e explicar o projeto e sua importância na tentativa de angariar fundos para a sua implantação, e a comunidade de Palmas ajudou mensalmente com contribuições voluntárias. Os eclesiásticos organizaram reuniões junto à comunidade que aprovou de imediato a iniciativa para a constituição de uma faculdade na cidade, o que beneficiaria, de imediato, não só a cidade Palmas, como toda a região.

A comunidade eclesiástica, junto aos demais setores da sociedade local, definiu o projeto de criação, inclusa as dependências que seriam destinadas ao funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia o próprio CPEA a sua mantenedora, oficializado em julho de 1967, com a realização de uma assembleia na qual se buscava a aprovação dos estatutos e a eleição do primeiro Conselho Diretor da instituição. Ainda em 1967, foi encaminhada ao Ministério da Educação MEC a solicitação de autorização de funcionamento da faculdade de Filosofia para o ano letivo de 1968. Em fevereiro de 1968, o MEC informa que o processo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas havia recebido parecer favorável na sua Câmara de Planejamento. A população estava engajada de tal forma na criação de uma faculdade que saiu às ruas para comemorar com fogos de artifícios em uma passeata.

Luporini (2008) analisa a constituição do ensino superior de Palmas como uma iniciativa contraditória para o contexto político da época e a interpreta como um desdobramento da possibilidade de diminuir a responsabilidade do poder público na formação em nível superior, pois o projeto não previa nenhuma forma de investimento público estadual ou federal. As peculiaridades locais, na visão da estudiosa, de união e determinação na busca do projeto da Faculdade devem ser levadas em consideração, pois a instalação da faculdade se deu em uma região geograficamente distante dos grandes centros produtores de conhecimento.

Foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 63.583/68 e reconhecida pelo Decreto Federal nº 72.452/73, iniciou com quatro cursos: Filosofia Pura, Pedagogia, História e Letras com Habilitações em Português e Francês. Nomeado o primeiro diretor, o Monsenhor Eduardo, que desde o princípio batalhou pela implantação da Faculdade.

Nesse sentido, a autora descreve a necessidade de expansão, que levou o poder público municipal a criar em 1979, a FACEPAL (Faculdades Reunidas de Palmas: Lei

Municipal nº 654/79) que autorizada pelo Decreto Federal nº 84.784/80; e reconhecida pela Portaria Ministerial nº 76/83. A nova Faculdade iniciou com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Posteriormente, foram implantados os cursos de Educação Física, Administração Rural e Ciências com Habilitações em Matemática, Biologia e Química.

No ano de 1979, o CEPEA assumiu a administração da FACEPAL. Essa iniciativa unificou, administrativa e oficialmente, a FAFI e a FACEPAL, sendo elas passaram, posteriormente, a denominarem-se Faculdades Integradas de Palmas a FACIPAL. Em 2002, pela Portaria nº 2993 de 23/10/2002, a FACIPAL passou a chamar-se Faculdades Integradas Católica de Palmas.

No que tange à expansão do ensino superior no Paraná ao encargo do poder público municipal, Luporini afirma ser a região sudoeste do Paraná um exemplo claro dessa iniciativa. A autora cita a cidade de Pato Branco, na qual o poder municipal criava a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco FUNESP (1979), que, posteriormente, foi integrada ao CEFET, que atualmente é a UTFPR. Na região sudoeste do Paraná, a força do poder eclesiástico nos assuntos educacionais se estende até a atualidade. Em 2004, é criado o Centro Diocesano do Sudoeste do Paraná, credenciado pela Portaria Ministerial nº 1274 de 2004.

O Paraná como um todo, nas décadas de 1960 e 1970 passa a integrar a completa transformação da sociedade brasileira e o ensino superior se expande como nos demais estados. Sheen (2000) ressalta que esse movimento no caso do Paraná ocorreu da seguinte forma:

Acreditamos que a configuração da conjuntura histórica nacional e estadual, do período em que foram criadas as mencionadas instituições, revelou a existência de um movimento concreto na sociedade que explicitava a necessidade de expansão do ensino superior através da forma universitária e, ainda que a direção dada à reformulação desse nível de ensino fazia parte da redefinição da hegemonia entre as classes dominantes tanto no país como um todo, como também no Paraná. (SHEEN, 2000, p.243).

Orso (2011) constata, em sua pesquisa, que o oeste paranaense reivindica sua instituição de ensino superior nas décadas de 1960 e 1970, já marcadas diretamente pelo impacto das profundas transformações sociais, culturais, científicas que ocorriam nesse momento da sociedade brasileira. Transformação própria ao modo de produção capitalista, dentro da lógica mercadológica e sua ânsia para os resultados imediatos e com lucros fáceis. A nossa colonização, de modo geral, sempre foi feita de forma exploratória e predatória. Essa forma de exploração ocorreu de maneira frenética nas

décadas de 1960 e 1970, no Paraná como um todo, como consequência direta desse processo predatório de transformação do capital, aconteceu em paralelo na sociedade a demanda por ensino superior.

Ocorre no Paraná uma expansão de instituições de nível estadual. A grande maioria dessas instituições foi criada em regime de fundação e mantidas pelo Estado. Somente a universidade situada na capital do Estado era de nível federal e o restante se configurava em instituições privadas. As instituições estaduais também cobravam, embora fossem mais baratas que as instituições privadas. Mesmo as instituições de cunho eclesiástico, como no caso do sudoeste do Paraná, como aponta Luporini (2008), eram pagas.

Concordamos com Sheen, Orso e Luporini, a expansão do ensino superior no Estado do Paraná, esteve ligado diretamente ao movimento de expansão de ensino superior nacional, que por sua vez foi impulsionado por consequências advindas da sociedade capitalista internacional. As necessidades dessas transformações gerais da sociedade, vivenciadas no período, geraram uma série de mudanças e a consequência direta e imediata, como uma necessidade urgente, foi a pressão por ensino superior.

### ***CAPÍTULO III - SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR EM GUARAPUAVA***

Guarapuava, desde o início do processo de colonização, foi considerada uma localidade importante para demarcação do território e defesa das fronteiras. Um ponto estratégico a ser defendido dos espanhóis que avançavam via oeste da região.

Com povoamento para demarcação de território e defesa das fronteiras brasileiras, Guarapuava, por ser geograficamente uma região de difícil acesso, torna-se terra de degredo, uma prisão natural com cercas geográficas naturais, sendo essa também uma maneira de o governo povoar a região, nesse caso, forçado.

Em 1809, chegou aos campos de Guarapuava a expedição colonizadora que fundaria o primeiro povoamento local e, décadas depois, tornar-se-ia uma cidade. O povoamento se deu por meio do consentimento das sesmarias. As primeiras datam de 1818 e mais distribuição em 1822 e mais algumas nos anos seguintes. Algumas dessas sesmarias vieram no século XX a tornarem-se municípios (IZIDORO, 1976, p.55).

A concessão de terras (as sesmarias) foi destinada, inicialmente, apenas a portugueses que não, necessariamente, residiam nas terras que lhe eram concedidas. Era costume colocarem capatazes que se encarregavam de administrar as propriedades. Por essa época era difícil a aventura de povoar os campos por virtude da falta de comunicação com os demais povoamentos, mas isso se modificou com o tropeirismo.

O tropeirismo movimentou os campos colonizados e as caravanas de tropeiros desempenhava uma função social de veicular notícias, encaminhava correspondências e encomendas e ainda ajudava a forjar alianças políticas. (TRINDADE E ANDREAZA, 2001, p.22)

As historiadoras destacam que a sociedade que se organizou em função do tropeirismo fundamentava-se na relação senhor escravo, como toda a formação tradicional brasileira. A família fazendeira recolhia-se dentro de suas terras, criando uma economia quase que autossuficiente, orientada para a subsistência do próprio grupo. O contato comercial fora, com as demais vilas, restringia-se à compra do sal. O tropeirismo criou uma cultura própria peculiar às localidades dos campos por onde passava.

Guarapuava se incorporou ao tropeirismo, fazendo parte do chamado “Paraná Tradicional”. De acordo com Sheen (1986, p. 161), a formação do “Paraná Tradicional” deu-se até o final do século XIX, por meio da ocupação das chamadas “terras de



campo”, que vão de Curitiba, pelos Campos Gerais, Campos de Guarapuava, Campos de Palmas, até as atuais divisas entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. A base econômica dessa onda de povoamento foram os latifúndios campeiros da criação de gado, os engenhos de beneficiar erva-mate e as serrarias de pinho.

Esse período inicial de colonização se limitou aos campos, permanecendo quase sem povoamento as regiões do Norte e mais a Oeste do Estado. Esse território era coberto por florestas e suas terras propícias para a agricultura, em seus limites geográficos, encontravam-se os rios Paranapanema, Paraná, Ivaí e Iguaçu.

A região dos campos ficou marcada por uma economia tímida, o isolamento, a escassa urbanização, a formação de elites pouco atuantes, são algumas das características do tipo de povoamento efetuado no Paraná Tradicional. A vida social era dominada pelas relações oligárquicas. A chamada elite campeira paranaense vivia no isolamento do seu território, participando pouco nos centros decisórios do país, o que ocasionou um isolamento político e cultural próprio do lugar (WACHOWICZ, 1984, p.37).

No estudo de Marcondes (1998, p.81), a população guarapuavana na época, em sua maioria fazendeiros das sesmarias, incorporou-se no comércio tropeiro como uma forma própria do movimento de capital daqueles tempos, visto que não havia por essas bandas estradas ou linhas férreas. Praticamente todo o transporte era feito com muares.

A autora acrescenta ainda que esse comércio de muares colocou Guarapuava na rota dos tropeiros. Guarapuava e seus campos próprios para a invernada dos animais transformou a economia local, além de romper o isolamento inicial conectando Guarapuava aos demais centros. Os guarapuavanos, como tropeiros ou como prestadores de serviços às tropas de passagem, enriqueceram e essa mudança aquisitiva fez o guarapuavano construir casarões, adquirir mais escravos tendo como consequência o surgimento de uma economia local peculiar.

No entender de Abreu (1981, p. 127), o plano econômico transformou-se com o comércio do gado e, com isso, transformou também o panorama social. Tal comércio fez crescer não só o poder aquisitivo como também a cidade de Guarapuava, cujos habitantes passam a ter outra conotação em relação ao conforto que essa melhora no poder aquisitivo pode proporcionar.

No final do século XIX, com a crise da Feira de Sorocaba, o tropeirismo guarapuavano continuou até a década de 1930, mas já dando sinais de esgotamento. No início do século XX, já havia o trem nos centros maiores e também já aparecia à

facilidade do automóvel, desse modo, o comércio desses animais, de certa forma, caiu em desuso.

Conforme Abreu (1981, p.107), sem preço e sem mercado para o gado, a situação da pecuária foi se agravando com o passar dos anos, pois a produção das fazendas começou a decair. O início do século XX assistiu à desintegração total do chamado “sistema tradicional campeiro” uma vez que a agricultura não oferecia grandes lucros, pois cada fazenda produzia para seu consumo próprio. Além disso, conforme a pesquisadora citada, cultivar o solo não era lucrativo, não oferecia nenhum incentivo e eram muitas as dificuldades como, falta de mão de obra, falta de conhecimentos técnicos, fraca ou quase nenhuma assistência por parte do governo com auxílio financeiro e técnico, falta de vias para o escoamento e comercialização, preços altos como, por exemplo, o do comércio do mate e mais algumas intempéries que acabaram por minar a economia campeira.

Abreu (1981, p.120) destaca também que o maior problema enfrentado por Guarapuava era o fato de possuir campos apropriados à criação de gado, clima salubre, terras férteis para o cultivo de qualquer lavoura. Mas faltavam-lhes caminhos, boas estradas. A topografia de Guarapuava, sua formação geográfica lhe espoliava certo isolamento.

Esse fator de isolamento geográfico é destacado pela autora como um fator grave para a economia de Guarapuava. Por viver “quase insulado no 3º planalto”, mesmo o fazendeiro guarapuavano possuindo vastas áreas de pastagens naturais e matas cobertas de ervais e madeiras de lei, seus campos povoados com muitas cabeças de gado, o fazendeiro guarapuavano não possuía capital, para fazer girar o seu negócio. Quando “apertado”, ele conseguia algum dinheiro a juro, com negociantes e posteriormente, com as Casas Bancárias, oferecendo como garantia parte de suas terras. Dessa forma não foram poucos os casos em que devedores jamais conseguiram levantar tais hipotecas e, conseqüentemente, foram despejados de suas propriedades.

A autora aponta a possível decadência da sociedade campeira guarapuavana na década de 1930. O principal ponto foi de ordem econômica, a aplicação de recursos em gado de cria (novilhas matrizes), no pagamento de compromissos sobrevividos em consequência da crise de 1929 que afetou todas as economias. A partir de então, a necessidade obrigou muitos fazendeiros a vender suas terras a preços muito baixos que as quantias eram irrelevantes, diante do valor das terras. Conforme a pesquisadora, não havia mercado para a sobrevivência e Guarapuava, ainda estava à espera de uma

colonização efetiva. Mas, no seu entender, esse fator da oferta de terras baratas fez afluir dos estados vizinhos e outras regiões muitos compradores e arrendatários. A partir dessa nova afluência, Guarapuava ganha novos imigrantes e outros contornos.

Por volta da década de 1940, Guarapuava vivencia o impulso do comércio madeireiro, que se tornou, nessa década, a mais importante atividade econômica da região. Conforme o relato de Elfes (1971, p.29), existia, por essa época, na região cerca de 200 serrarias e outras indústrias de exploração madeireira, sendo o pinho a madeira preferida para exploração e exportação. Além da madeira, em menos importância na época, estavam a extração e comércio do mate e a criação de gado bovino e suíno, ainda feita de forma tradicional e extensiva.

A atividade madeireira, mesmo sendo de “extermínio”, na visão de Abreu (1981), relegou à cidade de Guarapuava algo de positivo, isto é, a população foi beneficiada com o incremento do comércio, na agropecuária com novos insumos agrícolas e as primeiras aparições do capitalismo financeiro no campo, visto agora como uma área em grande potencial.

Da década de 1940 em diante, Guarapuava vivencia o intenso comércio da madeira e essa movimentação fez nascer na cidade a necessidade da agropecuária e da agroindústria, inseridas mais fortemente na economia nacional.

No relato de Abreu (1981, p.185), é somente na década de 1950 que Guarapuava começa a deixar para trás a velha sociedade campeira e sua economia tradicional definitivamente, entrando na era das transformações do avanço capitalista. Com a utilização de máquinas, insumos, investimentos públicos e privados, o cultivo dos campos em larga escala.

A partir da década de 1950, uma parte da história de Guarapuava está ligada à imigração suábica, advinda do Danúbio, chegando à região de Entre Rios, localizada em Guarapuava no início década de 1950. Os suábios vieram para o Brasil por consequência da segunda Guerra Mundial. Conforme descrição de Elfes (1971, p.5) eles eram juridicamente iugoslavos, mas culturalmente alemães e vieram para o Paraná com ajuda estrangeira em concordância com as autoridades brasileiras e com total aceitação e ajuda do governo do Paraná. O autor explica que a escolha pela localidade de Guarapuava foi decidida com base nas características do terceiro planalto de clima frio, nesse sentido, apresentava boas condições para adaptação dos novos moradores do lugar.

A novidade descrita por Elfes foi a grande lavoura de trigo e arroz em campos limpos. A topografia da região permitiu a lavoura mecanizada, em grande escala, sem necessidade de grande destocamento. O êxito dessas culturas fez com que a região seguisse o modelo implantado pelos suábios, que ainda inovaram com a formação de uma cooperativa, implantando lavouras de subsistência em larga escala.

A partir de 1966, acrescentou-se, como terceira cultura a soja, começando com pequenas áreas e, nos anos seguintes, ampliando-as e cultivando-as, fazendo com que essa cultura se tornasse uma das principais na região de Guarapuava.

### ***A educação guarapuavana através de uma perspectiva histórica.***

Marcondes (1998, p.140) e Abreu (1981, p.136) relatam que, no período inicial do povoamento, Guarapuava não possuía escolas nem professores, em vista disso a educação era ministrada por um professor do sexo masculino que permanecia por determinado tempo na casa do fazendeiro e, nessa casa, reuniam-se os demais meninos da região (filhos dos fazendeiros) para terem aula. Todos os exercícios eram feitos em lousas, pois na época o papel era caro e escasso. As famílias compravam uma cartilha e alguns livros de leitura que serviria para toda a família. A educação das meninas era diferente, pois não se exigia delas a alfabetização, apenas recebiam ensinamentos sobre prendas domésticas e a sua preparação para ser esposa e mãe.

Nesse sentido, no entender de Abreu (1981) não só a parte cultural foi se perdendo como também a economia foi se ressentindo pela falta de escolas. A autora destaca o primeiro reflexo da “estagnação cultural” o nascimento de uma “cultura cabocla” o que, só viria a mudar, quando: “a educação condicionasse o desenvolvimento técnico cultural, quando a melhoria dos transportes e comunicações facilitasse os sistemas de comercialização e propiciassem a entrada de novos elementos, principalmente de imigrantes” (ABREU, 1981, p.137).

Guarapuava, no ano de 1854, registrava, conforme Wachowicz (1984, p. 42,43), referindo-se ao relatório do Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcelos, população ‘*diminuta*’ e ‘*rarefeita*’. No que se refere ao relatório das localidades paranaenses com escolas existentes, Guarapuava constava como localidade, mais sem o registro de que havia escola no lugar. Contudo, fontes locais apontam a existência de formas educacionais na cidade, mesmo que isso não conste no relatório provincial.

Nos relatos de Marcondes (1998), Guarapuava, em 1836, possuía uma turma de 19 meninas que tinham aulas na casa de uma professora, que se encontrava em Guarapuava para cumprir degredo político, por conta da condenação de seu esposo que também era professor. Nos relatos da historiadora, em 1873, é fundada a Escola do Professor Yank, uma escola masculina, ele vindo da Prússia, lecionou em Guarapuava até 1911.

Já no século XX, em 1902, é fundada na cidade por João Rodrigues Becker e Silva, o Instituto Becker ou Internato do Professor Becker, também para alunos do sexo feminino, além disso, ele fundou o primeiro grupo de escoteiros, que dentro dos relatos funcionou até 1924.

Conforme o relato de Abreu (1981, p. 185), ainda que fossem limitadas as oportunidades educacionais, o final do século XIX e início do século XX foram marcados por um grande avanço cultural em Guarapuava. A estudiosa cita como exemplo: o Teatro Santo Antônio e o Teatro São João, a Sociedade Musical Lyra de Guarapuava a Orquestra “Ecos do Guaira”, os jornais (O Guayra, A Lide, A Alvorada, O Lyrio, O Pharol, O Trevo, O Jacobino, Jornal Correio do Oeste) revista (O Pharol) entre outros exemplos, usados pela pesquisadora para imbuir seus argumentos sobre o avanço cultural local no início do século passado.

Herold Jr (2011) analisa a educação ligada ao escotismo em Guarapuava, no período de 1927 até 1936, que corresponde à fundação da Associação Escoteira de Guarapuava. Na direção e comando do grupo de escotismo estava o Professor Amarílio Rezende de Oliveira. Conforme o autor a questão educacional ganha destaque nesse período, ocupando um tempo relevante de autoridades e de educadores. De forma geral, qualquer assunto sobre os rumos educacionais, tanto pedagógicos como políticos, girava em torno da importância que a educação teria para o desenvolvimento local.

A partir da década de 1930, houve um destaque maior para a educação, considerada pelos guarapuavanos um fator importante, para o crescimento da cidade. Começou, a partir década de 1930, um esforço no sentido de modernizar a educação em Guarapuava. Amaral e Herold Jr (2010), em suas análises encontraram relações entre a modernização sócioeconômica e a educação na cidade de Guarapuava, nos anos de 1930 até os anos de 1960. Os autores se utilizaram de fontes primárias, jornais da época para discorrerem sobre as precipitações modernizadoras, em relação à educação em Guarapuava, e constataram que em alguns momentos os guarapuavanos a consideraram como um progresso e que mudanças positivas estavam acontecendo e, em outros

momentos, a educação é concebida como algo que precisa acompanhar os demais setores da cidade, considerados mais modernos e avançados.

Em outro trabalho Antonovicz e Herold Jr (2012), abordam a educação feminina em Guarapuava, também abrangendo o período entre 1930 e 1960, o estudo trata das diferentes representações sobre as mulheres nos anos em destaque. Eles discorrem também acerca da construção do ensino normal em Guarapuava. Em outro trabalho Herold Jr e Machado (2013), tratam da importância que os cuidados com infância ganham a partir do período destacado:

Nesse ínterim, uma das ações mais relevantes relacionadas à modernização da cidade foi a construção de um olhar atento às crianças. Nas décadas em questão, percebemos a luta pela criação de escolas tanto na região central como no meio rural de Guarapuava, assim como discursos preocupados com a formação de professores, a valorização do ensino infantil e a alfabetização das crianças em idade escolar. Essas posturas indicavam que o cuidado com a educação das crianças deixava de ser um aspecto restrito aos círculos familiares. (HEROLD JR; MACHADO, 2013, p. 59).

Os autores afirmam que as transformações sociais ocorridas no Brasil nas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960, também se manifestaram em Guarapuava. Inseridos nesse movimento amplo da sociedade brasileira, construiu-se no contexto guarapuavano “representações que se pautaram pela defesa da necessidade de se escolarizar” (p.59).

### ***O processo de construção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG)***

Nossa intenção agora é abranger as décadas de 1960 e de 1970 da educação na cidade de Guarapuava, trazendo o processo de construção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava a FAFIG. Queremos entender como se deu o processo nos âmbitos internos e externos do nascimento da primeira instituição de ensino superior da cidade.

Vigil (1982) descreve que, no ano de 1968, o então governador do Estado do Paraná, Paulo Pimentel, autorizou a Lei 5.804, em 15 de julho, publicada no Diário Oficial do Estado que criava em entidade de Fundação Estadual a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava. No mesmo ano, a convite do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, o professor Francisco Contini assumiu a tarefa de formalizar o processo para autorização do funcionamento da Faculdade. Por meio do processo nº 427/68, da Câmara de Ensino Superior, de 22 de novembro de

1968, foi dada a entrada, no Conselho Estadual de Educação, do pedido de autorização para funcionamento da Faculdade, que foi favorável pelo parecer nº13, de 9 de maio de 1969, e homologado pela resolução nº19, da mesma data.

No estudo de Marcondes (1985, p. 94), os cursos sancionados foram: Licenciatura em Ciências, Geografia, História, Letras e Licenciatura em Pedagogia. Mas o Curso de Pedagogia na época foi considerado obsoleto por conta da Escola Normal e, portanto, não oferecia vantagens na época, então, os responsáveis pelo processo propuseram à Assembleia Legislativa a sua devida substituição pelo Curso de Matemática que era o mais procurado e o mais necessário de acordo com o mercado de trabalho. O artigo 7º, parágrafo 1º e 2º, da Lei 5804, de 15 de julho de 1968, passa a vigorar no seu artigo 7º “Fica fixado em 35 (trinta e cinco) o número de cadeiras que constituirão os currículos mínimos dos cursos de Matemática, Geografia, História e Letras, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava” (p.95).

Por conta do artigo 47 da Lei 5.540<sup>6</sup>, de 18 de novembro de 1968, o processo foi encaminhado ao Conselho Federal de Educação, a fim de receber o parecer conclusivo que serviria de base à decisão superior, quanto à concessão de autorização. O Conselho Federal de Educação e a Câmara de Planejamento chegaram a apreciar o processo e, pelo parecer nº475, se manifestaram de acordo com o ato emitido pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Com a modificação do artigo 47, da Lei nº 5.540/68, pelo Decreto-Lei nº 842, de 09 de setembro de 1969, o processo foi reconduzido ao Conselho Estadual de Educação, que emitiu o Parecer nº 170, de 07 de novembro de 1969, favorável à concessão de autorização para funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, o qual serviu de base à decisão do Poder Executivo Federal. No dia 16, do mês de janeiro de 1970, o Decreto Presidencial, nº 66.083, autorizava o funcionamento da FAFIG, marcando o início do Ensino Superior na cidade.

Em março de 1970, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras inicia suas atividades, necessitando de adaptar-se à Lei Estadual nº 6034, de 06 de novembro

---

6

A Lei Federal nº 5540/68, da Reforma de Ensino Superior, em seu artigo 47 transferia a competência de autorizar o funcionamento de qualquer instituição de ensino superior para a esfera federal.

de 1969<sup>7</sup>, o que foi feito por meio do Decreto Governamental nº 22.059, de 30 de dezembro de 1970, que transformou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava em Fundação de Direito Público, passando a denominar-se Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.

Conforme Marcondes (1985, p. 99), em seu início, a Fundação Faculdade foi instalada em um prédio alugado, cedido pela Sociedade Brasileira de Educação e Assistência. Em 26 de novembro de 1971, o Poder Executivo Municipal, instituiu a Lei nº 96, autorizando a aquisição por compra, o imóvel e benfeitorias, com o compromisso de doação à Fundação Faculdade. O fato foi consumado em 04 de abril de 1977, por ocasião da escritura definitiva em nome da instituição.

A Fundação Faculdade começou a funcionar em março de 1970, com quatro cursos sendo eles: licenciatura em Letras, licenciatura em História, licenciatura em Geografia e licenciatura em Matemática. Com dois anos efetivos de funcionamento, para dar cumprimento à Legislação do Ensino Superior, iniciaram-se os trabalhos de montagem do processo de obtenção, junto ao Ministério de Educação e Cultura, os processos de reconhecimento dos cursos mantidos pela Faculdade.

Com parecer emitido em 03 de dezembro de 1973, nº 2.425, o Conselho Federal de Educação pronunciou-se favoravelmente ao reconhecimento dos cursos da Faculdade. Com a emissão do Decreto nº 73.494, de 17 de janeiro de 1974, concedia o reconhecimento dos cursos ofertados pela faculdade, que por sua vez, licenciava sua primeira turma de formandos já com seus cursos devidamente reconhecidos.

A Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, atendendo às suas finalidades e estendendo seus serviços à comunidade, no período de dezembro de 1974 a março de 1975, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação, por meio do Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Paraná CETEPAR, ofertou curso de formação de professores de disciplinas especializadas do Segundo Grau-Esquema II, área primária, convalidado pelo Parecer nº 156, de agosto de 1976, do Conselho Estadual de Educação.

A FAFIG deu entrada, com processo nº 402, da Câmara de Ensino Superior, no Conselho Estadual de Educação, ao pedido para criação dos cursos de pedagogia,

---

7 A Lei 6.034, de 06 de novembro de 1969, criava oficialmente as Universidades de Ponta Grossa, Maringá e Londrina e instituía: Inciso 1º Os estabelecimentos de ensino de que trata este artigo serão organizados como fundação de direito público, e de conformidade com as prescrições das legislações federal, estadual e desta Lei. Inciso 2º A denominação oficial de cada entidade será a do estabelecimento de ensino, antecedido da designação Fundação.



habilitações: magistério das matérias pedagógicas do então segundo grau, administração escolar e orientação educacional, e ciências, licenciatura de primeiro grau com habilitação em matemática. Em 20 de novembro de 1975, o processo recebeu o Parecer conclusivo nº 179, que foi homologado pela Resolução nº 1458, de 10 de dezembro de 1975. O Decreto Federal nº 78654, de 27 de outubro de 1976, autorizou o funcionamento dos cursos que, em março do ano seguinte, foram implantados na FAFIG, já iniciando suas primeiras turmas.

No ano de 1979, apoiada pela comunidade, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava iniciou a mobilização para implantação de novos cursos. Para tanto, submeteu ao Conselho Estadual de Educação o projeto, por meio do processo nº 558, que em 9 de abril de 1980. Nele, já constavam os cursos de Ciências Contábeis e de Administração.

### *A Ditadura Militar e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava*

Em relação à atuação docente, antes e depois da instalação da Faculdade, percebemos que havia certo cuidado com o que se fazia, pois poderia sim haver uma reprimenda. Então todos sempre foram muito cautelosos em Guarapuava. Mesmo que todos os entrevistados, sem exceção, tenham dito que nada ocorreu em Guarapuava, no sentido de repressão ou algum outro episódio como a chamada por parte dos militares, percebemos que havia certo receio em relação ao assunto.

Nos relatos da ex-professora Luci Jorgensen, ela reporta certo desconforto, segundo a ex-docente, com o fato de os militares alunos da Faculdade irem assistir às aulas armados a irritava. Segue a fala da ex-professora: “nós tínhamos muitos alunos militares, muitos inclusive nos irritavam porque eles vinham assistir aulas armados”.

No relato da ex-docente Gracita Marcondes, ela se refere ao período como aquele em que se necessitava tomar cuidado: “ninguém sofreu nada [...] eu nunca fui cobrada, mas eu me policiava, porque eu tinha medo [...]” Marcondes lecionava no ensino normal secundário e também era aluna da primeira turma do Curso de História da FAFIG e, depois retornou à instituição como docente do mesmo curso onde permaneceu até se aposentar.

Gonçalves Junior (2009, p. 13) indica que houve repressão durante a Ditadura Militar na FAFIG:

Podemos constatar que o ensino superior em Guarapuava [...] não passou ileso pelo regime [...]. Foi possível perceber também que a repressão em Guarapuava não ocorreu como em outras cidades: a repressão se concentrava muito mais no fomento do medo e das ameaças do que na esfera física; os militares instauraram uma “violência simbólica” e, mesmo sem agressões físicas explícitas, conseguiram cercear militâncias vindas da FAFIG [...]. (GONÇALVES JUNIOR 2009, p. 13).

Schmitt (2011, p. 114), constata em sua pesquisa, a vigilância dos militares sobre o movimento estudantil paranaense, investigando a União Paranaense dos Estudantes Secundários no período da Ditadura Militar, na documentação existente referente a DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social – com atuação Paraná que o XX Congresso o COESES – Congresso Estadual dos Estudantes Secundaristas, realizado em Guarapuava, no ano de 1969, nos dias 8 a 11 de janeiro, cujo o tema do encontro se refere a atividades de aprovação do regimento interno do movimento, discussões sobre as eleições e aprovação de relatórios de contabilidade. A autora destaca que nada houve naquela pauta a respeito de temas sociais ou outras questões: “sendo assim não observamos uma discussão acalorada sobre temas sociais, econômicos e ou políticos. Há espaço apenas para discussão de temas livres no último dia do congresso” (p.114).

O que encontramos na documentação do Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins, que guarda a documentação grêmio estudantil do Colégio Manoel Ribas que, naquela época, funcionava no mesmo prédio do atual Colégio Francisco Carneiro Martins, confere com a documentação encontrada por Schmitt no arquivo da DOPS sobre o XX congresso e também com o que disse o entrevistado Juarez Ribas. Este, na ocasião, foi um dos organizadores do congresso, o XX COESES em Guarapuava e estava em todas as discussões do encontro e, no que se refere às reivindicações em torno do ensino superior em Guarapuava, ele pondera em sua fala que elas aconteceram, existiram de fato, mas não há nenhuma ata ou qualquer outro documento que comprove ou mostre que tais discussões aconteceram.

Schmitt (2011) constata, que havia vigilância constante sobre os movimentos estudantis da época e que o movimento estudantil paranaense dos estudantes secundaristas não ficou de fora da vigilância. A autora destaca que os delegados do interior do Estado tinham que enviar ao delegado da capital, informações sobre os membros das instituições que representavam o movimento secundarista. A autora encontrou documentação completa sobre os membros da CAEG – Centro de Atividades Estudantis de Guarapuava – com o envio completo de informações detalhadas sobre cada um dos representantes eleitos na entidade ao delegado da capital.

Compreendemos que, se o movimento estudantil foi vigiado de perto como aponta a pesquisa de Schmitt (2011), também podemos inferir que a afirmação de Gonçalves Junior (2009) sobre a FAFIG e as formas de repressão no período do regime militar são verdadeiras e confirmam o que disseram as entrevistadas Luci Jorgensen e Gracita Marcondes quanto à sensação de se sentirem sob vigilância: a irritação e o medo.

### ***A FAFIG e os seus primeiros anos de funcionamento***

Em 17 de janeiro de 1970, o Senhor Presidente da República, General Emilio Garrastazu Medici, pelo Decreto Presidencial nº 66083, autorizava o funcionamento da FAGIG. Em fevereiro já estavam abertas as inscrições para o vestibular.

Ao abrir o edital do primeiro vestibular, inscreveram-se pessoas de toda a região, que abrangia de Ponta Grossa até Foz do Iguaçu. A FAFIG abrangia toda a região centro-oeste e oeste do Paraná, porque, na época, além da recém-criada Universidade Estadual de Ponta Grossa, existia apenas a também recém-criada Faculdade de Palmas de caráter católico e sendo uma instituição privada, enquanto que a também recém-criada FAFIG era uma instituição estadual, por isso a grande procura. Todos esses professores sem graduação desejavam melhorar sua formação e até mesmo regularizar sua situação junto à legislação de ensino.

Para esse primeiro vestibular, foram abertas duzentas vagas para um total de trezentos e cinquenta inscritos. Ao final desses quatro anos de curso, em 15/12/1973, a FAFIG forma as suas primeiras turmas com 163 licenciados.

Os primeiros professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava vieram quase todos de Ponta Grossa, em sua grande maioria, recém-formada, da também recente Universidade Estadual de Ponta Grossa. O início da carreira docente desses primeiros professores também foi difícil, pois era necessário enfrentar sua dupla ou tripla jornada de trabalho. Um início de carreira docente em que tinham que trabalhar em sala de aula e cumprir uma parte administrativa e alguns ou quase a maioria lecionavam também no ensino secundário e, depois, com a reforma de ensino implementada pela 5692/71, passou a ser denominado ensino de Segundo Grau.

Em entrevista concedida no dia 03 de setembro de 2013, o ex-docente Ronaldo Canto Jorgensen nos relata que, além de lecionar na Faculdade de Filosofia, trabalhava na sua parte administrativa e também lecionava no ensino secundário em Laranjeiras do

Sul e depois em Prudentópolis. A ex-docente Luci Jorgensen sua esposa em entrevista concedida na mesma data, explica que também lecionava na Faculdade e no ensino secundário em Laranjeiras do Sul e era uma dupla ou tripla jornada de trabalho, que era mesmo difícil, segundo o seu relato, para esses primeiros docentes e, com a reforma de ensino e as recém-criadas políticas de pós-graduação do Ministério Da Educação e Cultura MEC, medida que desejava elevar o nível de ensino dos estabelecimentos de ensino superior, os professores não se sentiam seguros e sabiam que havia a necessidade enquanto docente do ensino superior de prosseguir nos estudos.

A data de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava coincide com a criação do Programa de Pós-Graduação de mestrado e doutorado para docentes do ensino superior. No começo da FAFIG a preocupação dos primeiros docentes e administradores com essas novas políticas era algo que vinha causando insegurança e por conta disso já estavam participando dos encontros nacionais, para discutir a educação no país e também se preocupavam em seguir nos seus estudos, mesmo sem a ajuda ou políticas para esses fins. O programa de Pós-Graduação recém criado pelo MEC não havia ainda definido algumas questões e esses docentes em início de carreira enfrentaram todo tipo de dificuldade para prosseguirem em seus estudos.

Nas palavras do ex-docente Ronaldo Jorgensen:

Nossa ida a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – ano de 1973) e o próprio mestrado dela, nós não tínhamos apoio financeiro nenhum, foi tudo do próprio bolso, então essa decisão que eu tomei de não ir para o mestrado. Eu já tinha feito um empréstimo, tinha usado uma parte das nossas economias... aí a tese dela foi impressa... o sistema que hoje nem se usa mais... fotolitos e tudo pago do bolso.[...] (JORGENSEN, Ronaldo entrevista concedida em 03/09/2013).

O ex-docente Ronaldo Jorgensen expõe a sua preocupação em relação a própria carreira docente e explica as dificuldades encontradas por ele e sua esposa no início da Faculdade e em como era complicado continuar estudando, eles sabiam dessa necessidade e encararam, mas as coisas eram complexas como podemos perceber no depoimento da ex-docente Luci Jorgensen

[...] eu fui a primeira mestra da FAFIG... antes de mim teve um professor...o professor Vítório Dela Bruna, ele fez o seu mestrado em Santa Catarina e mora em Curitiba atualmente... mas, das professoras eu fui a primeira.[...] quando a gente escreveu a tese, não existia plano de carreira e não existia valorização, tanto que eu esperei dez anos para que o plano de carreira se estabelecesse, se desenvolvesse, se organizasse para que nós passássemos a receber cinco por cento a mais no salário. (JORGENSEN, Luci entrevista concedida em 03/09/2013).

Entendemos a dificuldade narrada por esses docentes que fizeram a frente e que trabalharam, no sentido de melhorar o seu próprio desempenho buscando assim,

melhorar também a qualidade de ensino na própria instituição de ensino a FAFIG. Pioneirismo e ousadia, vontade de fazer a diferença, afinal esses docentes encontraram todo tipo de dificuldade não só pelas condições de trabalho, mas pela vontade e necessidade de melhorar enquanto profissional do ensino superior, encontrando maiores dificuldades ainda, para prosseguir nos estudos. Tenhamos certeza que essa não foi uma situação apenas da FAFIG. Entendemos isso como uma realidade de muitas regiões do Brasil que ainda persistem na atualidade.

Alguns alunos das primeiras turmas retornaram para a instituição como docente e também atuaram nas áreas administrativas como o ex- docente Wilson Luiz Camargo, que em vários momentos atuou no sentido de melhorar as próprias condições de trabalho na FAFIG e também buscar o crescimento institucional da mesma. Nas palavras do ex-aluno, ex-docente e ex-diretor da instituição Wilson Luiz Camargo:

Havia desde o início da Faculdade um espírito interessante de pessoas que vieram de fora, um processo de migração, porque não havia aqui os professores, poucos professores que trabalhavam na instituição eram daqui dois ou três no máximo eu não me lembro, e vieram quase todos de Ponta Grossa [...] essas pessoas trouxeram consigo um sentimento de prosperidade, porque elas também estavam procurando oportunidades e a cidade também começou a ter aquele clima de ânimo, de vontade, havia muito respeito pela presença da Faculdade, pelo trabalho da Faculdade (CAMARGO, Wilson Luiz, entrevista concedida em 19/08/2013).

O ex-docente e também ex-diretor Camargo também destaca uma lenta mudança comportamental na cidade:

E a cidade sofreu realmente uma mudança de comportamento, mas essa mudança de comportamento ela é lenta, ela é seletiva e depois até que ela se consolide, e vá permeando, ela é lenta. Havia o sentimento de fazer com que a Faculdade fosse uma boa Faculdade [...] de bom nome que ela se afirmasse e prosperasse e começaram a ocorrer muitas parcerias com a UNICAMP na área de exatas com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a Universidade Federal do Paraná, e outras universidades com cursos nos mais diferentes níveis, graus especialmente na área de pós-graduação nas especializações e também muitos momentos de ação internas, semanas culturais, semanas de cursos de extensão, então houve um sentimento muito bom nesse processo e a Faculdade foi se afirmando. (CAMARGO, Wilson Luiz, entrevista concedida em 19/08/2013).

Vale lembrar que a FAFIG foi criada em pleno regime militar, em que o país vivenciava uma ditadura, apoiada pelo capital internacional que visava ao máximo implantar suas políticas de modernização e abrir espaço no mercado interno para as suas multinacionais. No caso da expansão no nível de ensino superior estava implícita a necessidade da mão de obra especializada e também da necessidade de um corpo docente capacitado para tal formação. No Brasil a precária formação em nível superior principalmente dos professores fez com que se expandissem as Faculdades de Filosofia. A FAFIG inserida dentro desse contexto como uma instituição pública, porém que necessitava angariar recursos, por conta da pouca verba destinada a ela, ousou nesse

sentido como coloca Wilson Luiz Camargo em implantar na instituição cursos de especialização *Latu Sensu*, na tentativa de atender a demanda do professorado de Guarapuava e região e aumentar seus recursos.

O ex-docente e também ex- diretor da instituição Huberto José Limberger, em entrevista concedida dia 28/08/2013, fala sobre seu início de carreira docente no ensino superior na FAFIG. Mudando-se para Guarapuava para substituir o Professor Newton Felipe Albach, que havia morrido em decorrência de um acidente de carro, Limberger assumiu a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos e depois passou a lecionar também Civilização Ibérica e logo surgiu a disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros disciplina que ele lecionou desde o início até o encerramento dela da grade curricular, essa disciplina fazia parte da reforma implementada durante o regime militar.

O ex-docente e também ex-diretor Limberger conta que, naquelas turmas de professores leigos a maioria tinha mais idade que a maioria dos professores contratados, então, o ambiente em sala de aula era diferente, pois a garotada estava ensinando uma turma de alunos já com alguns anos de magistério e experiência profissional, então havia certos contrastes, mas na descrição de todos os ex-docentes entrevistados, esse contraste foi maravilhoso, porque houve uma troca muito grande entre quem estava lá para aprender e quem estava lá para ensinar.

A realidade descrita pelo professor Limberger das primeiras turmas de alunos da FAFIG estarem compostas por docentes com vários anos de experiência no ensino regular, e, que os professores dos mesmos era uma garotada de imigrantes que acabara de sair do ensino superior e buscava o início de carreira, demonstra uma realidade sofrida e a precária formação dos professores na região e em como a FAFIG veio no sentido de amenizar as dificuldades. Atuar dentro dessa realidade era algo desafiador, mesmo para quem tinha experiência.

Limberger descreve que a FAFIG, no seu começo, como um local para desenvolver ideias e ele se viu preparado para lançar suas ideias e contou com o apoio dos colegas e descreve todos como corajosos que encararam os desafios e as dificuldades da época e ressalta os colegas pelo pioneirismo naquele início de Faculdade.

O relato de Limberger tem concordância com o do também ex-aluno, ex-docente e também ex-diretor da Instituição Wilson Luiz Camargo, todos naquele início de Faculdade, corpo docente e parte administrativa, uniram-se em torno das dificuldades

encontradas e resolveram encarar todos os desafios e também as possibilidades, oportunidades que estavam ocorrendo naquele momento.

Os diretores e também os docentes da instituição necessitaram de fazer frente em muitas questões. Limberger menciona a união e do trabalho em prol da Faculdade: “nós tínhamos umas dificuldades, maiores, por sermos a Faculdade caçula e a nossa força política não era a de Ponta Grossa, ou Londrina e também Maringá”. Ele descreve as condições iniciais da Faculdade e suas primeiras turmas com pouco mais de duzentos alunos nos anos seguintes, quatrocentos e cinquenta e com implementação de novos cursos, em 1980, chegou aos mil alunos e não parou mais de crescer e já começando a mostrar força para transformar-se em universidade, destacando que a Faculdade cresceu não somente com a expansão física e demais construções mais também culturalmente, eles começaram a promover cursos de férias para os professores, buscar parcerias institucionais, trazer especializações e muitos professores da Faculdade começaram a fazer pós-graduação em programas de mestrado e doutorado.

No início, era necessário a especialização para lecionar no ensino superior explica o ex-docente, para se conseguir a autorização do MEC, depois, as exigências aumentaram e era necessário o nível de mestrado e assim por diante. A intenção sempre foi fazer a Faculdade crescer e transformá-la em universidade, então, muitas vezes expõe Limberger: “tivemos que trabalhar muito além do nosso horário revisando documentos e os processos, preenchendo formulários, realizando exigências do MEC e da Secretaria de Educação de Ensino Superior do Paraná” para fazer valer a vontade de um dia a FAFIG vir a ser uma universidade.

Percebemos múltiplos contrastes e mudanças no aspecto social da cidade, especialmente, no que se refere à formação de professores, que ganha um novo impulso e uma nova realidade com a Faculdade de Filosofia. Sabemos que o problema não se resolveu de todo, pois a oferta de vagas era pequena diante da demanda, mas deu início no centro oeste do Estado a uma nova configuração da realidade social e comportamental, mesmo sendo lenta, de certa forma, gerou uma mudança.

***Diferentes entendimentos sobre o processo de constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG)***

Os diferentes entendimentos sobre o processo de constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava a FAFIG é o que pretendemos analisar daqui em diante. Para esta análise, remontamos à documentação do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava às fontes impressas em periódicos (jornais). Além delas contamos com as entrevistas feitas com ex-docentes, ex- alunos e ex-diretores que nos relataram suas visões sobre como era a sociedade guarapuavana na época e como tiveram de se adaptar à nova realidade educacional da década de 1970, em Guarapuava. Relatos interessantes que nos ajudam a recompor essa história local e regional da educação e suas peculiaridades como, por exemplo: o fato da maioria dos alunos das turmas pioneiras já serem professores sem titulação, que atuavam na região e as dificuldades para lecionar naquela época. O relato de ex-diretores que expõem as dificuldades daquele início e as transformações que a instituição trouxe para a sociedade de Guarapuava e região. Quase a totalidade do corpo docente da FAFIG veio da então recém-criada Universidade Estadual de Ponta Grossa. Toda essa história da educação local e regional merece ser estudada, pois está conectada ao todo da sociedade brasileira, ajudando-nos a compreender e compor um pouco mais a nossa história da educação.

Ao consultar as fontes primárias de pesquisa, percebemos que a cidade de Guarapuava pleiteava o ensino superior desde a década de 1950. Os jornais datados do período destacado trazem as diferentes nuances desse processo. Verificamos nos artigos publicados a importância desse tipo de instituição para a sociedade da época.

A luta de Guarapuava por uma instituição de ensino superior era antiga e já se debatia o assunto em décadas anteriores, mas o discurso começava a ganhar força pela década de 1950. No estudo de Silva (2008, p. 137,138), por essa época Lustosa de Oliveira apresenta na Assembleia Legislativa do Paraná um projeto no qual aparece a vontade de se fazer em Guarapuava uma Escola Superior de Agronomia e Veterinária, mas o projeto e as emendas orçamentárias ou constitucionais que ele apresentou, no sentido de viabilizar essa pauta, foram todos rejeitados pela Assembleia. Lustosa apresentou esse projeto em 6 de maio de 1953, na assembleia Legislativa do Paraná e o justifica da seguinte forma:

A criação de uma ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA no terceiro planalto paranaense, é um velho e acalentado sonho dos guarapuavanos. E a oportunidade da



concretização desse ideal é chegada, como uma das realizações grandiosas, que estão sendo programadas em comemoração à passagem do primeiro centenário da autonomia política do Paraná. Agora, mais do que nunca se faz necessária a criação e instalação desse utilíssimo estabelecimento de ensino superior na sede do secular e maior município agro-pecuarista do Estado, atualmente, detentor de uma massa populacional de cerca de 100 mil habitantes, em sua maioria, composta de agricultores e de fazendeiros criadores de gado vacum, cavalos, lanígero e suíno. Guarapuava com justiça é considerada a ‘capital do oeste paranaense’ e conta com excelentes estabelecimentos de ensino primário e secundário, faltando-lhe, portanto, um educandário para o aproveitamento e preparo de sua estudiosa mocidade na aprendizagem condizente com os misteres das profissões de agrônomos e veterinários para o maior desenvolvimento e pujança de uma das mais promissoras fontes de renda da economia paranaense, qual sejam, a agricultura e pecuária. Além disso, Guarapuava está situada a 320 quilômetros desta Capital e é o centro cultural mais próximo dos municípios localizados a região na região oeste e sudoeste, oferecendo por essa razão, maiores possibilidades e vantagens para os estudantes de tão longínqua e vasta região.

(OLIVEIRA, L. Opúsculo na Tribuna Parlamentar 1951 – 1953) caixa alta no original.

Entretanto, Guarapuava, nas décadas de 1950 e 1960, encontrava-se entre um sonho idealizado de uma escola de agronomia e veterinária e a necessidade latente da formação de professores. A Escola Normal cuidava da formação do professor primário, mas havia a necessidade da formação do professor para atuar no ensino secundário, e toda a região sofria a carência da falta de professores habilitados.

No estudo de Fillos (2008, p. 6,7), por essa época, com a expansão do ensino secundário e na falta de docentes, profissionais de outras áreas lecionavam as matérias da grade curricular nos ginásios e colégios. A escassez de professores habilitados para os cursos Ginásial e Colegial era um sério problema em todo o Brasil. Se tinham as escolas, era necessário o treinamento dos docentes para, nelas, atuarem, tendo em vista que a maioria dos professores que lecionava as disciplinas do currículo era leiga.

Pinto (2008) realizou estudo sobre a CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário) e sua análise demonstra o panorama do problema:

O ensino superior era incipiente: em 1952, havia apenas 514 unidades com 56.049 matrículas. O número de faculdades de filosofia, cujos cursos seriam, como pretendia a Reforma Francisco Campos, obrigatórios “para todos quantos se proponham ao ensino secundário nos ginásios oficiais e equiparados”, não atendia às necessidades do momento. Acresce a isso, o fato dessas faculdades se localizarem nas capitais e nas grandes cidades das regiões mais desenvolvidas, o que impedia que os professores do interior [...] as frequentassem. Assim sendo, o corpo docente do ensino secundário era basicamente constituído por profissionais liberais (advogados, farmacêuticos, médicos, engenheiros), padres e normalistas (PINTO, 2008, p.3).

Em Guarapuava, durante essas décadas, isso não era diferente. Com essa necessidade posta, o governo federal na época lançou a CADES, criada pelo Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953. Foi uma tentativa de difundir e elevar o padrão do ensino secundário e adequar esse nível de ensino condizente com as necessidades da época. Nesse sentido, foram realizados vários cursos de treinamento para professores,

diretores, inspetores de ensino, secretários de escolas, além de divulgar publicações referentes ao ensino secundário. Nesses cursos, eram ministrados os conteúdos específicos das disciplinas que os professores iriam lecionar, ou que já estavam lecionando e também as disciplinas pedagógicas e demais treinamentos para a escola. Eram realizados nos períodos de férias ou era em janeiro ou era em julho.

A partir de 1956, a CADES, passou a promover, nas inspetorias seccionais do ensino secundário espalhadas por todo o país, cursos intensivos de preparação aos exames de suficiência que, de acordo com a Lei nº 2.430, de 19 de fevereiro de 1955, conferiam aos aprovados o registro de professor do ensino secundário e o direito de lecionar onde não houvesse disponibilidade de licenciados em faculdades de filosofia.

Em Guarapuava e região, nas décadas citadas quase a totalidade do corpo docente era formada por professores leigos e realizavam os cursos e treinamentos oferecidos pelo governo e, para poderem lecionar, faziam os exames de suficiência. Por conta disso, o assunto de uma faculdade de filosofia em Guarapuava também estava presente nas discussões.

Em janeiro e fevereiro de 1954, realizaram-se os primeiros cursos de orientação para os professores inscritos em exame de suficiência, destinados a professores de português, inglês, matemática, ciências naturais do 1º ciclo, do ensino secundário - que correspondia ao antigo ginásio - e aconteceram em várias cidades brasileiras: Recife, Salvador, Nova Friburgo, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte.

Nessa ocasião em Guarapuava, vivia-se a efervescência da chegada do trem a cidade e também por essa mesma época colhia-se os frutos da expansão da indústria e extração madeireira. A cidade começava a ganhar contornos de uma cidade moderna visto que essa movimentação do comércio da madeira trouxe um fluxo de capital inovador para cidade, que ainda possuía contornos e jeitos de uma cidade colonial que começava a se modernizar. Por conta disso, os discursos em torno da modernização dos demais segmentos da cidade ganharam força dentre eles a educação, conforme Amaral e Herold Jr (2007).

A preocupação com a formação em nível superior na cidade ganhou força, visto que Guarapuava se tornava um polo regional importante, mas mesmo assim, por essa época, o discurso não consegue ganhar corpo para uma reivindicação maior. Mas a discussão estava posta e a movimentação em torno da questão começa a despertar mais interesse de outros setores da sociedade.

O projeto ao qual nos referimos, acerca da Escola Superior de Agronomia e Veterinária foi, como já dito, vetado. No entanto, em julho daquele mesmo ano, o governador Bento Munhoz da Rocha aprova para a cidade um estabelecimento de ensino voltado para a área agrícola com um curso primário e uma formação elementar de noções rurais, através do decreto nº. 9.553, de 12 de julho de 1953, cujo decreto foi publicado no diário oficial nº. 83, de 16 de julho de 1953, sendo inaugurada em 29 de dezembro de 1954. Lustosa de Oliveira que pleiteara o projeto para a Escola Superior de Agronomia e Veterinária, também vinha reivindicando já desde a década anterior um estabelecimento de ensino agrícola, para a cidade, de nível primário ou secundário, que se trabalhasse a formação da juventude local nesse sentido.

A partir de 1955, os professores de Guarapuava iam fazer exames de suficiência em Curitiba para lecionarem no ensino secundário, que ainda era pouco consistente na cidade e a área agrícola, por sua vez abrangente na região como um todo, apenas ganhava uma escola rural com curso inicial de nível primário e noções elementares para agricultura. Somente no ano de 1960 essa mesma escola rural é elevada no nível de Escola Agrícola de Nível Médio, pelo decreto nº. 31.657/60, publicado no diário oficial nº. 144/60 (SANTOS E SHREIBER, 2011).

Podemos perceber que uma instituição de nível superior era pleiteada pelas autoridades, mesmo diante da morosidade por parte das autoridades do governo do Estado, mas a luta e as reivindicações continuavam como veremos a seguir.

O Jornal Folha do Oeste, no ano de 1962 (Nº1292 de 18 de março), traz uma matéria destacando a importância das instituições de nível superior e as preocupações com o ensino superior no interior do Estado. Lorival Santos Lima coloca na primeira página a “Responsabilidade Universitária”, destacando o que está acontecendo no interior: “As faculdades estaduais, onde se ensaia, isola e improvisadamente uma estrutura universitária, está a exigir tudo” (FOLHA DO OESTE, 1962, p.1 e 8) o redator endossa a necessidade de maior estrutura para as faculdades existentes e mesmo o desejo de querer uma universidade no interior.

O mesmo redator em outro exemplar, do mesmo ano de 1962, datado de 25 de março (Nº 1293), reforça o tom reivindicativo com o título da matéria: “Alfabetização e Culturalização: A ignorância desconhece que ignora”, deixa clara a sua indignação com a situação do ensino superior nacional, na capital e no interior do Estado, bem como a sua indignação com a situação da educação nas demais modalidades de ensino. Em tom de protesto e, ao mesmo tempo buscando elogiar as iniciativas do governo do estado,

ele destaca: “... se fez ensaio promissor com a Universidade Volante” (FOLHA DO OESTE, 25/03, 1962 p. 1) se referindo à iniciativa da Universidade Federal do Paraná que na década de 1960 lançou o referido programa universitário. E ao mesmo tempo explana sobre o problema da formação universitária:

O nosso ensino médio e universitário não tem correspondido ao nível de preparação necessária às elites, responsáveis pela condução das massas nacionais, por sua vez carentes de melhor índice de alfabetização. Reformas de ensino tem havido e muitas, o que bem atesta a existência de tão relevante problema [...] A super-estimação do “cargo político”, para o qual ninguém precisa possuir mérito – acontecendo via de regra ser o demérito da mentira e a amoralidade do dinheiro a sua virtude – realça mais ainda a nossa deficiência cultural, quando essa se manifesta lamentavelmente no próprio seio dos responsáveis pela formação dos nossos homens de pensamentos...Herdeiros de uma tradição cultural essencialmente literária – mais ou menos alheia às ciências naturais e culturais – ainda não medrou em nosso meio, como devia, o gosto pelos autênticos estudos humanísticos e técnico. A eloquência e a retórica, após o brilha com que inspirou poetas, romancistas e oradores nunca deixou de causar o desvio de nossas preocupações intelectuais, através de quatrocentos anos de história, em que a escola veio muito tarde pelos naturais interesses reinóis. Nação nova, modelada pela tendência lírica e épica dos nossos ilustres avoengos [...] ficamos como que atrasados no tempo, com as mesmas predileções intelectuais, as quais nos tem afastado da cultura séria, só capaz de fundamentar-se na ciência e na filosofia. [...] A alfabetização, pois é campanha de grande significação popular, para a urgente elevação de nosso povo, mas só será completa e eficiente, em seus objetivos finais, com a culturalização de nossos alfabetizados, mormente quando estes constituem ou pretende ser, as nossas elites formadoras e dirigentes, educativas e políticas. (FOLHA DO OESTE, 25/03, nº 1293, 1962, p.1 e 8).

A matéria chama à atenção pela forma como trata a questão da educação e de o problema ser grave em muitos sentidos. Claro que o redator chama o ponto para uma crítica da formação dos políticos, mas fica evidente a amplitude do problema educacional como um todo. Por essa mesma época, o mesmo semanário Folha do Oeste trazia a campanha do Rotary Clube “Combata o analfabetismo encaminhe um analfabeto adulto para a escola” (FOLHA DO OESTE, 1962, 25/03, nº 1293, p.8).

Lorival Santos Lima continua nas edições seguintes da Folha do Oeste presentes nos segmentos desse mesmo ano de 1962. É próprio que sabemos da crise universitária presentes no Brasil nessa época, mas chama atenção a forma como o redator descreve e enuncia os problemas:

Ante a criação de mais uma universidade – a Universidade do Norte, segundo a declaração oficial, na instalação da Universidade Volante, em Londrina. [...] A proliferação de escolas universitárias isoladas, com a hipertrofia de especialidades [...] é mal para a autêntica missão da universidade. [...] Pois a universidade deve ser um todo – o cérebro que comanda o corpo e os membros. [...] Urge que a demagógica fase de mieneirismo<sup>8</sup>, entre nós, seja superada pela estruturação e unidade do ensino superior estadual. Para que este logo chegue ao nível da universidade em seu sentido integral de transmissão da cultura, profissionalismo e técnica,

---

<sup>8</sup> Maneirismo (uso excessivo de determinados procedimentos, em arte e literatura – modos afetados de falar e gesticular). Erro de digitação no documento original.

estudos e pesquisa, bem como expansão sistemática de seu ensino. (FOLHA DO OESTE, Nº 1295,15/04,1962, p.8).

Sheen (2000) em seu estudo constatou que na década de 1960, havia intensas discussões em torno da interiorização do ensino superior no Paraná. As três maiores cidades do interior do Estado que eram Ponta Grossa, Londrina e Maringá, ou seja, as três maiores forças políticas e econômicas do interior do Estado reivindicam suas universidades nesta década. Havia nessa época forte movimentação em torno das discussões referentes à universidade, sobre qual seria o seu real papel, além de a própria instituição em si estar em crise, naquela década como vimos no primeiro capítulo.

A coluna apresentada por esse redator trouxe as discussões advindas daquele período de crise do ensino superior no Brasil e também as necessidades de se fundar em Guarapuava uma instituição desse nível. As discussões proporcionadas por Lorival Santos Lima eram veiculadas em toda a região: Jornal da Manhã (Ponta Grossa), Folha do Oeste e Rádio Difusora (Guarapuava) e Tribuna dos Municípios (Irati).

Em 1959 é criado em Curitiba o Centro Estudantil Guarapuavano, (CEG) uma entidade mantida com recursos não muito abrangentes e até, por vezes, escassos o que não permitia atender a tanta gente assim. O local recebia estudantes advindos da região de Guarapuava que iam à capital para aí se formarem em grau superior, mas isso também era para poucos privilegiados, visto que, mesmo com a criação do Centro Estudantil, as famílias precisavam de recursos para os custos da moradia. Esse centro participou ativamente da greve geral dos alunos da UFPR, ano de 1962, e suas reivindicações foram ouvidas por meio da imprensa.

Na edição do jornal Folha do Oeste (Nº 311), de dez de abril de 1960, são anunciadas as comemorações de um ano de existência do Centro, foram feitos jogos, discussões literárias, jantar e baile. O Centro Estudantil Guarapuavano foi importante nas discussões para a instituição da faculdade na cidade de Guarapuava, sempre recebia em sua sede autoridades guarapuavanas para discussões a respeito dos problemas estudantis. Numa das suas programações os estudantes conseguiram sensibilizar as autoridades presentes sobre as necessidades urgentes de se fundar uma faculdade em Guarapuava. Na época, não havia ensino superior em nenhuma cidade do centro oeste, nem do sudoeste e nem mesmo no oeste do Paraná.

Conforme o relato de Marcondes (2010, p. 417), em um dos encontros do Centro Estudantil estava presente o Sr. Moacyr Júlio Silvestri que foi convidado pelos membros do Centro a abraçar a causa em questão e ele assumiu o compromisso de lutar pela

faculdade. As autoridades, a comunidade e a sociedade guarapuavana assumiram o compromisso de trazer uma instituição de ensino superior para Guarapuava no decorrer da década de 1960.

No andar da década as autoridades (políticas) se pronunciavam a respeito, do ensino superior em seus discursos sobre a educação na cidade. A força política local buscava se aliar aos demais setores da cidade e um desses setores era o eclesiástico. Embora a Faculdade de Filosofia de Guarapuava em sua constituição tenha sido criada enquanto uma instituição pública estadual, a sua criação teve uma participação significativa do clero e um eclesiástico em especial, o Sr. Alcides Ragazzi.

Em entrevista concedida no dia 03/09/2013, o Sr. Alcides Ragazzi na época conhecido como Padre Egídio Ragassi<sup>9</sup>, da congregação dos padres salvatorianos, em seu relato, ele nos conta que veio a Guarapuava para fundar uma paróquia e prestar assistência espiritual aos funcionários da Lucher Brawm S/A, fábrica de celulose no Candói, na comunidade do Salto Segredo. A paróquia seria fundada em Guarapuava no bairro Santa Cruz, bem como organizar a construção de um seminário que funcionaria em regime de internato, cujo terreno estava no nome da Mitra Diocesana de Ponta Grossa, era grande e sem construção alguma, foi preciso fazer uma primeira construção da igreja e da casa paroquial.

O Sr. Alcides Ragazzi explana que possuía afinidades com Moacyr Julio Silvestri, suas ideias a respeito da comunidade e da cidade tinham empatia com as do eclesiástico. Nesse sentido a parceria, foi muito produtiva, os eclesiásticos da ordem salvatoriana e a comunidade política local se uniram para um bem comum a faculdade para a cidade.

Em 1966, foi organizada uma equipe de trabalho sob a orientação do Sr. Alcides Ragazzi, que se envolveu diretamente com o projeto de criação da faculdade e realizou um trabalho de sondagem, para comprovar que Guarapuava possuía todas as condições para abrigar e manter uma instituição de ensino superior.

Em 18 de dezembro de 1967, foi criada pela prefeitura municipal a Fundação de Ensino Superior para administrar o “Fundo Municipal de Ensino Superior” a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e demais instituições a serem criadas na cidade de caráter educacional e cultural.

---

<sup>9</sup> Na entrevista o Senhor Alcides Ragazzi explicou que teve de arrumar seu nome por conta da sua cidadania italiana. Em seu registro de nascimento constava Alcides Ragassi, mas quando precisou viajar para a Itália teve de arrumar seu registro de nascimento que estava errado, então ao invés de Ragassi passou a chamar-se Ragazzi.

Com o desejo e a vontade de concretizá-la, foi dado início à caminhada em busca da aguardada faculdade. Por essa época, intensificaram-se campanhas em Guarapuava por uma Faculdade. O Lions Clube da cidade passou a publicar várias notas, destacando em letras caixa alta “O Centro Oeste precisa da FACULDADE DE FILOSOFIA EM GUARAPUAVA” (FOLHA DO OESTE, 1967, p. 2), assim se multiplicaram as campanhas em prol da faculdade com matérias a respeito dessa necessidade.

Mas uma vez nos ocorreu a união do povo guarapuavano pró-construção e aparelhamento de um prédio para funcionamento da ansiosamente esperada FACULDADE de Guarapuava. Dádiva das mais régias e significativas com que a atual geração dominante guarapuavana se imortalizaria no consenso de seus pósteros e de sua juventude atual que de livros a tira-colo, madrugada para a vida e deve perlustrá-la resolutamente confiante e capaz para bem cumprir sua predestinação histórica.[...] Portanto deve o nobre povo meditar bem sobre sua responsabilidade e dever de coesão em torno da urgente concretização de uma ou mais FACULDADES em Guarapuava, que para bem funcionar exige prédio e instalações adequadas que estão ao alcance do vosso econômico. (FOLHA DO OESTE, 1968, p.1) caixa alta no original.

O mesmo redator persiste no argumento pedindo a união de toda a cidade na campanha pró Faculdade:

Oportuna seria pois, a formação de uma Comissão de Pais e Estudantes guarapuavanos – equidistante de cor política para desfigurá-la à qual devem ser convidados a se integrar os Poderes Judiciário, Executivo, Legislativo, Clero, Imprensa, Rádio, Associações de Classe e Profissões Liberais, para ir a Curitiba e lá com o Secretário deputado João de Mattos Leão, com o prefeito Nivaldo Kruger, deputado Moacir Silvestre, com o Presidente da Câmara Dr. João Serpa Arruda e Vereadores, com nosso Bispo, com representantes da Associação Industrial e Comercial de Guarapuava, com o comandante da briosa Unidade do Exército Nacional aqui sediada, com nossos médicos, advogados, dentistas, agrônomos, arquitetos, veterinários, professores, Lions, Rotary, Bancários, Radialistas e Jornalistas, homens que tiveram a ventura de estudar e bem sabem a importância que isso representa para a Civilização de uma comunidade. (FOLHA DO OESTE, 1968, p.1).

Datado no mesmo jornal Folha do Oeste do corrente ano de 1968, o destaque dado a uma passeata de estudantes com seus cartazes solicitando a tão sonhada instituição, pois quem não possuía recursos para ir a outros lugares estudar, ficava sem a tão almejada formação de nível superior. A passeata reivindicando a faculdade para Guarapuava abrangeu a principal rua da cidade com concentração em torno do terminal rodoviário, seguida por pedestres, um carro com alto falante e outros automóveis com faixas e cartazes pela rua principal. Nos cartazes estava escrito em caixa alta: “QUEREMOS UMA FACULDADE!”, “PROGRESSO É CULTURA”, “AJUDEM AQUI AOS QUE NÃO TÊM RECURSOS PARA ESTUDAR EM OUTROS CENTROS MAIS EVOLUIDOS!” (FOLHA DO OESTE, 1968, p.1)

As tentativas de mobilização da cidade em torno da faculdade tiveram diversas iniciativas de vários setores, tentando despertar a população com anúncios na primeira

página do jornal: “Desperta Consciência Coletiva Guarapuava” (FOLHA DO OESTE, 1968, p.1) a mesma redação continua em seu apelo aos cidadãos guarapuavanos:

Eis, pois concidadãos guarapuavanos, o atual e maior problema que nos depara e está a exigir nossa imediata ação. Se ficarmos no “comodismo” de esperar pela ação somente do poder público, via de regra bem intencionado, porém às vezes impotente ante a magnitude dos problemas, estaremos cometendo o crime de compelir nossos filhos, nossa juventude atual, a constituir amanhã, uma geração trôpega e semi analfabeta! [...] deve o povo guarapuavano, avocá-lo a si o dever de pô-lo em pauta na ordem de suas reivindicações maiores, criando em torno dele o halo de uma robusta CONSCIÊNCIA COLETIVA necessária e indispensável ao êxito de sua urgente concretização. É problema que urgentemente deve ser encampado pelos pais guarapuavanos, ricos ou pobres, brancos ou de cor, cujos filhos têm o mesmo direito e dever de ilustrar com cultura social e cristã suas jovens fronteiras. (FOLHA DO OESTE, 1968, p.1). caixa alta no original.

O apelo para arrecadação de fundos também se fez presente entre os argumentos na tentativa de provar que a iniciativa era possível de ser concretizada:

[...] um vigoroso e espontâneo movimento nesse sentido, catalisando para robustecê-lo o apreço e adesão de todas as forças vivas de nossa comunidade: Clero e Autoridades, Representações Parlamentares, Associações de Classe, Entidades Sociais, Imprensa, Rádio e etc., que conjugando esforços com sua Juventude, inclusive através de campanhas de contribuição popular para formação de fundo econômico, que somados ao de origem pública já existentes para esse fim, poderia aparelhar um edifício para funcionamento de Cursos Superiores [...] Cremos isso perfeitamente exequível. Pois da mesma forma que Guarapuava constrói três magníficos e custosos Templos, símbolos da nossa fé cristã, a custa da contribuição popular, seu povo igualmente poderia construir também um Templo de cultura intelectual para a sua juventude dilatar a inteligência a fim de melhor interpretar a mensagem universal da criação divina, tão pródiga de que dotou Guarapuava de tesouros naturais (FOLHA DO OESTE, 1968, p.1).

O problema estava posto em discussão e mais argumentos surgiram, no sentido de justificar a ausência de não se ter ainda a tão pleiteada instituição: “Circula uma versão local segundo a qual Guarapuava presentemente não pode ter Faculdade visto o reduzido número de matrícula no 3º Ano do Curso Científico” (FOLHA DO OESTE, p.1, em abril de 1968), sim isso ocorria, mas o argumento dessa falta de matrículas era justamente o da falta de uma faculdade na cidade, pois o curso científico preparava justamente para o vestibular e ingresso no ensino superior. Os alunos guarapuavanos que dispunham de recursos ao concluírem o ginásio ou os primeiros anos do curso científico transferiam-se para centros estudantis mais bem aparelhados para poderem cursar o 3º ano do científico e poderem concomitante realizar os chamados cursinhos preparatórios para enfrentarem os vestibulares. Outra porcentagem de alunos, em virtude justamente da não existência de faculdade na cidade optava pelo Curso de Comércio ou o Curso Contábil que, uma vez concluído dava-lhes o direito de



igualmente acessar o ensino superior, além de habilitá-los para exercer uma atividade profissional, o que, nesse caso, parecia mais atraente para a realidade da cidade de Guarapuava na década de 1960.

As manifestações em razão da necessidade de se ter na região centro oeste do Paraná uma instituição de ensino superior ocorreram por toda a cidade partindo principalmente das escolas. O corpo docente sabia da necessidade de se ter o ensino superior e, em toda a região, poucas pessoas tiveram o privilégio de ter uma formação em nível superior. Os professores tinham receio por conta das mudanças na legislação que impunha a eles que para lecionarem no ensino secundário deveriam ter um curso em nível de terceiro grau, contudo pouquíssimos professores possuíam essa formação.

Nesse sentido, a própria insegurança com a profissão e o receio de ficarem desempregados os conduzia para a união em um movimento, no qual envolviam também os alunos e os seus pais. Afinal de contas, para se estudar fora, a família necessitava de recursos e isso era para poucos privilegiados.

Em entrevista concedida no dia 30 de agosto de 2013, o senhor Juarez Ribas nos explana sobre o processo de mobilização estudantil prol faculdade junto aos estudantes secundaristas de Guarapuava nos anos finais da década de 1960:

Os estudantes secundários tinham um objetivo maior que era começar uma luta para que se implantasse em Guarapuava o ensino superior, uma faculdade, nós não tínhamos uma faculdade. Faculdade tinha apenas em Ponta Grossa, Curitiba e os pais naquela época aqui sentiam muito, tinham que levar seus filhos para Ponta Grossa, Curitiba e manter seus filhos lá estudando e a situação econômica às vezes não permitia e quem não podia, não fazia. Eu sou um que o meu pai não podia me mandar estudar fora, eu sempre quis fazer direito e direito a gente só podia fazer em Ponta Grossa ou em Curitiba e tal, e, então nós começamos também a fazer um trabalho, uma conscientização nos grêmios e se mobilizar para conquistar esse objetivo e o que nós fazíamos aí, além das reivindicações na época aos políticos que nos representávamos em Curitiba (RIBAS, Juarez, entrevista concedida em 30/08/2013).

O corpo docente organizou junto aos pais e alunos passeatas pela cidade entre 1967 e 1968, sempre de iniciativa do professorado, procurando envolver a comunidade escolar, utilizando-se da única rádio da cidade a Rádio Difusora, na qual se pedia a união de todos pela causa do ensino superior. O professorado se uniu por essa época por conta da oportunidade de eles poderem finalmente se graduar.

A comunidade religiosa se unia em favor da educação na cidade e no espaço construído sob o comando do Sr. Alcides Ragazzi, a congregação dos padres salvatorianos achou por bem ocupar o espaço instalando nesse o Ginásio Estadual Santa Cruz para atender à comunidade e já funcionava junto à paróquia uma escola primária a

Escola Primária Santa Cruz, ambas instituições públicas de ensino. A congregação religiosa descartou a possibilidade do seminário, por razões de ordem econômica a não viabilidade do colégio em regime de internato. O clero e a sociedade local se reuniram para pensar naquele espaço físico. As instalações eram boas e, como já havia, por meio dos jornais, discursos a favor de uma instituição de ensino superior em Guarapuava e também discursos políticos desejando-a e reivindicando-a, então, a ideia surgiu no sentido de realizar, naquele momento, e, naquele espaço o ensino superior em Guarapuava.

O entrevistado explica que nesse ponto entrou em cena o então Deputado Estadual Moacyr Júlio Silvestri que apresentou à Assembleia Legislativa do Paraná um projeto no qual se manifestava a vontade de criar em Guarapuava uma instituição de ensino superior e ele conseguiu sensibilizar os demais deputados que assinaram uma moção, uma exposição de motivos em favor da criação do ensino superior em Guarapuava. Quando Moacyr Silvestri consegue o apoio na Assembleia Legislativa, em Guarapuava, passa-se a trabalhar no processo de criação que aconteceu da seguinte forma:

O Padre Contini que era o diretor do Ginásio Santa Cruz e eu na época Padre Egídio constituímos uma comissão, um grupo de serviço composto por mim, pelo então Padre Contini, pelo professor Nelson Zagorski e pelo professor Newton Felipe Albach. Nós elaboramos todo o processo para a criação da Faculdade e protocolamos o processo, para que o mesmo recebesse parecer técnico e a aprovação. [...] Eu ajudei particularmente na parte burocrática e política eu viajava bastante, para cumprir a diligências que havia que tínhamos que cumprir. (RAGAZZI, Alcides, entrevista concedida em 03/09/2013).

O Secretário interino de Interior e Justiça, o Senhor João de Mattos Leão, encaminhou ao então governador do Estado Paulo Pimentel a moção, exposição de motivos em favor do ensino superior em Guarapuava que aprovou a moção e a exposição de motivos e determinou ao secretário de educação que se criasse a Fundação Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava com inicialmente quatro cursos de licenciatura. A Fundação Faculdade precisava ter o patrimônio em seu nome, transferido para ela, assim a congregação salvatoriana que era a proprietária do imóvel em nome da Sociedade Brasileira de Educação e Assistência, providenciou junto à prefeitura a compra do imóvel em longo prazo e, concluído o pagamento, a prefeitura passou para a Fundação Faculdade a escritura definitiva.

Em entrevista concedida no dia 08 de outubro de 2013, a Senhora ex-professora e historiadora, Gracita Gruber Marcondes, explica, que desde a década de 1950, já havia entre os docentes da cidade uma manifestação no sentido de reivindicar uma instituição

de ensino superior. Os professores se movimentavam em torno da questão, pois a grande maioria não possuía curso superior. Também essa pesquisadora relata que, com a criação do Centro Estudantil Guarapuavano, em Curitiba, os próprios estudantes passaram a se manifestar nesse sentido, pois não eram todas as famílias que possuíam condições de mandar seus filhos estudar fora da cidade.

Entendemos que a mobilização não foi geral, e, é evidente que as camadas médias estavam envolvidas, por serem elas as maiores interessadas, e sentirem a necessidade da educação superior e não possuírem condições de irem estudar fora da cidade, nos centros maiores.

Marcondes explica que as reivindicações ganharam força quando a secretaria da educação começou a proibir a contratação de professores sem o ensino superior para lecionar no ensino secundário. Na época, conforme a historiadora, com exceção de alguns professores advindos de outras áreas de ensino superior como o Direito, a Odontologia, a Química que vinham para o magistério lecionar áreas que tinham a ver com a sua formação. Os demais professores advindos da Escola Normal e outros que não possuíam nenhuma dessas formações e apenas haviam feito seus estudos básicos iniciais necessitavam dos exames de admissão e treinamentos oferecidos pelas inspetorias de ensino do Estado.

Em 1968, o Ministério de Educação realizou alguns cursos nos quais se fazia um exame de suficiência e esses cursos forneciam aos professores um certificado que lhes permitia lecionar no ensino secundário e Guarapuava enviou quase todos os professores para fazer esse curso, de todas as áreas. Explica a pesquisadora Marcondes que esse acontecimento também ajudou nas reivindicações em prol da faculdade de filosofia e seus cursos de licenciatura para formar professores. Existiram passeatas organizadas por professores, que procuravam envolver os alunos e os pais na conscientização dessa necessidade. Nas palavras da historiadora: “Nós organizamos as passeatas em prol da faculdade, pois nós estávamos sentindo na carne a falta, porque até então nós estávamos garantidos com aquele exame de suficiência, mas a gente temia que dali um pouquinho eles tirassem esse nosso direito”.

O período de que trata o depoimento de Marcondes corresponde à data de extinção da CADES. Conforme Pinto (2008, p.7), o processo de encerramento das atividades dessa Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, teria ocorrido em 1969 com o Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969. A data ajuda-nos a entender o que explanou Marcondes ao relatar a insegurança dos professores em

relação à validade da certificação conseguida ao realizarem o exame de suficiência em 1968.

O Sr. Ragazzi esteve junto aos maiores interessados no assunto que na época se constituía na grande leva de professores. Esses trabalhadores da educação foram fundamentais na definição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e nos primeiros cursos de licenciatura como segue a fala do Sr. Ragazzi:

A vontade sempre foi de fundar uma Escola de Agronomia. Daí entra a manifestação pública dos professores e das professoras que constituíram uma movimentação docente em favor de uma faculdade que formasse professores. Eu Alcides Ragazzi na época Padre Egídio pensava por ser uma região de muita pecuária e agricultura que a instituição pudesse ser uma Escola de Agronomia, mas esbarramos em muitos problemas, como os laboratórios, que eram muito caros para se adquirir, e, em como montar o corpo docente, precisavam vir todos de fora, então naquele momento não era viável Agronomia e era mais necessário a Faculdade de Filosofia. (RAGAZZI, Alcides, entrevista concedida em 03/09/2013).

Com o levantamento junto aos professores e profissionais da educação da cidade, no período dos anos finais da década de 1960, que se manifestaram a favor de se ter na cidade uma faculdade de filosofia, percebeu-se a necessidade do professorado de se aperfeiçoar, então a faculdade de filosofia e seus cursos de licenciatura pareceram mais acertados. O Sr. Ragazzi afirma que, na época, ouviu o Inspetor de Educação Estadual, que, então pareciam estarem mais acertados aos professores que estavam subordinados a inspetoria regional, como também conversou com os representantes da Secretaria de Educação do Município e levantou o que ele chamou de uma “estatística local” que, havia a necessidade de formar professores antes de qualquer outra coisa.

Percebemos que as reivindicações em torno do processo de construção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava a (FAFIG), foram estabelecidos por meio da movimentação política local, envolvida com a ordem eclesiástica, que estiveram diretamente ligadas aos setores sociais médios da população local, envolvendo profissionais da educação que necessitavam do diploma por uma questão de sobrevivência em relação à própria profissão.

### *Considerações finais*

Ao retornar ao início do trabalho, compreendemos que nada será conclusivo, pois o desenvolvimento do tema abre múltiplas possibilidades de pesquisa e aprofundamento em torno dele. Compreendemos que o Brasil inicia seu processo de implantação de ensino superior tardiamente em relação ao restante dos países colonizados, mesmo se tratando da América espanhola. Em nossa pesquisa, constatamos que, mesmo em Portugal (JANOTTI, 1992), o processo de criação das primeiras universidades aconteceu tardiamente em relação ao restante da Europa. Isso acarretou, historicamente, um atraso cultural que fora transplantado da Metrópole para a Colônia e herdado por nossas instituições modernas.

Ao nos reportarmos ao Brasil, encontramos principalmente em Luiz Antonio Cunha (1983, 1986 e 1988) uma reconstrução histórica a respeito dessas instituições desde o período colonial até a época atual. O autor faz a trajetória e descreve a evolução dessas instituições, demonstrando seu caráter elitista, desde seu início até a atualidade com ênfase nas profissões liberais. Ele inicia sua pesquisa em relação ao ensino superior em 1975 e no trabalho *A Universidade Temporã*, trata do início tardio desse tipo de instituição por aqui, com a tentativa por faculdades isoladas. Em *A Universidade Crítica* Cunha demonstra as contradições e problemas por que passou o ensino superior no Brasil durante o período dos governos populistas. E em *A Universidade Reformada* ele trata de mostrar os problemas nos processos sociais, políticos e econômicos que resultaram na Lei 5.540/68 e a tentativa de ultrapassar a própria gênese da instituição de ensino superior no Brasil, destacando os seus aspectos contraditórios. O autor foca as novas atribuições esperadas da universidade brasileira, o desenvolvimento de novas concepções elaboradas por diversos grupos e categorias sociais, inclusive toda a influência estrangeira.

Foram essas considerações que nos guiaram durante a pesquisa que realizamos. Percebemos no bojo das transformações, políticas, econômicas, sociais e culturais no transcorrer das décadas de 1960 e 1970, que as reformas educacionais estavam presentes nos mais variados níveis de ensino, chegando ao superior com a Lei 5.540/68. Notamos que o processo de criação da FAFIG esteve diretamente conectado às transformações da sociedade brasileira e suas necessidades imediatas. Além disso, a FAFIG também lidou com problemas especificamente locais ao encetar discursos e defesas que seu papel seria a formação de professores. Em que pese à urgência regional dessa questão há que se verificar os impactos que essa instituição, concretamente, gerou

no que tange à resolução dos problemas sociais. Problemas sociais, em última instância, visto como gerados pelas mazelas educacionais que teriam uma de suas principais facetas (a falta de professores) atacadas pela expansão do ensino superior na região. Nesse sentido, a consequência direta de uma necessidade concreta, fez com que a união de forças locais, adicionada às demandas vindas de toda a estrutura social oferecessem o leque de possibilidades para o processo para a instalação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava.

Por isso, é interessante verificarmos o modo como essa especificidade é devedora das necessidades postas pelas transformações socioeconômicas que aconteciam em outros âmbitos. O capitalismo internacional adentrava o país com as multinacionais, tratando de encaixar o Brasil ao modelo de capital associado e dependente e a nossa educação sofria a influência direta advindas desse modelo econômico adotado durante o período vigente da Ditadura Militar. Problemas que fazem parte da estrutura da sociedade não podem ser resolvidos com reformas de ensino, necessitaríamos resolvê-los estruturalmente, construindo uma nova sociedade, constituindo, assim, uma nova estrutura social em que a educação fosse, de fato, colocada como algo primordial ao ser humano.

Se a criação da FAFIG amarra-se com o processo de formação de professores da região de Guarapuava e com dilemas semelhantes sentidos em outras regiões do país e que tocam a história educacional do período em tela, surge como problemática a averiguação dos impactos que ela teve na educação da região, nos anos que se seguiram. Ao não ocupar-se, diretamente, dessa questão, avaliamos que um dos resultados das investigações que agora encerramos, é endossar a necessidade de novos estudos sobre essa instituição e sua relação com os problemas e possibilidades educacionais da cidade de Guarapuava.

## Referencias

### FONTES PRIMÁRIAS

FONTES IMPRESSAS (Centro de Documentação e Memória de Guarapuava – Arquivo Histórico da UNICENTRO) – (Casa Benjamim Teixeira) – (Biblioteca Pública Municipal Pe Ruy de Montoya) – (Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins)

FOLHA DO OESTE, 1960, p.8, Nº 311 de 10 de abril de 1960. ANO VII da 3ª fase.

FOLHA DO OESTE, 1962, p.1 e 8, Nº1292 de 18 de março. ANO XXV.

FOLHA DO OESTE, 1962 p. 1, Nº 1293 de 25 de março. ANO XXV.

FOLHA DO OESTE, 1962, p.8, Nº 1293 de 25 de março. ANO XXV.

FOLHA DO OESTE, 1962, p.8, Nº 1295, de 15 de abril. ANO XXV.

FOLHA DO OESTE, 1966, p.7, Nº 1332, de 31 de maio a 6 de junho. ANO XXIX.

FOLHA DO OESTE, 1967, p. 2, Nº 1474, de 11 de junho. ANO 30.

FOLHA DO OESTE, 1968, p.1, Nº 1513, de 21 de abril. ANO 31.

FOLHA DO OESTE, 1968, p.1, Nº 1513, de 21 de abril. ANO 31.

FOLHA DO OESTE, 1968, p.1, Nº 1516, de 12 de maio. ANO 31.

FOLHA DO OESTE, 1968, p.6, Nº 1516, de 12 de maio. ANO 31 .

GRÊMIO ESTUDANTIL Colégio Manoel Ribas, correspondência endereçada ao aos prefeitos municipais, vereadores, e aos colegas presidentes dos grêmios estudantis. A carta pede apoio para campanha contra a cobrança de anuidades no ensino secundário do Paraná 1969. Caixa 1 arquivo morto do Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins.

OLIVEIRA, L. *OPÚSCULO Na Tribuna Parlamentar 1951 – 1953* – Casa Benjamim Teixeira.

### ENTREVISTAS AUDIO

Entrevista concedida no dia 19/08/2013 Senhor Wilson Luiz Camargo (ex-aluno, ex-docente e ex-diretor da Fafig).

Entrevista concedida no dia 28/08/2013 Senhor Huberto José Limberger (ex-docente e ex-diretor da Fafig).

Entrevista concedida no dia 30/08/2013 Senhor Juarez Ribas – Câmara de Vereadores. (participante da UGES – União Guarapuavana dos Estudantes Secundaristas).

Entrevista concedida no dia 03/09/2013 Senhor Alcides Ragazzi (ex-elesiástico, que participou diretamente do processo de criação da Fafig).

Entrevista concedida no dia 03/09/2013 Senhor Ronaldo Canto Jorgensen (ex-docente da Fafig)

Entrevista concedida no dia 03/09/2013 Senhora Luci Jorgensen (ex-docente da Fafig)

Entrevista concedida dia 08/10/2013 Senhora Gracita Gruber Marcondes. (ex-aluna, ex-docente, historiadora com vários trabalhos publicados sobre a história de Guarapuava e região).

### Referências bibliográficas

ABREU, A. T. G. de. “*A posse e o uso da terra*”: a modernização agropecuária de Guarapuava. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Paraná – Curso de História do Brasil – Área Econômica. Curitiba, UFPR, 1981.

ALVES, G. L. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1810-1836*. Ibitinga, SP: Humanidades, 1993.

AMARAL, M.L.; HEROLD JR C. Representações sobre a relação entre educação e modernização em Guarapuava-PR entre 1930 e 1960. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas n.38, p. 36-48, jun.2010. Disponível em:<  
[www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art04\\_38.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art04_38.pdf)

AZEVEDO, F. *A educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações*. São Paulo. Melhoramentos, 1958.

CAMPOS, N. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, Vol. 11 - n. 1 - p. 53-61 / jan-abr 2011  
<http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/1451>

\_\_\_\_\_. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1938*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Defesa: Curitiba, 2006.  
<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-2866--Int.pdf>

CUNHA, L. A. *A universidade temporã: da colônia à era de Vargas*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1886.

\_\_\_\_\_. *A Universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

\_\_\_\_\_. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. Ensino superior e universidade no Brasil. In: *500 anos de educação no Brasil* (orgs) LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ELFES, A. *Suábios do Paraná*. Curitiba: [S.N.], 1971.



EVANGELISTA, O. A formação universitária do professor: o debate dos anos 1920 e a experiência paulista dos anos 1930. In: Moraes M.C.M. (org.) *Iluminismo às Avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FÁVERO, M.L.A. A universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *Universidade e poder: análise crítica, fundamentos históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FILLOS, L. M. A Matemática em Irati (PR): História e Memórias de Professores. *Anais do IX Seminário Nacional de História da Matemática*. 2008. USP Acesso em 12/11/2013.  
[www.each.usp.br/ixsnhm/.../1\\_Fillos\\_L\\_M\\_Matemática\\_em\\_Irati\(PR\).pd](http://www.each.usp.br/ixsnhm/.../1_Fillos_L_M_Matemática_em_Irati(PR).pd).

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

GONÇALVES JR, E. B. Ensino de chumbo: memórias, temores e silêncios na FAFIG (1970-1973). *História em reflexão*. Revista eletrônica de história. Vol. 3 n. 5 – UFGD - Dourados jan/jun 2009.

HEROLD JR,. Escolarização e instituições educacionais em Guarapuava: lançando as bases para um programa de pesquisa em História da Educação *Revista HISTEDBR On-line*. Artigo Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28, p.214 –223, dez. 2007 - ISSN:16762584. Acesso em 25/07/2013 <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art14\\_28.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art14_28.pdf)>.

\_\_\_\_\_. A educação corporal no Paraná através do movimento escoteiro em Guarapuava (1927-1936). *Educ. rev.* [online]. 2011, vol.27, n.2 [cited 2013-07-29], pp.123-150. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010246982011000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982011000200007&lng=en&nrm=iso)>. ISSN01024698. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982011000200007>.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século xx.: 1914-1991*; tradução de Marcos Santarrita – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IANNI, O. *O Colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IZIDORO, H. F. *Guarapuava: das sesmarias a Itaipu*. Curitiba: Gráfica vicentina LTDA, 1976.

JANOTTI, A. *As origens da universidade: a singularidade do caso português*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

KUENZER, A. Z. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1986.

LUPORINI, T. J. Ensino superior no Paraná: A memória da região Sudoeste. *Revista Histedbr-online. Campinas-SP* 31 (2008): 52-66.

MARCONDES, Gracita Gruber. *Duzentos anos de uma caminhada histórica*. Guarapuava. 2010.

MANACORDA, M. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MACHADO E.C.B.;HEROLD JR, C. 'O nosso progresso caminha pelos pés das nossas crianças sadias e instruídas!': representações sobre infância, educação e sociedade em Guarapuava(1930-1960)-doi:10.4025/actascieduc.v35i1.18220,2013.

**DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/actascieduc.v35i1.18220>**

MARCONDES, G. G. et al. *FAFIG: 15 anos de história*. Guarapuava: FAFIG, 1985.

\_\_\_\_\_. *Guarapuava: História de luta e trabalho*. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.

\_\_\_\_\_. *Duzentos anos de uma caminhada histórica*. Guarapuava. 2010.

MARX, K.; ENGELS F. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã*. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Scheneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, M. C. M. (org.). *Illuminismo às avessas: produção do conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVE, A. C. Históricos da educação superior no Brasil. In: ARROSA, S.(Org.) *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

OLIVEIRA, D. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, M.R. "Ensino superior: uma análise da expansão no sudoeste do Paraná." *REUNIÃO ANUAL DA ANPED* 26 (2003).

ORSO, P. J. A Universidade Estadual do Oeste do Paraná e seu contexto sócio-histórico. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.41, p. 231-240, mar2011 - ISSN: 1676-2584 acesso em dezembro de 2012.

PARANÁ – Instituto paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. *Paraná: economia e sociedade*. Curitiba: IPARDES, 2006.

PARANÁ – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, Fundação Edison Vieira. *O Paraná: economia e sociedade*. Curitiba, 1981.

PINTO, D. C. *Campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário: uma campanha bem sucedida?* Anais do congresso SBHE. Aracaju. SE, 2008.

ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. *História da educação pela imprensa*. Campinas: Alínea, 2007.

Schmitt, L. *Encontros e desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964 – 1985)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Cascavel, 2011.

SHEEN, M.R.C.C. *Política educacional e hegemonia: a criação das primeiras universidades estaduais no Paraná da década de 1960*. Tese de doutorado apresentada Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP. 2000.

\_\_\_\_\_. *O contexto da política de criação das Universidades Estaduais do Paraná*. (Dissertação de Mestrado) apresentada a Faculdade de Educação de Campinas. Campinas, 1986.

SANTOS, J. C.; SHREIBER, C. Colégio Agrícola Estadual “Arlindo Ribeiro” em Guarapuava/PR. *Histedbr*. SP. UNICAMP. 2011. Acesso em 31/07/2013. [www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/.../Chs58Lru.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/.../Chs58Lru.doc)

SANTOS, C. R. A. *Vida Material, Vida Econômica*. Curitiba: SEED, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Walderez Pohl da. *Entre Lustosa e João do Planalto - A arte política na cidade de Guarapuava (1930-1970)*. Rio de Janeiro. UFF. (TESE de doutorado) 2008. Acesso em 17/11/2013 [www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008\\_SILVA\\_Walderez\\_Pohl\\_da-S](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_SILVA_Walderez_Pohl_da-S).

SILVA, W. P. *Entre Lustosa e João do Planalto - A arte política na cidade de Guarapuava (1930-1970)*. Rio de Janeiro. UFF. (TESE de doutorado) 2008. Acesso em 17/11/2013 [www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008\\_SILVA\\_Walderez\\_Pohl\\_da-S](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_SILVA_Walderez_Pohl_da-S).

SILVA S. P. *Modernidade/Pós-modernidade no contexto do capitalismo tardio*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação, na Linha de Pesquisa Mudanças no Mundo do Trabalho e a Educação. Curitiba, 2010.

SIQUEIRA, M.T.A.D. *Universidade Federal do Paraná: 100 anos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

THOMPSON, P. A voz do passado - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, E. M. C.; ANDREAZZA, M. L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

VICENTIN, S. A.; HEROLD JUNIOR, C. O corpo da docência: a mulher e a construção do ensino normal em Guarapuava (1930-1960). Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

VIGIL, J. L. A. Dados históricos da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava. *Revista Guairacá*. 1ª edição. Guarapuava, 1982.

WACHOWICZ, L. A. *A relação professor/ Estado no Paraná Tradicional*. São Paulo, Cortez Editora: Autores Associados, 1984.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba, PR: Editora dos Professores, 1968.  
\_\_\_\_\_. Universidade do mate: história da UFPR. Curitiba, APUFPR, 1983.

WESTPHALEN, M. C. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná: 50 anos. Curitiba: SBPH-PR, 1988.

#### **Leis e decretos**

Lei 4024/61- <http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>.

**Lei 6034 - 06 de Novembro de 1969**. Publicado no Diário Oficial nº. 209 de 10 de Novembro de 1969. **Súmula:** Cria as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba.  
<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=11438&codItemAto=124302#124302>

#### **Lei nº 5.540 de 28 de Novembro de 1968**

Art. 47. A autorização para funcionamento e reconhecimento da Universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior será tornada efetiva, em qualquer caso, por decreto ao Poder Executivo Federal, após prévio parecer favorável do Conselho de Educação competente. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 842, de 1969) (Regulamento) (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996)  
<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11717885/artigo-47-da-lei-n-5540-de-28-de-novembro-de-1968>.